



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA PENEDA-GERÊS

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA



Ficha Técnica do Documento

Título:	Relatório de Ponderação da Consulta Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG)
Descrição:	Relatório sumário onde se encontra identificado o período durante o qual decorreu a consulta pública, os meios que foram utilizados para sua publicitação, os contributos recolhidos durante o processo e a proposta de ponderação para apreciação da DGT.
Data de produção:	21 de julho de 2025
Data da última atualização:	13 de novembro de 2025
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo – C.I.P.O.T., Lda
Direção Geral do Território:	<p><u>Coordenação Institucional</u> Fernanda do Carmo Ana Seixas.</p> <p><u>Acompanhamento</u> Fátima Bacharel Marta Rodrigues.</p> <p><u>Coordenação:</u> Ricardo Almendra Mestre</p> <p><u>Equipa Técnica:</u> Alberto Manuel Botelho de Miranda Licenciado. Andreia Mota Mestre. Beatriz Konstantinovas Mestre. Célia Mendes Mestre. Domingos Manuel Mendes Lopes Doutor. Helena Corrêa Mestre.</p> <p>GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda./ UTAD: Leilson Ferreira Doutor Liliana Daniela Cerqueira de Sousa Mestre. Lina Gomes Doutor. Lívia Madureira Doutor. Manuel José Teixeira Martins Licenciado. Margarida Liberato Doutor Paula Pereira Mestre. Paulo Fernandes Doutor Rui Manuel Vítor Cortes Doutor. Sandra Borges Mestre.</p>
Código de documento:	126
Estado do documento:	Versão final.
Código do projeto:	072011206
Nome do ficheiro digital:	PRGP_SPG_RPCP_V03

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ABSG	Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
CIM	Comunidade Intermunicipal
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo
DGT	Direção-Geral do Território
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
NLGP	Núcleos Locais de Gestão da Paisagem
OIGP	Operações Integradas de Gestão da Paisagem
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PEFC	<i>Programme for the Endorsement of Forest Certification</i>
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PIAAC DO ALTO MINHO	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNBLSX	Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30
PNL	Produtos Não Lenhosos
PNPG	Parque Nacional Peneda-Gerês
PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
PRGP SPG	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJAAR	Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
UGP	Unidades de Gestão da Paisagem
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZEC	Zona Especial de Conservação

ÍNDICE

Siglas e Acrónimos	3
Índice	4
Índice de Figuras	6
Índice de Quadros.....	7
Nota Introdutória	8
1 Contextualização	9
1.1 Enquadramento da Elaboração do PRGP SPG	9
2 Participação ao Longo do Processo	11
2.1 Canais de Comunicação.....	16
2.1.1 <i>Microsite</i> do PRGP SPG	16
2.1.2 Perfis nas Redes Sociais	18
2.2 Produção de Suportes de Comunicação	21
2.2.1 Cartaz	21
2.2.2 Brochura	22
2.2.3 Newsletter	22
2.2.4 ROLLUP	24
2.2.5 Repercussão do Vídeo de Apresentação.....	25
2.2.6 Artigo para a Comunicação Social	26
2.3 Ferramentas Participativas	27
2.3.1 Inquérito 01 e 02	27
3 Discussão Pública.....	30
3.1 Publicitação da Discussão Pública	30
3.2 Documentos para Consulta Pública.....	31
3.3 Modos de Consulta.....	41
3.4 Local de Consulta e Submissão de Participações	46
3.5 Sessões Públicas de Apresentação e Debate	47
4 Contributos Recebidos.....	51
4.1 Metodologia	51

4.2	Análise e Ponderação das Participações	51
5	Resultados da Ponderação.....	107
6	Anexos	108

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Governança para a elaboração do PRGP	11
Figura 2: Plano de comunicação do PRGP SPG	12
Figura 3: Modelo de comunicação e participação.....	13
Figura 4: Ferramentas participativas – inquérito 01 (ilustração)	13
Figura 5: Ações de participação com os atores locais, em abril de 2025	14
Figura 6: Sessão de informação e debate, em abril de 2025.....	14
Figura 7: <i>Microsite</i> do PRGP SPG - barra de menus	17
Figura 8: <i>Microsite</i> do PRGP SPG - algumas vistas.....	18
Figura 9: Redes sociais do PRGP SPG – perfil no <i>Facebook</i>	19
Figura 10: Redes sociais do PRGP SPG – perfil no <i>LinkedIn</i>	20
Figura 11: Suporte de comunicação – cartaz (ilustração).....	21
Figura 12: Suporte de comunicação – brochura (ilustração).....	22
Figura 13: Suporte de comunicação – 1. ^a <i>newsletter</i> (ilustração)	23
Figura 14: Suporte de comunicação – 2. ^a <i>newsletter</i> (ilustração)	24
Figura 15: Suporte de comunicação – rollup (ilustração).....	25
Figura 16: Suporte de comunicação – vídeo de apresentação (visualizações).....	26
Figura 17: Suporte de comunicação – artigo para a comunicação social (ilustração)	27
Figura 18: Ferramentas participativas – inquérito 01 (ilustração)	28
Figura 19: Ferramentas participativas – inquérito 02 (ilustração)	29
Figura 20: Anexo I do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho	31
Figura 21: Conteúdo do PRGP SPG submetidos a consulta pública	32
Figura 22: Aviso n.º 14438/2025/2, de 06 de junho	33
Figura 23: Relatório do Programa	34
Figura 24: Sumário Executivo	35
Figura 25: Relatório Ambiental.....	36
Figura 26: Resumo Não-Técnico.....	37
Figura 27: Diagnóstico Prospectivo.....	38
Figura 28: Relatório de Ponderação dos Contributos da 2. ^a Consulta Institucional.....	39
Figura 29: Informação Geográfica (DGT)	40
Figura 30: Página Eletrónica da DGT	41
Figura 31: Página Eletrónica do PARTICIPA.....	42

Figura 32: Página Eletrónica do Município de Amares	43
Figura 33: Página Eletrónica do Município de Arcos de Valdevez	44
Figura 34: Página Eletrónica do Município de Terras de Bouro	45
Figura 35: Página Eletrónica para a participação do PARTICIPA	47
Figura 36: Sessão Pública sobre o PRGP SPG em Arcos de Valdevez, a 08/07/2025 - Divulgação	48
Figura 37: Sessão Pública sobre o PRGP SPG em Arcos de Valdevez	50

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Canais de comunicação do PRGP SPG	16
Quadro 2: Participações decorrentes da consulta pública	52

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública visa dar cumprimento ao disposto no ponto 5, do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Findo o período de discussão pública, apresenta-se uma proposta de ponderação das observações e sugestões recolhidas, sobre os documentos que constituem a proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG).

A discussão pública deste PRGP decorreu de 23 de junho a 18 de julho de 2025, conforme o Aviso n.º 14438/2025/2, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 06 de junho. Ainda de acordo com o referido Aviso, a responsabilidade de assegurar a disponibilização e acesso aos documentos e informação em geral relacionada com o PRGP SPG recaiu sobre o Portal PARTICIPA, a Direção Geral do Território (DGT) e ainda nas instalações das Câmaras Municipais dos municípios que integram o Programa.

O presente documento organiza-se da seguinte forma:

1. **Contextualização** - Contextualização do processo de realização do PRGP SPG;
2. **Participação ao Longo do Processo** – Contextualização da participação dos agentes ao longo do processo, através da identificação dos canais de comunicação, apresentação dos suportes de comunicação e identificação das ferramentas participativas;
3. **Discussão Pública** - Apresentação quer da discussão pública, quer dos meios participativos;
4. **Contributos Recebidos** - Apresentação da análise e ponderação das participações;
5. **Resultados da Ponderação** – Apresentação da incidência que as participações terão no programa.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PRGP SPG

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, e o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual, aprovaram respetivamente o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e o Regime Jurídico da Reversão da Paisagem, tendo estes fixado um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planear, programar e gerir os territórios vulneráveis dos quais faz parte o PRGP que se caracteriza como *“um programa setorial, dirigido a territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à organização do território, visando a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, através do ordenamento e gestão da paisagem e da adoção de medidas específicas de intervenção”* (artigo 7.º, Decreto-Lei n.º 28-A/2020, 26 de junho). A aprovação da delimitação destes territórios vulneráveis surge através da Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, e dita que a lista destes “é revista sempre que seja atualizada a carta de perigosidade de incêndio rural pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.” (artigo 2.º).

Em conformidade com o n.º 1, do artigo 7.º, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o PTP, os PRGP devem prosseguir os seguintes objetivos específicos:

- a) *“Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;*
- b) *Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;*
- c) *Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;*
- d) *Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;*
- e) *Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;*
- f) *Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala”.*

Neste sentido, o Despacho n.º 4035/2024, publicado em Diário da República, 2.ª Série, a 12 de abril, determina a elaboração de uma série de PRGP, entre os quais se insere o PRGP SPG. De acordo com o referido despacho, os PRGP estão direcionados *“para os territórios mais vulneráveis (...), tendo como objetivo o desenho e a construção de paisagens qualificadas e resilientes, alicerçadas nas aptidões do solo”*.

e nos ativos locais, resilientes a vulnerabilidades e riscos, fomentadoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis, contribuindo para a atratividade territorial e a qualidade de vida das áreas rurais”.

“Considerando que a experiência de elaboração dos PRGP, em territórios com características diferenciadas, por um lado, e em contiguidade geográfica por outro, permite antecipar a relevância da definição de referenciais específicos, para a transformação da paisagem em cada território a planejar, com a identificação de áreas e ações prioritárias, que visam direcionar o investimento público e privado no sentido de acelerar a redução da vulnerabilidade aos fogos rurais e de impulsionar novas atividades económicas para robustecimento da economia rural, promovendo a reconversão de espécies e culturas, a multifuncionalidade territorial, o restauro de ecossistemas e o incremento dos seus serviços” (Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril), e cabe à DGT a elaboração do mesmo.

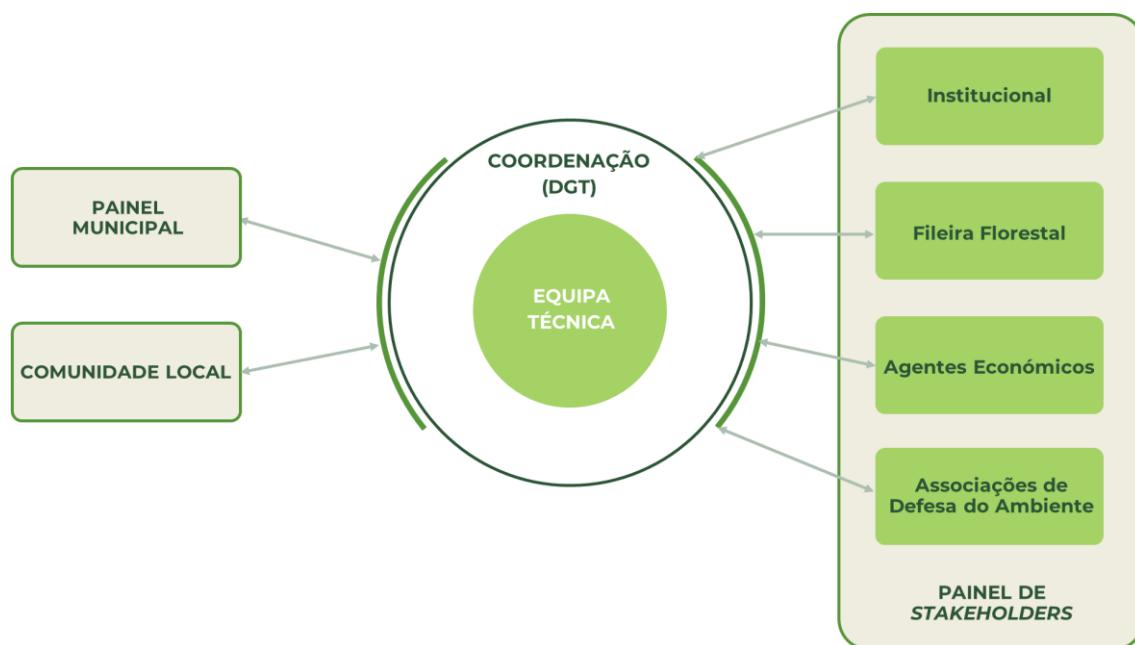
Assim, o PRGP SPG tem por objetivo promover uma transformação da paisagem no sentido de aumentar a resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural.

2 PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO PROCESSO

A construção do PRGP SPG pretende-se que seja um processo interativo, contando com o envolvimento de diversos agentes, desde a população em geral aos *stakeholders* do território alvo do programa. Neste sentido, a construção do PRGP SPG contou com o estreito envolvimento das autarquias, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva.

Com o intuito de garantir uma articulação, colaboração e corresponsabilização eficaz optou-se por um modelo de comunicação alicerçado no modelo de governança delineado para o processo, sustentado em três participações essenciais:

Figura 1: Modelo de Governança para a elaboração do PRGP



Como apresentado na figura anterior, o painel de *stakeholders* é composto por várias entidades que poderão estar implicadas no Programa, desde as entidades institucionais, à fileira agrícola e florestal, agentes económicos e ainda associações de defesa do ambiente.

Os componentes acima apresentados participaram e reuniram sempre que oportuno, em momentos chave, e sempre que convocados pela coordenação (DGT) e/ou pela equipa técnica. Assumindo esse pressuposto, e para lhe dar resposta, foi delineado um plano de comunicação, sintetizado na Figura 2.

Figura 2: Plano de comunicação do PRGP SPG

QUEM?

- Painel Municipal;
- Painel de Stakeholders e respetivos subpainéis (Institucional, da Fileira Florestal e Agrícola, de Agentes Económicos e de Associações de Defesa do Ambientes);
- Todos os demais interessados (população em geral).

O QUÊ?

- Sensibilizar e mobilizar os agentes-chave do território (representados nos painéis) para a participação ativa no desenvolvimento e implementação do PRGP;
- Promover o compromisso e a corresponsabilização das diferentes entidades com o PRGP e a respetiva implementação no território;
- Permitir que os agentes-chave do território e todos os demais potenciais interessados possam ter voz ativa no processo.

QUANDO?

- A comunicação decorrerá continuamente, de forma tranversal a todo o processo de desenvolvimento e implementação do PRGP, ainda que algumas ações ou procedimentos incidam particularmente em determinados momentos-chave do processo.

PORQUÊ?

- Garantir a recolha de informação crucial, do ponto de vista estratégico e operacional, para o desenvolvimento e implementação do PRGP;
- Assegurar a existência de uma estrutura consultiva, de colaboração e sinergia, que abarque os principais agentes-chave do território;
- Desenvolver um produto integrado, concertado e participado, como meio de garantir o compromisso e corresponsabilização dos agentes-chave do território com a implementação do PRGP.

COMO?

- Convocatória das entidades para reuniões de trabalho;
- Aplicação de inquéritos (e/ou outras ferramentas participativas);
- Consulta institucional em momentos-chave do processo de desenvolvimento do PRGP;
- Convite para participação em sessões de divulgação / apresentação de resultados;
- Convite para participação em sessões de *focus group*.

POR QUEM?

- Direção-Geral do Território (DGT), enquanto entidade promotora e coordenadora do processo de elaboração do PRGP;
- GeoAtributo, enquanto equipa técnica afeta à concretização dos trabalhos.

Em estreita correlação com o plano de trabalhos, promoveu-se a auscultação das partes interessadas durante todo o processo, mediante a realização de sessões direcionadas e do recurso a ferramentas que permitam a participação na validação dos resultados e o envolvimento na implementação do programa, numa lógica de cocriação.

Para o efeito, o modelo de comunicação e participação idealizado abarcou um vasto conjunto de iniciativas, ferramentas e suportes, esquematizados na Figura 3.

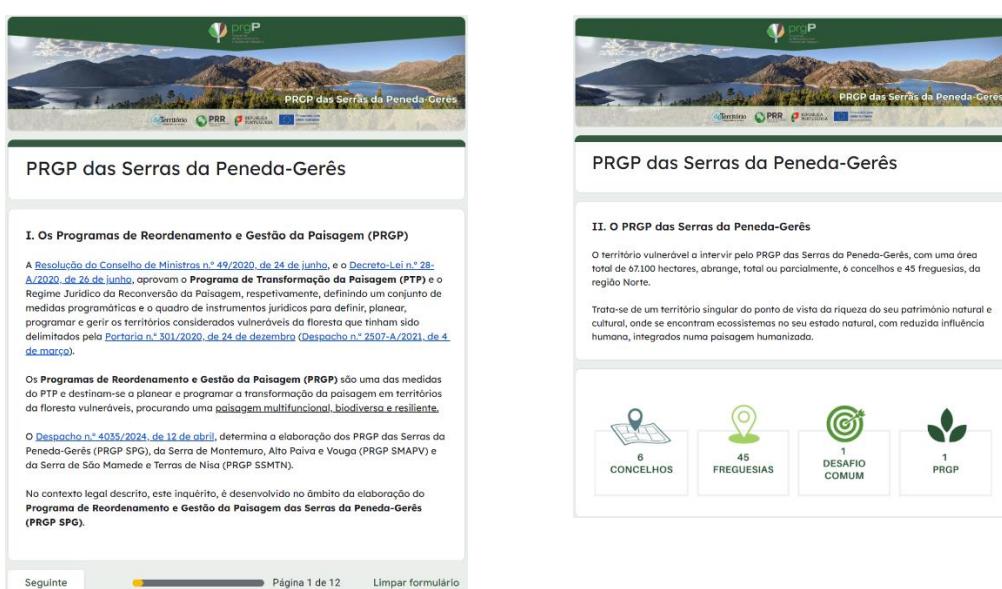
Figura 3: Modelo de comunicação e participação



O processo de participação, realizado entre encontros presenciais e participação *online* via inquéritos, contou com a seguinte frequência:

- Aplicação do **inquérito 01** lançado entre os dias 09 a 17 de janeiro de 2025 com o objetivo de recolher informação relativa à área de intervenção do Programa.

Figura 4: Ferramentas participativas – inquérito 01 (ilustração)



PRGP das Serras da Peneda-Gerês

I. Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, e o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, aprovam o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e o Regime Jurídico da Reversão da Paisagem, respetivamente, definindo um conjunto de medidas programáticas e o quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios considerados vulneráveis da floresta que tinham sido delimitados pelo Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro (Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março).

O Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) são uma das medidas do PTP e destinam-se a planejar e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, procurando uma paisagem multifuncional, biodiversa e resiliente.

O Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, determina a elaboração dos PRGP das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG), da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga (PRGP SMAPV) e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa (PRGP SSMTN).

No contexto legal descrito, este inquérito, é desenvolvido no âmbito da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG).

II. O PRGP das Serras da Peneda-Gerês

O território vulnerável a intervir pelo PRGP das Serras da Peneda-Gerês, com uma área total de 67.100 hectares, abrange, total ou parcialmente, 6 concelhos e 45 freguesias, da região Norte.

Treata-se de um território singular do ponto de vista da riqueza do seu património natural e cultural, onde se encontram ecossistemas no seu estado natural, com reduzida influência humana, integrados numa paisagem humanizada.

6 CONCELHOS 45 FREGUESIAS 1 DESAFIO COMUM 1 PRGP

Seguinte Página 1 de 12 Limpar formulário

Fonte: UTAD/GeoAtributo, CIPOT, Lda, 2025.

- **Primeira consulta institucional** no âmbito dos artigos 47º e 48º do RJIT, sobre o âmbito da avaliação ambiental e o alcance da informação a incluir no relatório ambiental descrito no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, bem como sobre o Relatório de Diagnóstico Prospetivo, realizada entre março e abril de 2025.
- **Ações de participação com os atores locais** que decorreram presencialmente nas instalações da GeoAtributo, em Braga, entre os dias 03 e 04 de abril de 2025 (Figura 5).

Figura 5: Ações de participação com os atores locais, em abril de 2025



Fonte: UTAD/GeoAtributo, CIPOT, Lda, 03 e 04 de abril de 2025.

- Aplicação do **inquérito 02**, decorrente das sessões de trabalho com os atores locais, lançado entre os dias 03 de abril a 15 de maio com o objetivo de recolher informação relevante relativa à área de intervenção do Programa, junto dos atores locais que participaram no *Focus Group*.
- Uma **sessão de informação e debate** que decorreu no Auditório Prof. Emídio Ribeiro, na Vila do Gerês, Terras de Bouro, no dia 23 de abril de 2025.

Figura 6: Sessão de informação e debate, em abril de 2025



Fonte: UTAD/GeoAtributo, CIPOT, Lda, 23 de abril de 2025.

- **Segunda consulta institucional** no âmbito dos artigos 47º e 48º do RJIT, sobre o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica, bem como sobre o Relatório de Diagnóstico Prospectivo e Relatório do Programa, realizada entre maio e junho de 2025.
- **Consulta pública:** entre 23 de junho a 18 de julho de 2025 decorreu o período de discussão pública da proposta do PRGP SPG. Durante esse período, os documentos que compõem a proposta do programa encontraram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da DGT (www.dgterritorio.pt). Os interessados puderam, ainda, consultar tal documentação nas instalações da DGT e nas câmaras municipais dos municípios abrangidos por cada um dos PRPG.

No âmbito das ações de participação com os painéis de atores chave, foram produzidos os respetivos relatórios de participação que apresentam uma síntese das preocupações e sugestões que os atores chave elencaram durante as ações. Sugestões e preocupações essas que foram analisadas, ponderadas e tidas em consideração na elaboração da proposta do PRGP SPG.

2.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Os canais de comunicação criados para o PRGP SPG incluem um *microsite* e perfis nas principais redes sociais, designadamente no *Facebook* e no *Linkedin*. Estes suportes são apresentados nos subpontos seguintes.

Quadro 1: Canais de comunicação do PRGP SPG

CANAL DE COMUNICAÇÃO	URL	QR CODE
Microsite do PRGP SPG	https://www.geoatributo.com/prgp_spg	
Perfil na rede social Facebook	https://www.facebook.com/prgp.spg	
Perfil na rede social Linkedin	https://www.linkedin.com/showcase/prgp-spg	
Vídeo de apresentação do PRGP SPG	https://youtu.be/zD_nRbm5tyA	

Ressalve-se que, para além dos canais de comunicação supracitados, foi também criado na fase precedente do processo, um endereço de email específico para o PRGP SPG:

- prgp_spg@geoatributo.com

2.1.1 MICROSITE DO PRGP SPG

O *microsite* do PRGP SPG destina-se à apresentação do processo, com particular enfoque na componente participativa. Este canal de comunicação será atualizado ao longo do processo, com a disponibilização de documentação e publicitação dos principais resultados.

Em termos de conteúdos albergados, traduzidos na estrutura de menus (Figura 7), há a referir os seguintes:

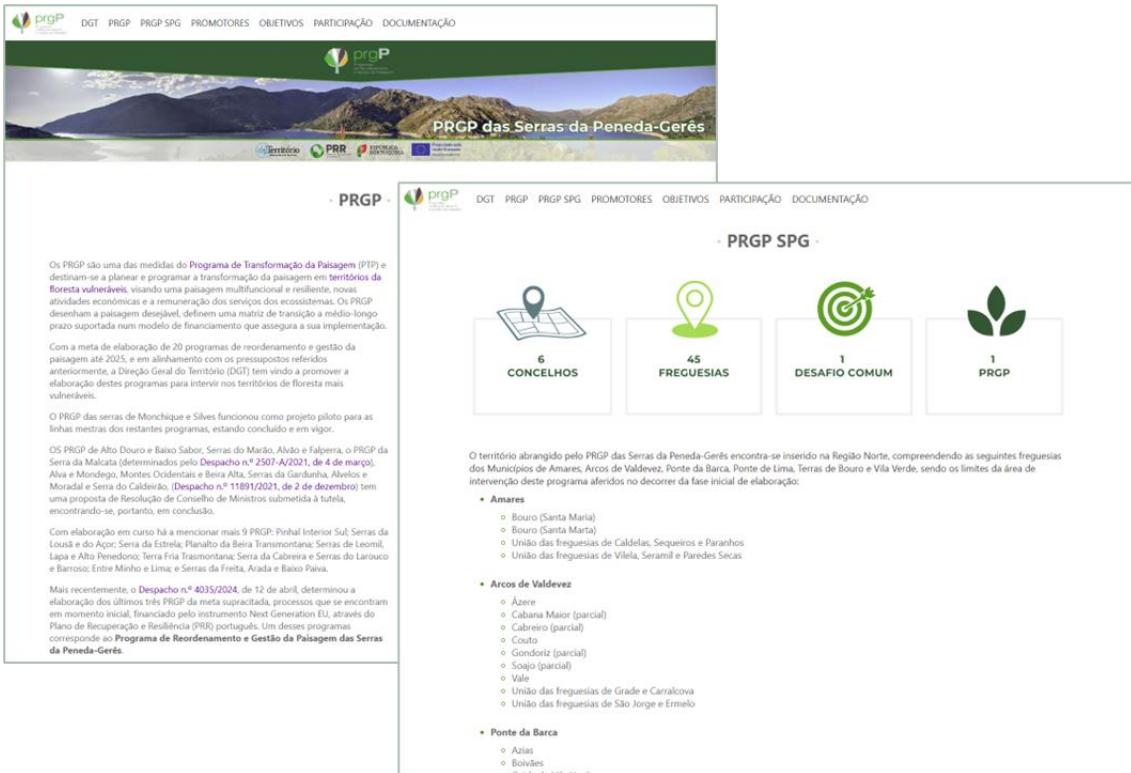
- **DGT:** apresentação da DGT, enquanto entidade promotora, direcionando para a página institucional da entidade;
- **PRGP:** enquadramento legal e contextualização da elaboração dos PRGP;
- **PRGP SPG:** apresentação do território-alvo do PRGP SPG e do faseamento do processo;
- **Promotores:** identificação da entidade promotora e entidades executoras do PRGP SPG;
- **Objetivos:** enumeração dos objetivos operacionais e estratégicos inerentes à elaboração dos PRGP;
- **Participação:** contextualização na natureza participada da elaboração do PRGP SPG, sintetizando o plano de comunicação e de participação que lhe está inerente;
- **Documentação:** disponibilização de materiais de apoio à compreensão do processo, apresentações síntese de resultados, bem como, quando oportuno, dos elementos a sujeitar a consulta pública – pressupõe uma contínua atualização ao longo do processo.

Figura 7: *Microsite do PRGP SPG - barra de menus*



Na Figura 8 apresentam-se excertos de algumas vistas do *microsite*.

Figura 8: Microsite do PRGP SPG - algumas vistas



PRGP DGT PRGP PRGP SPG PROMOTORES OBJETIVOS PARTICIPAÇÃO DOCUMENTAÇÃO

PRGP das Serras da Peneda-Gerês

Os PRGP são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e destinam-se a planejar e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulnerável, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a renovação dos serviços dos ecossistemas. Os PRGP determinam a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação.

Com a metade de elaboração de 20 programas de reordenamento e gestão da paisagem até 2025, e em alinhamento com os pressupostos referidos anteriormente, a Direção Geral do Território (DGT) tem vindo a promover a elaboração destes programas para intervir nos territórios de floresta mais vulnerável.

O PRGP das serras de Monchique e Silves funcionou como projeto piloto para as linhas mestras dos restantes programas, estando concluído e em vigor.

Os PRGP de Alto Douro e Baixo Sabor, Serras do Marão, Alvão e Falperra, o PRGP da Serra da Malcata (determinados pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março), Alva e Mondego, Montes Ocidentais e Beira Alta, Serras da Gardunha, Avelinos e Moradal e Serra do Caldeirão. (Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro) tem uma proposta de Resolução de Conselho de Ministros submetida à tutela, encontrando-se, portanto, em conclusão.

Com elaboração em curso há a mencionar mais 9 PRGP: Pinhal Interior Sul; Serras da Lousã e do Ager; Serra da Estrela; Planalto da Beira Transmontana; Serras de Leonil, Lapa e Alto Penedono; Terra Fria Transmontana; Serra da Cabreira e Serras do Larouco e Barroso; Entre Minho e Limia; e Serras da Freita, Arada e Baixo Pavia.

Mais recentemente, o Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, determinou a elaboração dos últimos três PRGP da metade supracitada, processos que se encontram em momento inicial, financiados pelo instrumento Next Generation EU, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português. Um desses programas corresponde ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês.

PRGP SPG

- 6 CONCELHOS
- 45 FREGUESIAS
- 1 DESAFIO COMUM
- 1 PRGP

O território abrangido pelo PRGP das Serras da Peneda-Gerês encontra-se inserido na Região Norte, compreendendo as seguintes freguesias dos Municípios de Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde, sendo os limites da área de intervenção deste programa alinhados no decorrer da fase inicial de elaboração:

- Amares**
 - Bouro (Santa Maria)
 - Bouro (Santa Marta)
 - União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos
 - União das freguesias de Vilela, Serzedo e Paredes Secas
- Arcos de Valdevez**
 - Ázere
 - Cabana Maior (parcial)
 - Cabeiro (parcial)
 - Couto
 - Gondoriz (parcial)
 - Sogos (parcial)
 - Vale
 - União das freguesias de Grade e Carralcova
 - União das freguesias de São Jorge e Ermelo
- Ponte da Barca**
 - Azais
 - Bolhães

2.1.2 PERFIS NAS REDES SOCIAIS

No referente às redes sociais, foram criados perfis de apresentação do PRGP SPG no *Facebook* (Figura 9) e no *LinkedIn* (Figura 10), devido ao grande alcance destas redes, a primeira direcionada para um público mais alargado e a segunda, tratando-se esta de uma rede de cariz profissional, a um público com perfil mais técnico.

As redes sociais do PRGP SPG serão atualizadas ao longo do processo, de modo a que todos os potenciais interessados possam acompanhar o progresso dos trabalhos e os seus resultados, assim como manterem-se informados sobre as iniciativas e ações em que poderão participar.

Figura 9: Redes sociais do PRGP SPG – perfil no Facebook



Figura 10: Redes sociais do PRGP SPG – perfil no *LinkedIn*

PRGP das Serras da Peneda-Gerês

Atividades paisagísticas

« Transformação de territórios da floresta vulneráveis visando uma paisagem multifuncional, biodiversa e resiliente. »

Seguir

Sobre nós

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG).

Os PRGP são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

A Direção Geral do Território (DGT) tem vindo a promover a elaboração destes programas para os territórios mais vulneráveis.

Um desses territórios é o abrangido pelo Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês, com uma área total de 67.100 hectares, e que abrange, total ou parcialmente, 6 concelhos e 45 freguesias, na região Norte.

Executado pela empresa GeoAtributo, com a colaboração da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o processo atenderá a diferentes fases, pretendendo-se um processo interativo, de construção coletiva e de corresponsabilização, com o envolvimento dos atores locais e da comunidade.

Site	www.geoatributo.com/prgp_spg
Setor	Atividades paisagísticas

2.2 PRODUÇÃO DE SUPORTES DE COMUNICAÇÃO

No que respeita a suportes de comunicação, no contexto da Fase I da elaboração do PRGP SPG, desenvolveram-se um cartaz do programa, uma brochura (tríptico) de apresentação, uma newsletter (1.^a edição), um artigo para comunicação social e um vídeo de apresentação.

Na Fase II, conforme previsto, procedeu-se ao desenvolvimento da 2.^a edição da *newsletter* do Programa. Complementarmente, foi sendo avaliada, ao longo do tempo, a repercussão do vídeo de apresentação, nomeadamente através da evolução do número de visualizações.

2.2.1 CARTAZ

Idealizado num formato que permite a sua reprodução digital ou impressa, o cartaz do PRGP SPG (Figura 11) centra-se na apresentação do território-alvo do Programa e do seu propósito central, identificando as entidades promotoras e executoras e disponibilizando os canais de comunicação específicos criados (*microsite* e endereço de email), a partir dos quais os interessados poderiam saber mais sobre o processo.

Figura 11: Suporte de comunicação – cartaz (ilustração)



2.2.2 BROCHURA

A brochura, sob a forma de tríptico (Figura 12), constitui-se como suporte informativo que contextualiza o processo de elaboração do PRGP SPG, o desafio que lhe está inerente, o território-alvo, os objetivos estratégicos a prosseguir, o faseamento do processo e, em particular, a componente de participação dos atores locais. Este suporte incluiu, ainda, a menção à entidade promotora e entidades executoras, culminando com a divulgação dos canais de comunicação (*microsite* e endereço de email), a partir dos quais os interessados poderiam saber mais sobre o processo.

Ainda que pudesse ser utilizada em formato digital, tratando-se de um desdobrável, destinou-se a ser disponibilizado, em formato impresso, nas iniciativas e sessões de divulgação e participação realizadas ao longo do processo.

Figura 12: Suporte de comunicação – brochura (ilustração)



2.2.3 NEWSLETTER

A *newsletter* constituiu um suporte de comunicação a que se recorreu ao longo de todo o processo, produzindo-se diferentes edições, com correspondência às diferentes fases do plano de trabalhos. O formato idealizado permite uma utilização digital, mas também impressa.

Com enquadramento na primeira fase dos trabalhos, a primeira edição da *newsletter* (Figura 13) centrou-se na contextualização do processo de elaboração do PRGP SPG, abarcando tópicos como: a definição dos PRGP, os seus objetivos, a motivação estratégica, o território-alvo e o processo, com particular ênfase, uma vez mais, no envolvimento dos atores locais. Foram ainda disponibilizados, tal como nos restantes suportes, os canais de comunicação (*microsite* e endereço de email), a partir dos quais os interessados poderiam saber mais sobre o processo.

Figura 13: Suporte de comunicação – 1.^a *newsletter* (ilustração)



A segunda edição da newsletter do PRGP SPG, enquadrada na Fase II dos trabalhos, é centrada na caracterização e diagnóstico da área de intervenção e que permitiu o estabelecimento da situação de referência; a análise do processo de moldagem da paisagem pelos fatores territoriais, naturais e antrópicos, numa dimensão evolutiva e prospectiva; e a definição das unidades e subunidades de paisagem e uma proposta preliminar do desenho da paisagem.

Figura 14: Suporte de comunicação – 2.ª newsletter (ilustração)



2.2.4 ROLLUP

O rollup (Figura 15) serviu, fundamentalmente, de suporte às sessões participativas, centrando-se na apresentação do foco do PRGP, enquanto instrumento, do seu objetivo primordial, assim como no destaque à abrangência do território-alvo e do desafio comum que lhe está inerente. É, ainda, de forma esquemática, feito um enquadramento ao faseamento do processo e disponibilizados os acessos aos canais de comunicação específicos criados para o Programa.

Figura 15: Suporte de comunicação – rollup (ilustração)

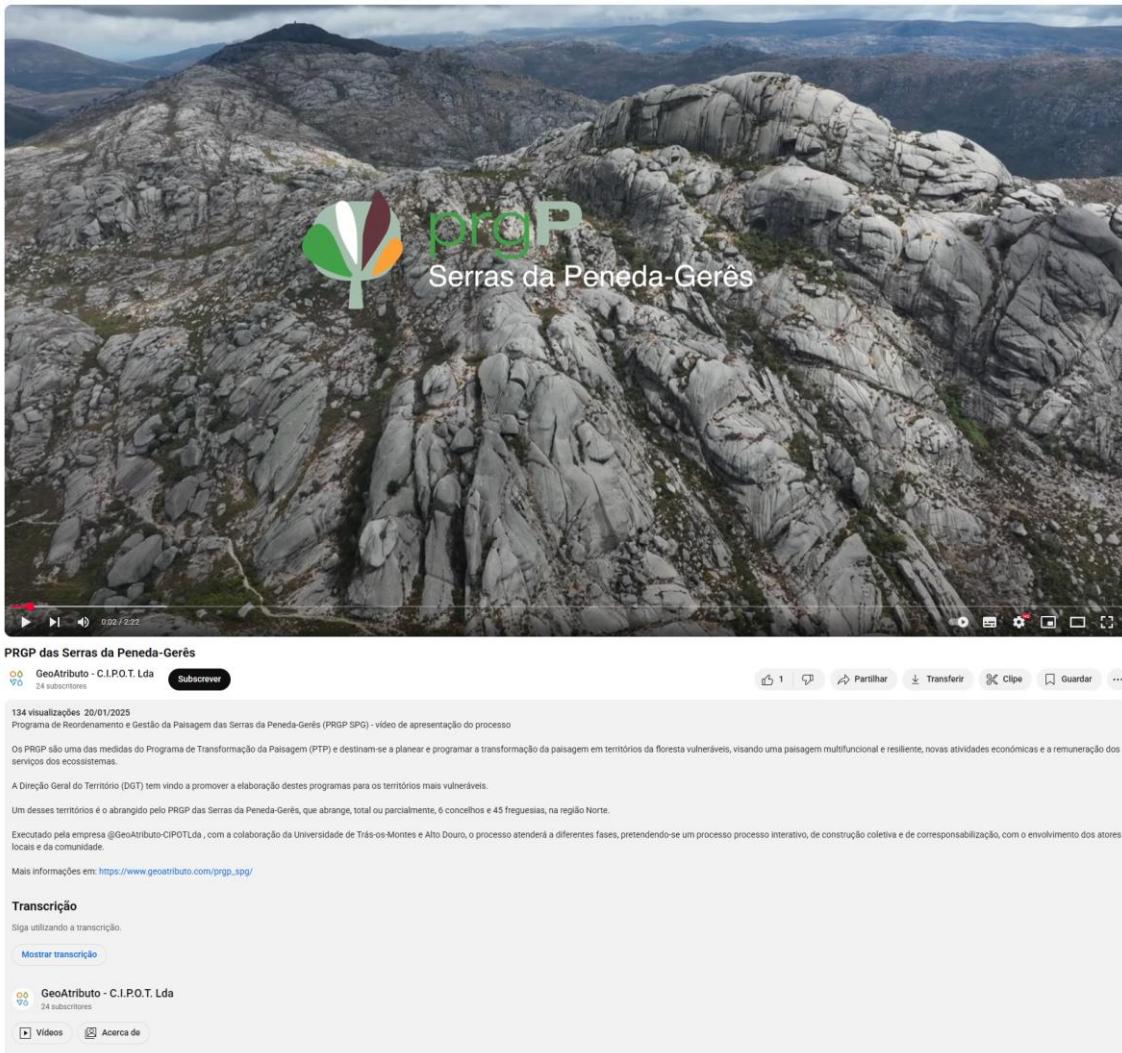


2.2.5 REPERCUSSÃO DO VÍDEO DE APRESENTAÇÃO

O vídeo curto produzido, vocacionando-se para o público em geral, tem como intuito a apresentação do processo de elaboração do PRGP SPG, contextualizando-o numa estratégia mais ampla de intervenção nos territórios de floresta vulneráveis, a nível nacional.

Durante a segunda fase, tendo o vídeo sido publicado no final da anterior, e considerando os esforços no sentido da publicitação, dinamização e maximização do alcance da comunicação do PRGP SPG, procedeu-se à monitorização da repercussão do vídeo, traduzida pela evolução do número de visualizações.

Figura 16: Suporte de comunicação – vídeo de apresentação (visualizações)



2.2.6 ARTIGO PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

O artigo para a comunicação social (Figura 17), tendo em conta a fase inicial nos trabalhos, tem como propósito central informar o público em geral sobre o processo encetado, a sua contextualização numa estratégia nacional mais ampla, e alguns aspectos metodológicos principais, como o faseamento e a natureza participativa.

Figura 17: Suporte de comunicação – artigo para a comunicação social (ilustração)



2.3 FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS

O processo de elaboração do PRGP SPG previu, em estreita correlação com o plano de trabalhos, a promoção da auscultação efetiva das partes interessadas, mediante a realização de sessões direcionadas e do recurso a ferramentas que permitam a participação na validação dos resultados e o envolvimento na implementação do programa, numa lógica de cocriação.

2.3.1 INQUÉRITO 01 E 02

Na senda da promoção da auscultação e envolvimento ativo das partes interessadas da área de intervenção do PRGP SPG, procedeu-se, na Fase II, ao desenvolvimento e aplicação do 1.º inquérito (Figura 18). Para além da apresentação do território-alvo às partes interessadas, esta ferramenta participativa assumiu como objetivos:

- Identificar outras entidades / atores locais que pelo seu âmbito de atuação, competências, atribuições e/ou relação com o território, devam ser auscultadas e envolvidas neste processo participativo;
- Indicar a existência de projetos ou iniciativas, concretizadas ou em curso, no território-alvo do PRGP que, pela sua relevância, abrangência geográfica, resultados alcançados ou carácter inovador (e.g. demonstrador, piloto), constituam boas práticas a considerar na elaboração do Programa;
- Maximizar o alcance da comunicação do Programa, estabelecendo e progressivamente alargando a rede de interessados que serão mantidos informados sobre o progresso dos trabalhos, mediante o envio direcionado, ao longo do processo, das diferentes edições da newsletter.

O referido inquérito, cujo conteúdo integral consta no Anexo II, esteve ativo para resposta entre os dias 09 a 17 de janeiro de 2025. Nesse período, foram recebidas um total de 10 participações.

Figura 18: Ferramentas participativas – inquérito 01 (ilustração)



Secção 1 de 12

PRGP das Serras da Peneda-Gerês

B I U ☰ ☰

Descrição do formulário

1. Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)

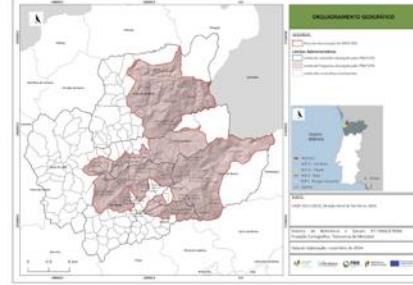
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, e o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, aprovam o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem, respetivamente, definindo um conjunto de medidas programáticas e o quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios considerados vulneráveis da floresta que tinham sido delimitados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro (Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março).

Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) são uma das medidas do PTP e destinam-se a planejar e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulnerável, procurando uma paisagem multifuncional, biodiversa e resiliente.

O Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, determina a elaboração dos PRGP das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG), da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga (PRGP SMAPV) e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa (PRGP SSMTN).

No contexto legal descrito, este inquérito, é desenvolvido no âmbito da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP SPG).

Enquadramento geográfico do PRGP SPG:

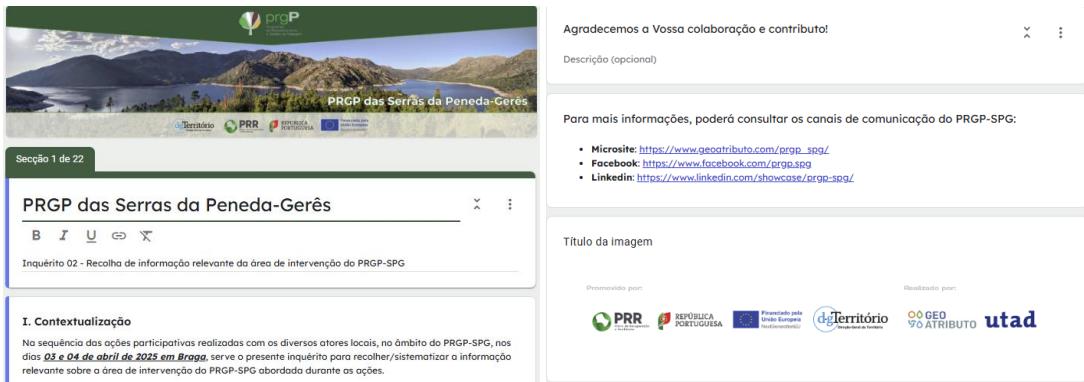


Video de apresentação do PRGP SPG:



Decorrente das sessões de trabalho com os atores locais, foi lançado entre os dias 03 e 15 de maio de 2025, o inquérito 02 com o objetivo de recolher informação relevante relativa à área de intervenção do Programa, junto dos atores locais. Nesse período, foram recebidas um total de quatro participações.

Figura 19: Ferramentas participativas – inquérito 02 (ilustração)



Agradecemos a Vossa colaboração e contributo!

Descrição (opcional)

Para mais informações, poderá consultar os canais de comunicação do PRGP-SPG:

- **Microsite:** https://www.geotributo.com/prgp_spq/
- **Facebook:** https://www.facebook.com/prgp_spq
- **LinkedIn:** <https://www.linkedin.com/showcase/prgp-spq/>

Título da imagem

Promovido por:   Financiado pela:   

3 DISCUSSÃO PÚBLICA

3.1 PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual), e o Regime Jurídico da Reversão da Paisagem (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), definem, no artigo 50.º e 10.º respetivamente que, quer os programas especiais quer os programas setoriais, como é o caso do PRGP, assim que concluída a sua elaboração, devem ser submetidos a um período de discussão pública pela entidade pública responsável pela sua elaboração. O aviso de abertura da discussão deve ser publicado com cinco dias de antecedência, no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e no respetivo sítio na Internet. Para além disso, o período de discussão pública não pode ser inferior a 20 dias.

A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil.

Deste modo, o Aviso n.º 14438/2025/2, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 06 de junho, vem cumprir estes requisitos, avisando (com mais de dez dias de antecedência) da abertura da discussão pública a 23 de junho de 2025 e do seu encerramento a 18 de julho de 2025 (prazo superior aos 20 dias mínimos).

Face ao exposto, o presente documento dá cumprimento ao ponto 3, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, sendo que *“findo o período de discussão pública, a entidade pública responsável pela elaboração do programa pondera e divulga os respetivos resultados (...)”* e apresenta a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza.

3.2 DOCUMENTOS PARA CONSULTA PÚBLICA

O conteúdo material mínimo que o PRGP SPG deve conter o disposto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho (Anexo I), apresentado na figura que se segue:

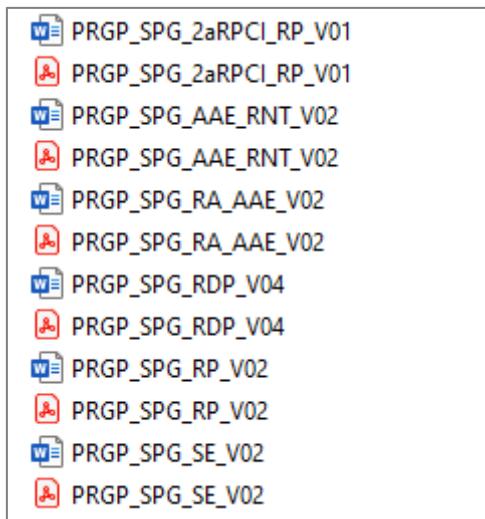
Figura 20: Anexo I do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho

ANEXO I (a que se refere o artigo 8.º)	
Conteúdo documental	Conteúdo material
Desenho da paisagem	<p>Desenho da paisagem baseado na aptidão, sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e valorização do aproveitamento do solo:</p> <p>1 — Mapa de aptidões do solo considerando quatro componentes conjugadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Aptidão biofísica (solo, declive e exposição, etc.); b) Valia económica e social de produtos, culturas e funções; c) Serviços dos ecossistemas (regulação dos ciclos da água, solo, carbono, biodiversidade, apropriação de biomassa e produtos alimentares e funções culturais); d) Ecologia do fogo. <p>2 — Definição de unidades de paisagem, respetivas orientações de planeamento e gestão e matriz de aptidão para a transformação da paisagem.</p>
Matriz de transição e valorização	<p>Matriz de transição e valorização com análise de benefícios e encargos de transição da paisagem atual para a paisagem desejada, integrando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Custos de reconversão associados à matriz de transição (custos de investimento + custos de manutenção); b) Remuneração dos serviços dos ecossistemas (custos de oportunidade + remuneração de serviços ecosistémicos — água, solo, biodiversidade, cultura).
Diretrizes de planeamento e gestão	<p>Diretrizes e normas para a promoção da transformação da paisagem, em função do desenho da paisagem e das matrizes de aptidão e de transição e valorização, a aplicar no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial e de política setorial, bem como dos regimes de controlo da atividade económica e dos instrumentos de financiamento, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Orientar conteúdos estratégicos e normativos dos planos territoriais no que se refere à ocupação, uso e aproveitamento do solo, bem como dos planos setoriais relevantes; b) Fornecer diretrizes para a gestão ativa do solo no que se refere a práticas culturais, gestão da biomassa e ações de defesa contra incêndios, entre outros aspetos, passíveis de integrar em regulamentos administrativos nacionais e municipais e de aplicar nas decisões administrativas.
Áreas e ações prioritárias	<p>No sentido de operacionalizar a implementação da nova paisagem e considerando os tempos associados à transformação, importa programar a implementação da transformação em termos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Áreas Integradas de Gestão de Paisagem, sempre que justificável; b) Ações temáticas identificadas como determinantes para a nova paisagem, como sejam: intervenções lineares e em áreas críticas associadas à rede hidrográfica; criação de mosaicos e descontinuidades; ações de suporte à gestão da biomassa e incorporação de biomassa no solo; intervenções em elementos identitários da paisagem com potencial de fragmentação de contínuos de culturas mono-específicas e geração de resiliência.
Programa de execução e governança	<p>Programação da transformação a longo prazo, incluindo a definição de fontes de financiamento diversificadas, a definição de esquemas multifundo e a identificação dos atores chave:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Programação em função da matriz de transição e valorização global e por unidades de paisagem, áreas prioritárias e ações prioritárias; b) Identificação de atores e de parcerias potenciais para a execução; c) Esquemas de financiamento e de remuneração; d) Modelos de acordo e compromisso para a execução.
Programa de monitorização e avaliação de resultados.	<p>Definição do modelo de acompanhamento e reporte de resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Modelo de acompanhamento, reporte e medição de resultados; b) Modelo de participação e envolvimento público e institucional.
Anexo — Relatório de diagnóstico prospectivo.	<p>Dinâmicas territoriais e socioeconómicas das últimas décadas e perspetivas da não ação, considerando os seguintes domínios: ocupação do solo e recursos e valores biofísicos; estrutura da propriedade; socioeconomia rural e ecologia do fogo.</p>

Por outro lado, de acordo com o Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, o conteúdo documental do PRGP deverá ser constituído pelo relatório do programa, as demais peças necessárias à respetiva representação territorial (desenho da paisagem, áreas e ações prioritárias, entre outras), pelo relatório de diagnóstico prospectivo e ainda pelo relatório ambiental.

Portanto, na plataforma da DGT (entidade competente para a elaboração do PRGP SPG), os documentos disponibilizados para consulta pública compreendiam o Relatório do Programa, o Sumário Executivo, o Relatório Ambiental, o Resumo Não Técnico, o Relatório de Diagnóstico Prospectivo e o Relatório de Ponderação dos Contributos da 2.ª Consulta Institucional. Encontrava-se, também, disponível o *link* da Informação Geográfica disponibilizado pela DGT.

Figura 21: Conteúdo do PRGP SPG submetidos a consulta pública



Fonte: Site oficial da DGT, acedido a 25 de junho de 2025, disponível em:
<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp/discussao-publica>

Figura 22: Aviso n.º 14438/2025/2, de 06 de junho



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

2.ª série
N.º 109
06-06-2025

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direção-Geral do Território

Aviso n.º 14438/2025/2

Sumário: Discussão pública dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril de 2024, no qual se determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, e nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e nos n.ºº 7 e 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, nas suas versões atuais, torna-se público que, no dia 23 de junho de 2025, é aberto o período de discussão pública da proposta do PRGP da Serras da Peneda-Gerês, do PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, no âmbito do qual são disponibilizados os respetivos relatórios ambientais, período que termina em 18 de julho de 2025. Durante tal período, os referidos documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt). Os interessados podem, ainda, consultar tal documentação nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT) e nas câmaras municipais dos municípios abrangidos por cada um dos PRPG:

a) PRGP da Serras da Peneda-Gerês – Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

b) PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga – Castro Daire, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu.

c) PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa – Castelo de Vide, Nisa e Portalegre.

No decurso do período de discussão pública realizar-se-á, pelo menos, uma sessão pública por cada um dos programas, num dos municípios por ele abrangidos, cujas datas e locais serão oportunamente divulgados no portal PARTICIPA e no sítio da DGT. Durante o referido período, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA, no endereço acima indicado.

29 de maio de 2025. – A Diretora-Geral, Fernanda do Carmo.

319122418

Aviso n.º 14438/2025/2

1/1

Figura 23: Relatório do Programa

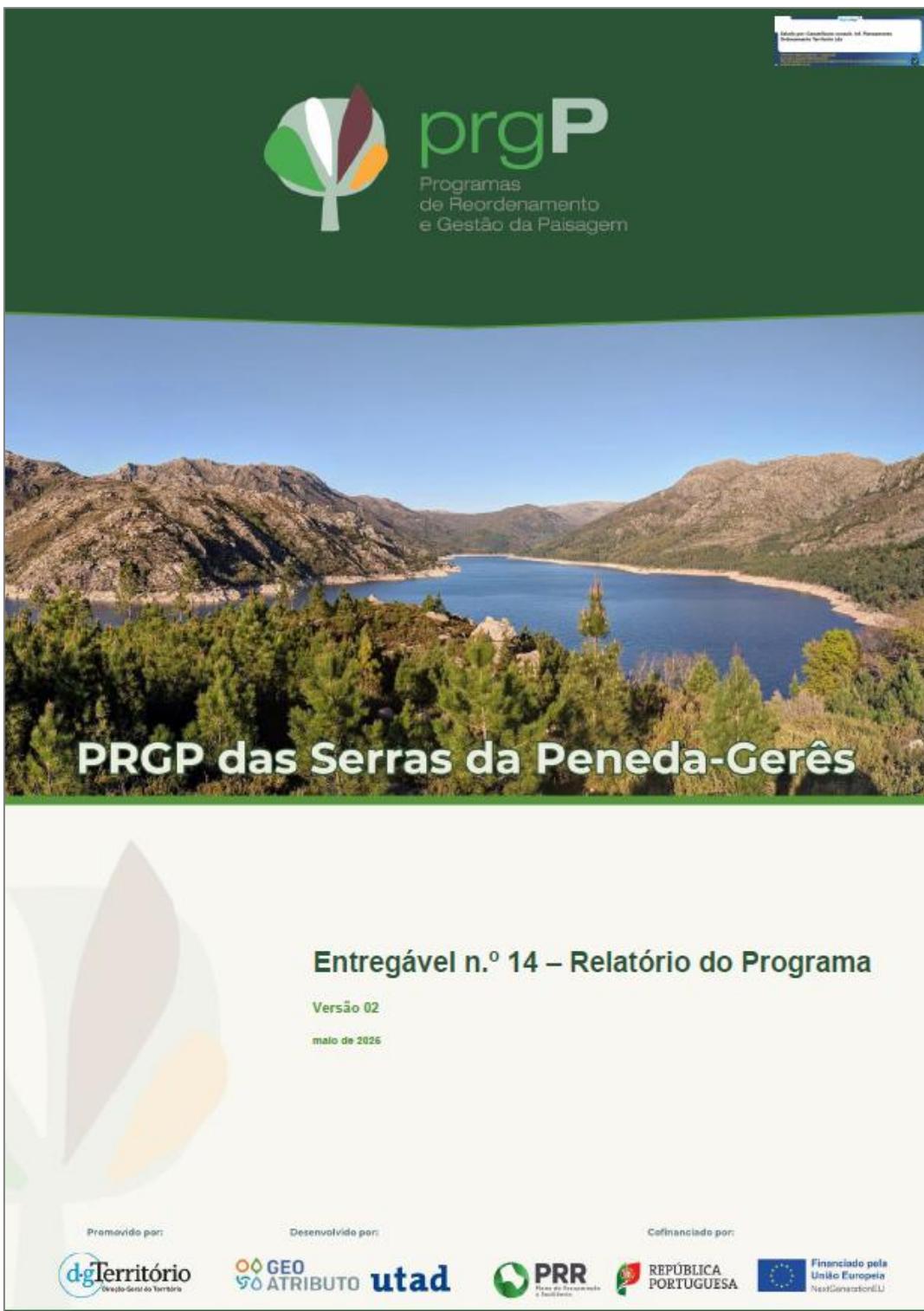


Figura 24: Sumário Executivo

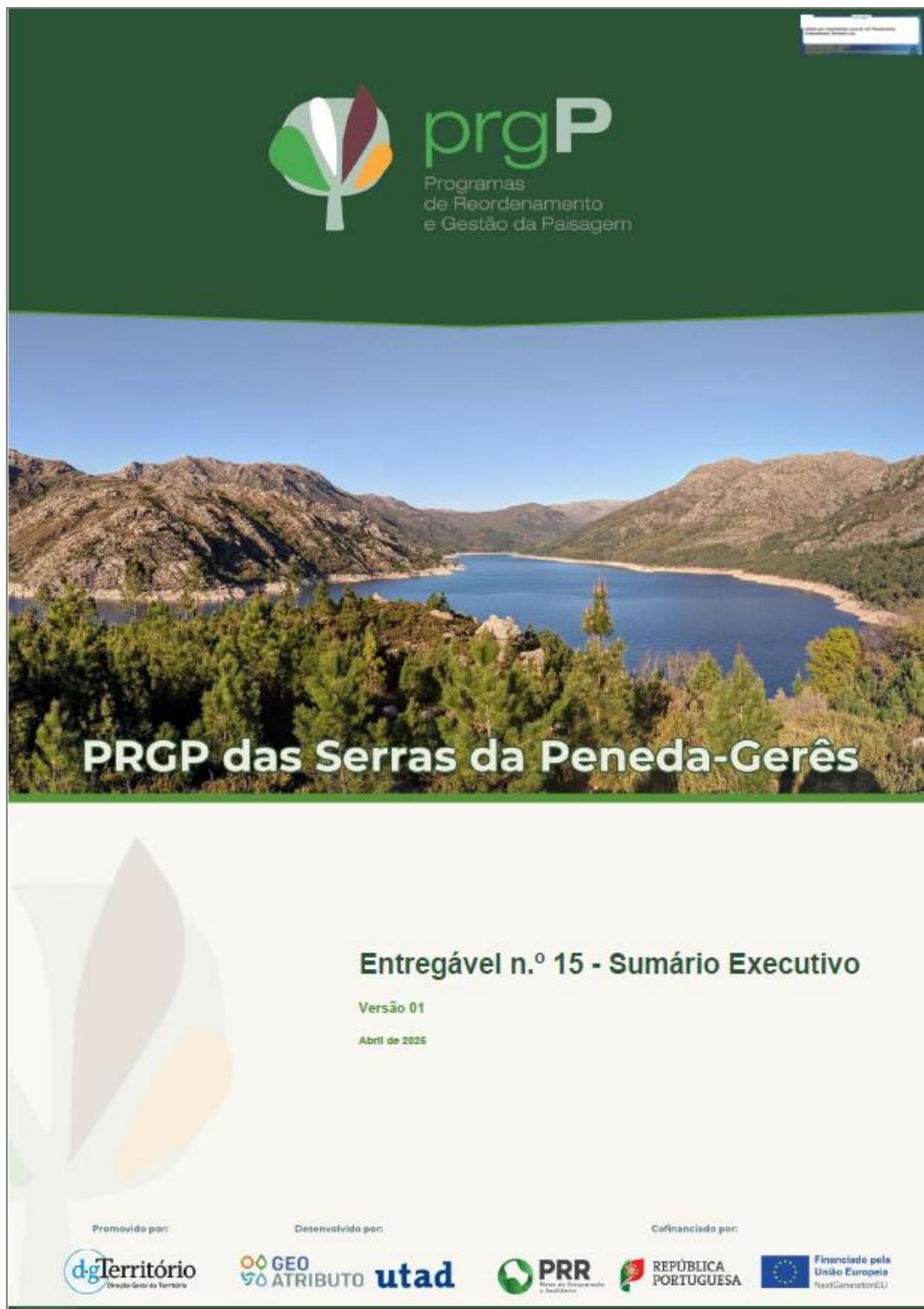


Figura 25: Relatório Ambiental



Figura 26: Resumo Não-Técnico

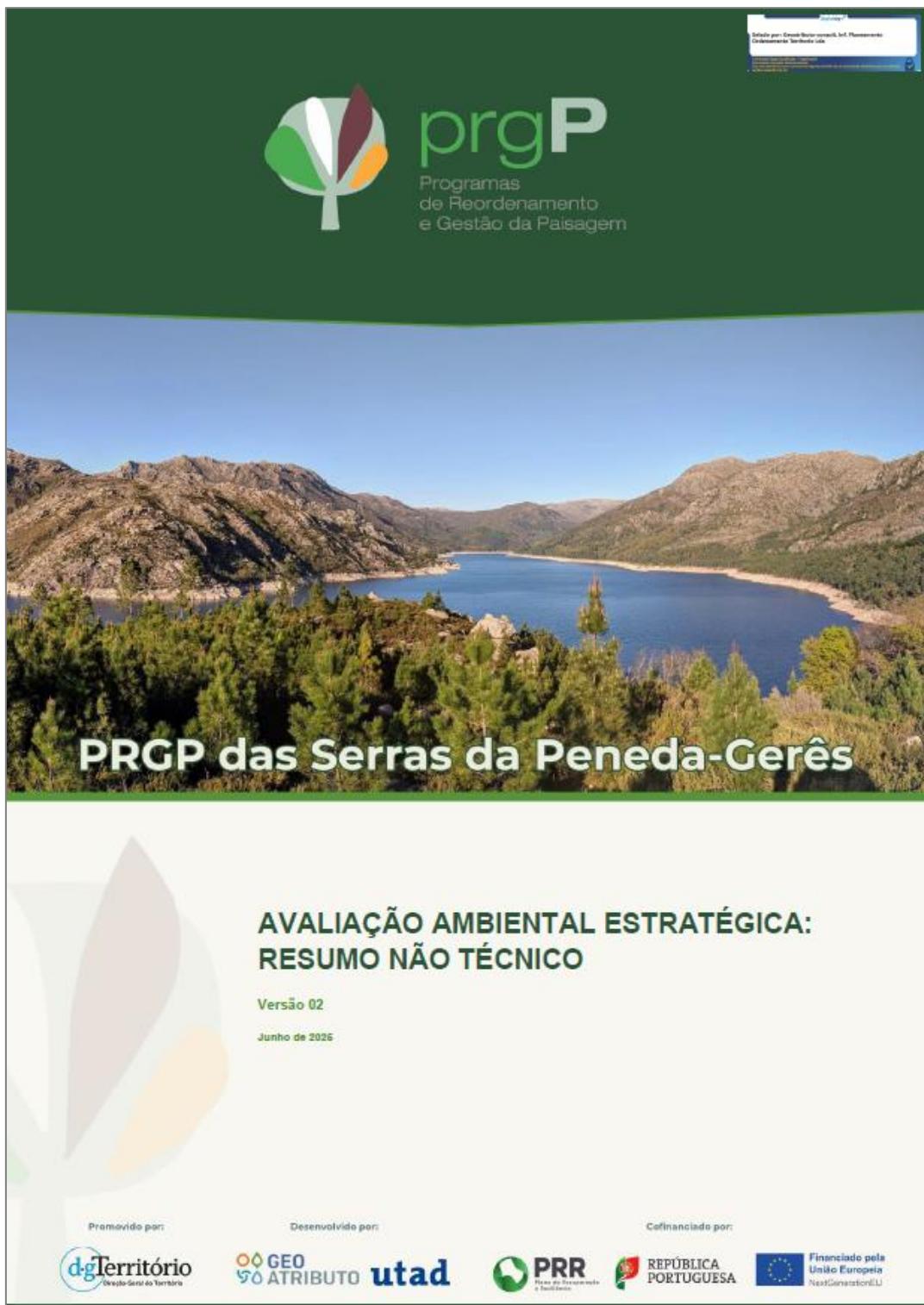


Figura 27: Diagnóstico Prospectivo



Figura 28: Relatório de Ponderação dos Contributos da 2.ª Consulta Institucional

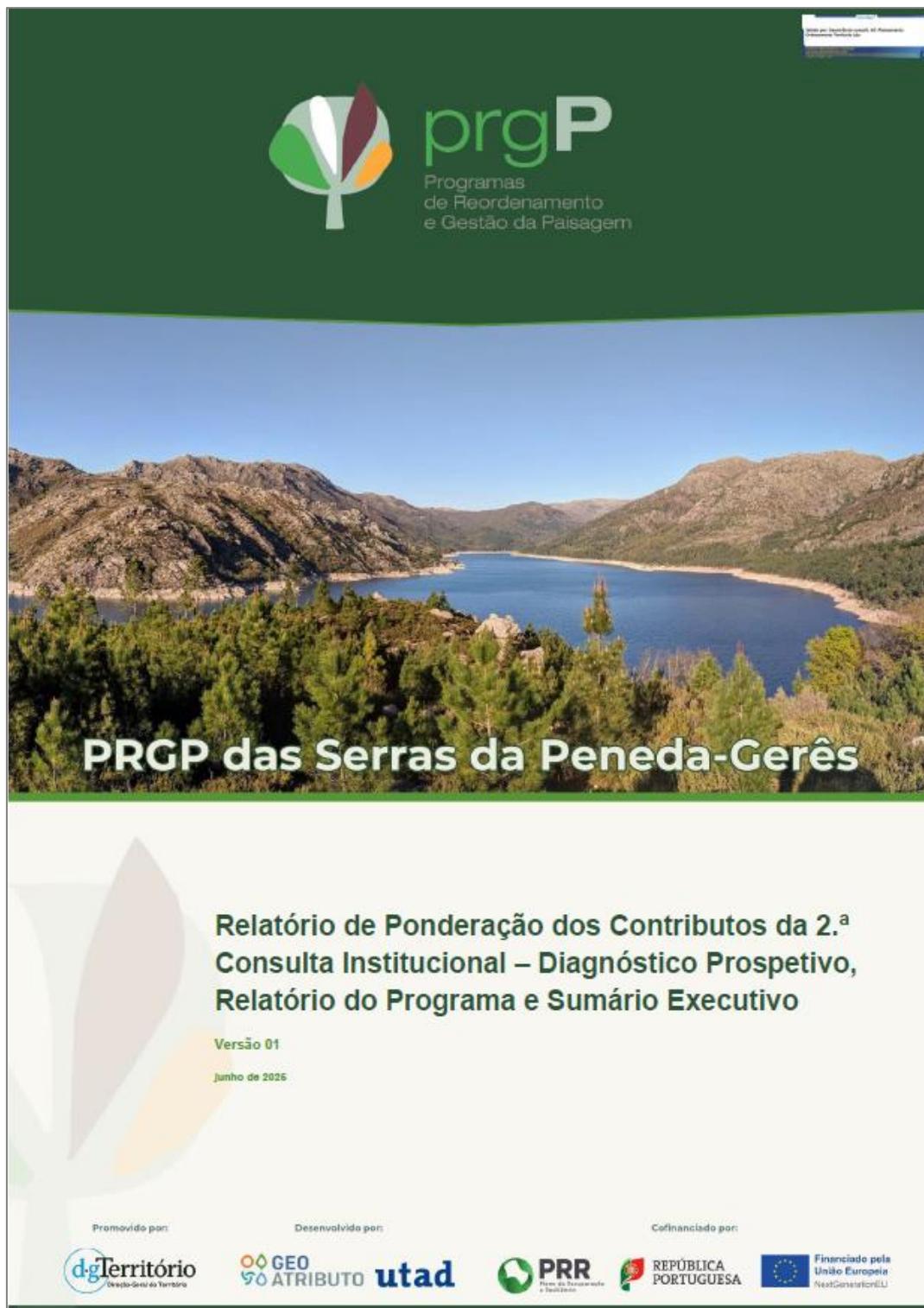
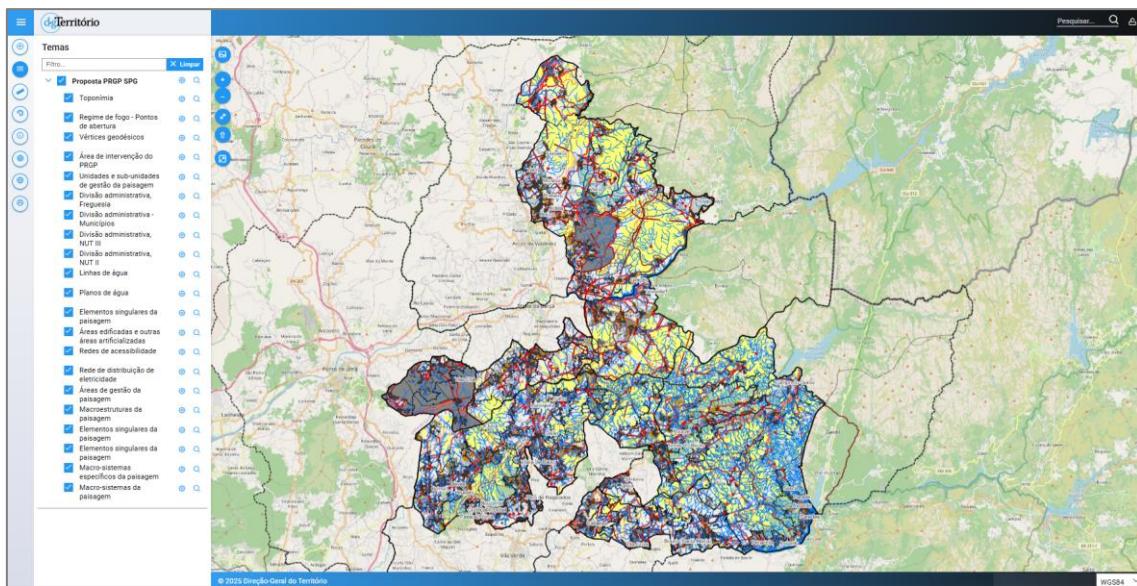


Figura 29: Informação Geográfica (DGT)



Fonte: Site oficial da DGT, acedido a 25 de junho, disponível em:
<http://geo1.dgterritorio.gov.pt/geoportal/v2/mapa/prgpapg>

3.3 MODOS DE CONSULTA

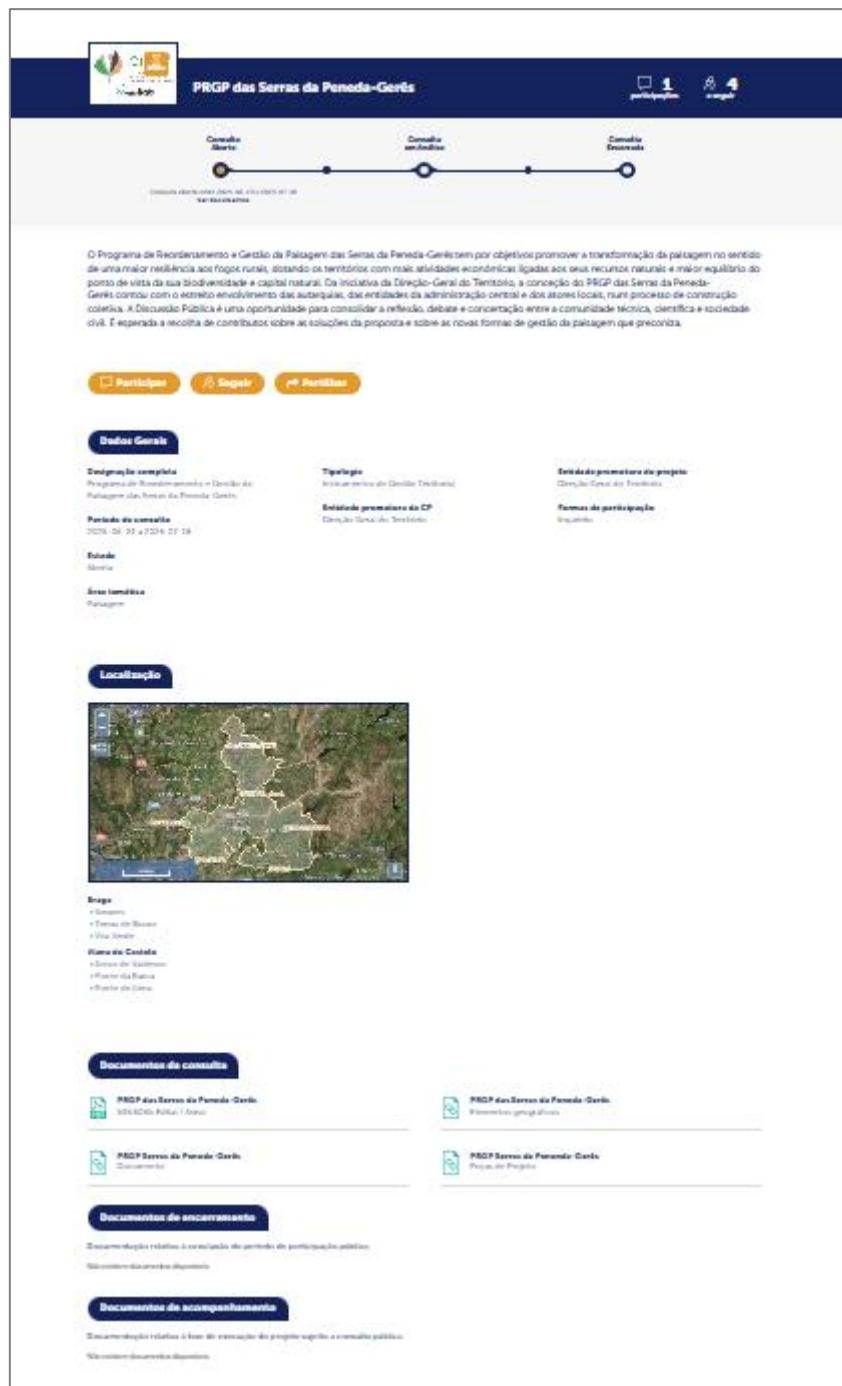
Durante este período, os documentos encontraram-se disponíveis para consulta dos interessados no Portal PARTICIPA (<https://participa.pt/>) e no portal da DGT (<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp/discussao-publica>). Os interessados podiam, ainda, consultar a documentação em discussão pública nas instalações da DGT e das Câmaras Municipais de Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

Figura 30: Página Eletrónica da DGT



*Fonte: Site oficial da DGT, acedido a 25 de junho, disponível em:
<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp/discussao-publica>*

Figura 31: Página Eletrónica do PARTICIPA



PRGP das Serras da Peneda-Gerês

Consultas abertas (0) | Consultas em curso (0) | Consultas encerradas (0)

Consultas abertas | Consultas em curso | Consultas encerradas

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês tem por objectivos promover a transformação do território no sentido de uma maior resiliência aos fatores rurais, estando os territórios com maiores relações económicas ligadas aos recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. Da iniciativa da Direção-Geral do Território, a conceção do PRGP das Serras da Peneda-Gerês contou com o extreto envolvimento das autoridades, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva. A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e cidadã civil. É esperada a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza.

Participar | Seguir | Partilhar

Dados Gerais

Designação completa: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês

Tipologia: Reordenamento do território

Entidade promotora do CP: Direção-Geral do Território

Data da apresentação do projeto: 2020-04-30 | 2020-07-18

Entidade: Direção-Geral do Território

Formas de participação: Enquistas

Período de consulta: 2020-04-30 a 2020-07-18

Área temática: Paisagem

Localização

Braga:

- Serra da Estrela
- Terra de Bouro
- Vila Verde

Área da Consulta:

- Serra da Estrela
- Terra da Bouro
- Vila Verde

Documentos de consulta

- PRGP das Serras da Peneda-Gerês - MSA 2020 - Portaria 1 / Anexo
- PRGP Serras da Peneda-Gerês - Documento
- PRGP Serras da Peneda-Gerês - Documento

Documentos de acompanhamento

Documentos relativos à execução do período de participação pública

Não contém documentos disponibilizados

Documentos de acompanhamento

Documentos relativos à fase de execução do projeto seguidos a consulta pública

Não contém documentos disponibilizados

Fonte: Portal PARTICIPA, acedido a 25 de junho de 2025.

Figura 32: Página Eletrónica do Município de Amares

amares
MUNICÍPIO

Concelho Município Atividade Municipal Balcão Virtual Contactos

início • Notícias • I Discussão Pública: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda Gerês

I Discussão Pública: Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda Gerês

26 de junho de 2025



[F](#) [T](#)

O Município de Amares informa que se encontra aberto, até ao dia 18 de julho de 2025, o período de Discussão Pública do PRGP das Serras da Peneda-Gerês, promovido pela Direção Geral do Território (DGT).

Os documentos em Discussão Pública encontram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt). Os interessados podem, ainda, consultar tal documentação nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT) e na Câmara Municipal de Amares.

Durante o referido período, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA, no endereço: www.praticipa.pt.

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês tem por objetivos promover a transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural.

Mais informação: <https://participa.pt/.../prgp-das-serras-da-peneda-geres>

Fonte: Site oficial do Município de Amares, acedido a 30 de junho, disponível em: <https://amares.pt/%e2%84%b9-%f0%9d%90%83%f0%9d%90%a2%f0%9d%90%ac%f0%9d%90%9c%f0%9d%90%ae%f0%9d%90%ac%f0%9d%90%ac%f0%9d%90%9a%cc%83%f0%9d%90%a8-%f0%9d%90%8f%f0%9d%90%ae%f0%9d%90%9b%f0%9d%90%a5%f0%9d%90%a2/>

Figura 33: Página Eletrónica do Município de Arcos de Valdevez

Sessão Pública de Apresentação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês

Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês

08 Julho 2025



PRGP das Serras da Peneda-Gerês

Sessão Pública

8 de julho | 10h30

Arcos de Valdevez

Auditório do Centro Ciência Viva Oficinas Criatividade Himalaya



A Direção-Geral do Território (DGT), com o apoio da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, promoveu no Centro Ciência Viva dos Arcos/Oficinas de Criatividade Himalaya uma sessão pública no âmbito da Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), a decorrer desde 23 de junho.

O PRGP-SPG abrange 67.100 hectares, distribuídos por 45 freguesias e seis concelhos da região Norte, e visa:

- Reforçar a proteção do património natural;
- Promover a gestão sustentável da paisagem;
- Combatir o despovoamento e dinamizar a economia rural;
- Prevenir incêndios rurais;
- Melhorar a estrutura fundiária e o cadastro.

A sessão teve como objetivo apresentar as medidas propostas e recolher contributos da comunidade. A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emilia Cerdeira, destacou a importância estratégica do programa para a valorização do território e o desenvolvimento sustentável, sublinhando que "esta é uma oportunidade para reforçar a resiliência da paisagem e dinamizar a economia local."

A documentação encontra-se disponível no Portal PARTICIPA, no site da DGT e nas Câmaras Municipais de Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

Fonte: Site oficial do Município de Arcos de Valdevez, acedido a 09 de julho, disponível em: https://www.cmav.pt/pages/2805?event_id=3583; https://www.cmav.pt/pages/1848?news_id=6484

Figura 34: Página Eletrónica do Município de Terras de Bouro

AMBIENTE

Período de discussão pública da Proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda – Gerês

Publicado 23 junho, 2025

O Município de Terras de Bouro informa que está a decorrer o período de discussão pública da Proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda – Gerês, promovido pela Direção Geral do Território (DGT), situação que ocorre entre os dias 23 de junho e 18 de julho de 2025.

Durante este período, para além da realização de sessões públicas de esclarecimento em datas e locais que serão anunciados oportunamente, os interessados poderão consultar a Proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda – Gerês presencialmente nas instalações da Câmara Municipal de Terras de Bouro, na Divisão de Planeamento e Urbanismo, durante o período normal de expediente.



PESQUISAR NOTÍCIAS

Ação Social
Ambiente
Assembleia Municipal
Avisos
Cultura
Desporto
Editais
Educação
Obras Municipais
Proteção Civil
Saúde
Sociedade
Turismo
Arquivo Notícias



Fonte: Site oficial do Município de Terras de Bouro, acedido a 25 de junho, disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/noticias/ambiente/peri%C3%ADodo-de-discuss%C3%A3o-p%C3%A9-Ablica-da-proposta-do-programa-de-reordenamento-e-gest%C3%A3o-da-paisagem-prgp-das-serras-da-peneda-%E2%80%93-ger%C3%AA>

3.4 LOCAL DE CONSULTA E SUBMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES

Cumprindo o disposto no Aviso n.º 14438/2025/2, de 06 de junho, que indicava que “os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA”, o PRGP SPG esteve disponível para consulta, durante o período referido, através dos seguintes meios:

- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Amares – Largo do Município, 4720-058 Amares;
- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Arcos de Valdevez – Praça Municipal, 4974-003 Arcos de Valdevez;
- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Ponte da Barca – Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca;
- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Ponte de Lima – Praça da República, 4990-062 Ponte de Lima;
- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Terras de Bouro – Praça do Município, 4840-100 Terras de Bouro;
- Versão impressa do documento – Câmara Municipal de Vila Verde – Praça do Município, 4730-722 Vila Verde;
- Versão impressa do documento – DGT – Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa;
- Versão digital do documento - Sítio Oficial da DGT (<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp/discussao-publica>);
- Versão digital do documento - Sítio Oficial do PARTICIPA (<https://participa.pt/pt/consulta/prgp-das-serras-da-peneda-geres>).

Figura 35: Página Eletrónica para a participação do PARTICIPA



PRGP das Serras da Peneda-Gerês

1 participações 4 a seguir

Consulta Aberta Consulta em Análise Consulta Encerrada

Consulta aberta entre 2025-06-23 e 2025-07-18
[Ver documentos](#)

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês tem por objetivos promover a transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. Da iniciativa da Direção-Geral do Território, a conceção do PRGP das Serras da Peneda-Gerês contou com o estreito envolvimento das autarquias, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva. A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil. É esperada a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza.

[Participar](#) [Seguir](#) [Partilhar](#)

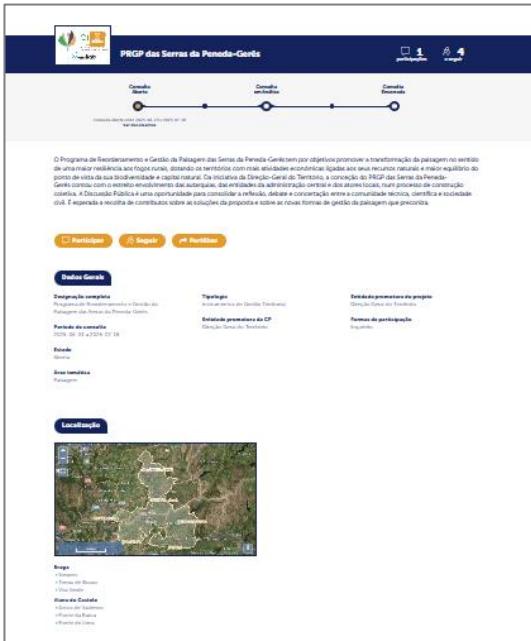
Fonte: Portal PARTICIPA, acedido a 25 de junho de 2025.

3.5 SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE

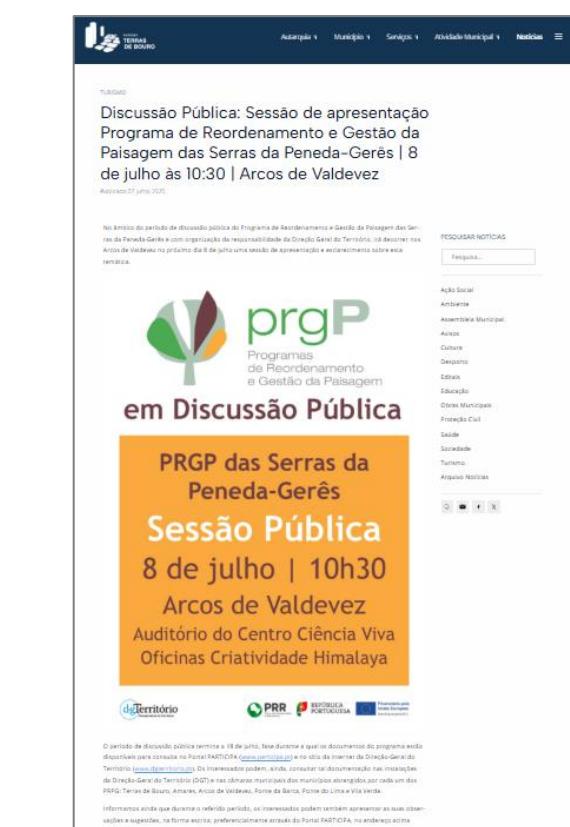
O Aviso n.º 14438/2025/2, de 06 de junho, informava que durante o período de discussão pública se realizaria pelo menos uma sessão pública num dos municípios abrangidos pelo Programa. Esta sessão decorreu no Auditório do Centro Ciência Viva Oficinas da Criatividade Himalaya, concelho de Arcos de Valdevez, a 8 de julho de 2025, pelas 10h30. O PRGP SPG, no concelho de Arcos de Valdevez, abrange nove freguesias, nomeadamente Ázere, Cabana Maior, Cabreiro, Couto, Gondoriz, Soajo, Vale, União das freguesias de Grade e Carralcova e União das freguesias de São Jorge e Ermelo. A sessão presidida pela vice-presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Emília Cerdeira, e pela Diretora-Geral do Território, Fernanda do Carmo, contou com a presença dos interlocutores dos municípios e das freguesias que abrangem o PRGP SPG e de várias entidades e agentes do território com responsabilidades na área do ordenamento do território e de gestão da paisagem.

A sessão contou com a apresentação técnica do PRGP SPG e a exposição das opções e propostas de reordenamento e gestão da paisagem em Discussão Pública, tendo terminado com um debate e partilha de conhecimentos.

Figura 36: Sessão Pública sobre o PRGP SPG em Arcos de Valdevez, a 08/07/2025 - Divulgação











Arcos de Valdevez acolhe sessão pública sobre gestão da paisagem das Serras da Peneda-Gerês

Centro Círculo Viva dos Arcos/Oficinas de Criatividade Himalaya, em Arcos de Valdevez, recebeu uma sessão pública promovida pela Direção-Geral do Território (DGTT), com o apoio da Câmara Municipal, no âmbito da Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), que decorre desde 21 de junho.

O PRGP-SPG abrange 8.700 hectares, distribuídos por 45 freguesias e seis concelhos da região Norte — incluindo Arcos de Valdevez —, e tem como objetivos: reforçar a proteção do património natural, prevenir incêndios rurais, combater o despovoamento, melhorar a estrutura fundiária e dinamizar a economia rural através de uma gestão sustentável da paisagem.

Durante a sessão, foram apresentadas as propostas e recibidos os contributos da comunidade local. A vice-presidente da autarquia, Emilia Cerdeira, destacou o valor estratégico do programa, afirmando que "esta é uma oportunidade para reforçar a resiliência da paisagem e dinamizar a economia local".

A documentação está disponível para consulta no Portal PARTICIPA, no site da DGTT e nas câmaras municipais de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

publicação de Barca Fm Rádio

Barca Fm Rádio 10 de Julho às 13:48

ARCOS DE VALDEVEZ RECEBEU SESSÃO PÚBLICA DE DISCUSSÃO DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA PENEDA-GERÊS

A Direção-Geral do Território (DGTT), com o apoio da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, promoveu no Centro Círculo Viva dos Arcos/Oficinas de Criatividade Himalaya uma sessão pública no âmbito da Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), que decorre desde 21 de junho, até 28 de julho.

Esta zona abrange um total de mais de 67 mil hectares, ao longo de 45 freguesias e 6 concelhos da região e este programa visa essencialmente "reforçar a proteção do património natural, promover a gestão sustentável da paisagem, combater o despovoamento, dinamizar a economia rural, prevenir incêndios rurais e melhorar a estrutura fundiária e o cadastro".

A sessão contou com a participação de representantes das instituições e a recolher contributos da comunidade", tendo contado com a presença da vice-presidente da Câmara Municipal, Emilia Cerdeira, que "destacou a importância estratégica do programa para a valorização do território e o desenvolvimento sustentável".

A documentação encontra-se disponível no Portal PARTICIPA, no site da DGTT e nas Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

#barcafmr

Texto - Nuno Cardoso




Fonte: Portal Participa (<https://participa.pt/>); Agroportal (<https://www.agroportal.pt/events/event/sessao-publica-programa-de-reordenamento-e-gestao-da-paisagem-prgp-das-serras-da-peneda-geres-8-de-julho-arcos-de-valdevez/>) consultada a 09/07/2025; Município de Terras de Bouro (<https://www.terrasedebouro.pt/noticias/turismo/discuss%C3%A3o-p%C3%ABlica-sess%C3%A3o-de-apresenta%C3%A7%C3%A3o-programa-de-reordenamento-e-gest%C3%A3o-da-paisagem-das-serras-da-peneda-ger%C3%A3o-8-de-julho-%C3%A0s-10-30-arcos-de-valdevez/>); Município de Arcos de Valdevez (<https://www.facebook.com/CmaArcosDeValdevez/>); Barca Fm Rádio (<https://www.facebook.com/barcafmr/posts/arcos-de-valdevez-recebeu-sess%C3%A3o-p%C3%ABlica-de-discuss%C3%A3o-do-programa-de-reordenamento-132161294679144/>); ALTOMINHO.TV (<https://www.altominho.tv/site/2025/07/10/arcos-de-valdevez-acolhe-sessao-publica-sobre-gestao-da-paisagem-das-serras-da-peneda-geres/>).

Figura 37: Sessão Pública sobre o PRGP SPG em Arcos de Valdevez



Fonte: GeoAtributo & UTAD, 08/07/2025.

4 CONTRIBUTOS RECEBIDOS

4.1 METODOLOGIA

As participações rececionadas foram analisadas, apreciadas e ponderadas de forma individualizada. Em benefício da equidade e transparência da análise das participações foi elaborada uma ficha tipo que contém os elementos que se enunciam de seguida:

- Número de Identificação da Participação;
- Temas e subtemas abordados;
- Contributo/ Sugestão da participação;
- Ponderação.

4.2 ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Findo o período de discussão pública, as participações foram analisadas quanto ao seu conteúdo e desagregadas em função da sua incidência sobre os temas e subtemas dos documentos da proposta.

Os critérios de ponderação considerados atenderam aos seguintes aspetos:

- Desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
- Desconformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Enquadramento com os objetivos do PRGP SPG.

Durante o período de consulta pública foram rececionadas 13 (treze) participações, as quais se identificam e analisam no quadro seguinte.

Quadro 2: Participações decorrentes da consulta pública

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Diagnóstico da Situação Territorial
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>O Relatório do Programa destaca a problemática da expansão das espécies invasoras, questão que a Biond tem tentado trazer para a discussão dos PRGP de várias formas. Aproveitando “esta dinâmica de incêndios poderá amplificar consequências ambientais problemáticas já existentes no território como a expansão de espécies exóticas invasoras, mimosas australianas e as háqueas (<i>Hakea sericea</i>) (que se constitui indiscutivelmente como um dos maiores, se não o maior, problemas com que o território se debate atualmente)...” há que chamar a atenção para o facto de que se removermos o coberto florestal atualmente existente na região em processos de reconversão, removermos todo o subcoberto (“...em consequência do novo enquadramento de gestão de biomassa, também muito associado à gestão do risco de incêndios rurais. É muito fácil encontrar novas áreas de invasoras recentes, que até esse momento eram inexistentes.”), existe o risco agravado de se conseguir reunir condições ótimas para a proliferação destas espécies e adicionalmente reduz-se teor de matéria orgânica, elemento essencial para aumentar a pouca (genericamente) fertilidade dos solos florestais.</p>	<p>A expansão de espécies exóticas invasoras — como as mimosas australianas e a <i>Hakea sericea</i> — representa uma ameaça significativa à resiliência dos ecossistemas florestais e é um dos principais desafios de gestão no território.</p> <p>Reconhecemos que os processos de reconversão do coberto florestal e a remoção intensiva do subcoberto, especialmente quando associados a intervenções de gestão de combustível, podem criar condições particularmente favoráveis à proliferação destas espécies, sobretudo em áreas com solos de baixa fertilidade e reduzido teor de matéria orgânica.</p> <p>Assim, considera-se fundamental que, na fase de implementação das medidas de transformação da paisagem, sejam acauteladas ações fitossanitárias específicas, bem como práticas de gestão adaptativa que promovam a regeneração de vegetação autóctone e a manutenção da qualidade e estrutura do solo, de forma a mitigar o risco de invasão biológica e promover a sustentabilidade dos sistemas florestais no médio e longo prazo.</p> <p>Será, por isso, incorporada uma recomendação específica nesse sentido, com vista a assegurar que estas preocupações sejam efetivamente consideradas na operacionalização das intervenções previstas no PRGP.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Metodologia
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
<p>O documento refere amiúde a relevância e especificidade da ZEC/ZPE, mas da forma como está a ser abordada só virá acentuar a percepção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes “As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui:</p> <p>https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457</p> <p>A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Estas correlação manifesta-se de várias formas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Maior Probabilidade e Área Ardida: <ul style="list-style-type: none"> As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial. Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas. 2. Maior Severidade do Fogo: <ul style="list-style-type: none"> Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos. 3. Aumento Drástico da Exposição da População: <ul style="list-style-type: none"> As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios. Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas. 	<p>As medidas concretas de gestão e proteção aplicáveis a cada ZEC/ZPE são definidas em instrumentos próprios, fora do âmbito dos PRGP, e da responsabilidade das entidades competentes, como o ICNF. Assim, o PRGP apenas pode referenciar e articular-se com esses enquadramentos, mas não tem capacidade para os definir ou alterar.</p> <p>Ainda assim, reconhecendo a importância de compatibilizar os objetivos de conservação com a segurança das populações e a resiliência territorial, foi incorporada uma nota de enquadramento no PRGP que refira esta realidade e a necessidade de articulação interinstitucional, de modo a que estas zonas sejam alvo de atenção específica na implementação de medidas de gestão ativa e prevenção de incêndios.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base este enquadramento, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.</p> <p>O sucesso do PRGP só será possível com a mobilização dos proprietários, no caso em concreto também dos Concelhos Diretivos do Baldios, bem como empresários e essa componente sociológica não está a ser considerada no planeamento considerado.</p> <p>Esse paradigma, de considerar o perfil, as expectativas e os meios disponíveis do proprietário florestal está ausente das Propostas apresentadas.</p>	<p>Regista-se a observação quanto à reduzida participação dos proprietários e à importância de uma linguagem acessível como fator facilitador. Reconhece-se ser relativamente comum uma certa distância ou desconfiança face a processos participativos e administrativos, sobretudo quando associados a linguagem técnica ou percecionados como distantes da realidade prática do terreno.</p> <p>Contudo, importa também referir que, ainda que sem a expressividade desejada, foram registadas participações de proprietários e agentes do território nas sessões de trabalho promovidas para a elaboração do PRGP. Destaca-se positivamente, neste âmbito, o contributo de agrupamentos de baldios, que assumiram um papel ativo nos momentos participativos, evidenciando que existe capacidade instalada e interesse local em contribuir para soluções ajustadas às especificidades territoriais.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Desenho da Paisagem
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
<p>As Macroestruturas da paisagem, comportam complexidade e também conceitos genéricos que aplicados no território e em particular nos espaços florestais vão condicionar e impossibilitar atividades e intervenções, nomeadamente na área de produção florestal que são enquadradas e avaliadas por outros instrumentos de gestão. Em particular, no que respeita à Estrutura de conectividade ecológica, onde são incluídos corredores húmidos (tudo indica que são linhas de água permanentes e efêmeras com buffers de 10 metros), não se compreendendo a proposta de ir além das linhas de água permanentes com galeria ripícola, estando aparentemente incluídas linhas efêmeras, algumas das quais nem terão expressão no terreno. Esta abordagem genérica irá fragmentar ainda mais as parcelas a intervir, num território já de si fragmentado.</p> <p>A definição e o desenho destas Macroestruturas, apesar de macro e carecerem de adaptabilidade ao terreno, são georreferenciadas ao detalhe e sendo integradas em PDM, como previsto na D1, mais tarde ou mais cedo, vão ser condicionantes da gestão ativa do território e por conseguinte da floresta existente. A conectividade já está prevista nos PROF, através de corredores ecológicos os quais também só se aplicam às áreas florestais. De notar ainda, que no âmbito dos PROF, os corredores ecológicos têm um tratamento específico, não estando claro qual o tratamento a dar-lhes nos PRGP. Aproveitando esta oportunidade, a forma do desenho e planeamento dos Corredores Ecológicos é algo que não tem par noutras partes do mundo, não estando ainda consolidado o conhecimento sobre o seu impacto e benefício.</p> <p>Assim o PRGP está nesta matéria a alargar a abrangência destas estruturas, sem que estejam consolidadas as orientações e sem que se faça a avaliação no terreno e nos impactos sobre a gestão e impacto económico a diversos níveis.</p>	<p>Agradecemos o contributo e os aspetos levantados, que consideramos muito relevantes para a reflexão em torno da aplicação prática das macroestruturas da paisagem.</p> <p>No que se refere às macroestruturas da paisagem, e considerando que os PRGP são instrumentos de natureza programática, sublinha-se que as estruturas de conectividade ecológica assumem um papel orientador na organização do território, não tendo, por si só, caráter vinculativo direto à escala da gestão de prédios rústicos ou à definição de usos específicos. A sua aplicação deverá, por isso, ser adaptada às especificidades locais, tendo em consideração a realidade biofísica, social e económica de cada território.</p> <p>Os PRGP constituem um quadro estratégico de referência, e a sua operacionalização depende de uma articulação estreita com os instrumentos de gestão territorial de escala municipal e intermunicipal (como os PDM e os PROF), que terão a responsabilidade de traduzir as orientações gerais em propostas ajustadas ao contexto concreto, garantindo, assim, maior adequação à realidade dos proprietários, produtores e comunidades locais.</p> <p>No caso específico da estrutura de conectividade ecológica, reconhece-se a importância de evitar a imposição de critérios demasiado genéricos ou rígidos, sobretudo quando envolvem elementos como linhas de água efêmeras, cuja expressão no terreno pode ser reduzida ou inexistente. Sublinha-se, por isso, a necessidade de que, na fase de concretização e compatibilização com os instrumentos de planeamento locais, seja avaliada a aderência ao território, de forma a evitar constrangimentos desproporcionados à gestão florestal ativa.</p> <p>Por fim, e conforme referido, o tema da conectividade ecológica é ainda um campo em evolução, tanto do ponto de vista científico como técnico. O PRGP procura, nesse sentido, alinhar-se com princípios de ordenamento sustentado e precaução ecológica, mas sem substituir a avaliação de impacte local nem as orientações técnicas e regulamentares dos instrumentos já existentes, nomeadamente os PROF, onde os corredores ecológicos têm um enquadramento próprio.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Matriz de Transição
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
<p>A matriz de transformação resume-se essencialmente à redução das áreas de produção florestal, de eucalipto e pinheiro-bravo, além dos matos, querendo transformá-las em áreas agrícolas, agro silvopastoris, pastagens o que implicará, a curto (5 anos) e médio prazo (10 anos), que surjam agricultores na região, a desflorestação ou o abandono e falta de gestão, com implicações que o PRGP não avalia. De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.</p> <p>Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento de proprietários. O impacto destas medidas na economia do proprietário, economia local e dos setores afetados, não é avaliado na PRGP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área total da intervenção: cerca de 67.101 ha. • Área de transformação prevista: 5.357 ha (7,98% da área total), sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Curto prazo: 1.337 ha (25%) • Médio prazo: 4.020 ha (75%) <p>Terrenos baldios: 14.736 ha (32% da área total), dos quais 1.260 ha serão transformados.</p> <p>Transformações principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • +1.300 ha para sistemas agrícolas (+3%) • +1.500 ha para mosaicos agro-silvo-pastoris (+3,4%) • +1.100 ha para vegetação ripícola (+2,5%) • Cedência de ~1.700 ha de matos para outros usos • Reversão de ~2.300 ha de floresta de produção para usos resilientes 	<p>A compartimentação e a gestão integrada da paisagem são fatores essenciais para assegurar a resiliência e sustentabilidade dos ecossistemas florestais e rurais. O PRGP reconhece que a transformação de usos florestais deve ser conduzida com ponderação e respeito pela vontade dos proprietários, sendo a reconversão de áreas de produção florestal uma possibilidade que só se concretizará caso esta seja, efetivamente, a intenção dos mesmos.</p> <p>A adoção de mosaicos de sistemas agro-silvo-pastoris no âmbito dos PRGP é exemplo disso pois visa garantir maior flexibilidade na gestão do território, permitindo que, dentro das áreas definidas, cada promotor possa optar livremente entre diferentes usos compatíveis — agrícola, agrosilvopastoril ou florestal. No caso da opção florestal, esta deverá assumir uma configuração distinta da floresta de produção intensiva, nomeadamente através de uma densidade arbórea mais reduzida, privilegiando a multifuncionalidade do uso do solo, a integração com práticas sustentáveis e a promoção de maior resiliência do território face ao risco de incêndio. Em última análise, esta abordagem permite que a decisão final recaia sobre os agentes do território, garantindo, ainda assim, que os objetivos do Programa de Transformação de Paisagem, se possam atingir.</p> <p>É fundamental que a gestão florestal seja orientada por práticas que promovam a diversidade funcional e a sustentabilidade a longo prazo, garantindo que as áreas produtivas sejam mantidas e valorizadas, ao mesmo tempo que se protege a biodiversidade e se minimizam os riscos ambientais, como o abandono e a desflorestação. E a gestão de todos estes estratos é fundamental. O reforço da gestão é fulcral no processo.</p>
<p>A transformação proposta não é compatível com recursos de mão de obra e estrutura social do território, nomeadamente no que diz respeito à transformação para sistemas agrícolas e SAF. Considerar a reconversão de 2.300 ha de floresta de produção para outros usos resilientes é contraditório com a opção de gestão da floresta que a contribua para a resiliência e controlo de invasoras. A área a intervir para vegetação ripícola deve também ser avaliada. O que é exatamente? Está-se a falar de rios e ribeiras com galerias ripícolas para recuperar ou a desenvolver quando dominadas de acácias, por exemplo?</p> <p>Na Transformação da Paisagem (Curto Prazo - 5 anos) está a prever-se intervir em 1.337,1 ha, convertendo sistemas florestais de produção (437,4 ha) e sistemas agrícolas (0,3 ha) em sistemas agrícolas no primeiro caso e em vegetação ripícola no segundo. Qual o equilíbrio que se está aqui a querer construir se não se atende a atividade económica existente e se pretende amputar 33% do território das suas capacidades produtivas ou artificialmente vão-se "gerar" novos agricultores?</p>	<p>Compreende-se a preocupação quanto à exequibilidade das metas de transformação propostas, nomeadamente no que diz respeito à disponibilidade de mão de obra, estrutura social e manutenção da atividade económica nos territórios. No entanto, importa sublinhar que o PRGP não impõe mudanças, mas antes propõe um quadro estratégico que visa tornar mais atrativa a adoção de sistemas mais resilientes, através de instrumentos de incentivo e apoio à implementação de soluções integradas.</p> <p>A reconversão prevista tem como objetivo aumentar a resiliência territorial e não comprometer a produção florestal viável, mas sim orientá-la para modelos de gestão mais sustentáveis e eficazes e promover o controlo de invasoras.</p> <p>Relativamente às áreas previstas de vegetação ripícola, o objetivo é recuperar e reforçar os corredores ecológicos associados a linhas de água, prioritariamente onde dominam atualmente espécies invasoras como as acácias, mas sendo essas áreas</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>identificadas em função do seu potencial ecológico e não apenas da sua situação atual.</p> <p>Por fim, importa reforçar que o equilíbrio económico do território já se encontra ameaçado, sendo ciclicamente interrompido pelos grandes incêndios que forçam o reinício de ciclos produtivos, muitas vezes em contextos de desorganização.</p> <p>Nesse sentido, a proposta de transformação procura ajudar a quebrar esse ciclo, oferecendo alternativas e promovendo maior sustentabilidade a longo prazo. No limite, se não houver adesão, o território manter-se-á como está — mas perder-se-á uma oportunidade estratégica de mudança positiva.</p>
	<p>O PRGP procurou, desde o início, trabalhar precisamente numa lógica de transformação viável e adaptada às realidades locais, apostando em soluções que potenciem os recursos já existentes, valorizem o território e sejam passíveis de adesão por parte dos proprietários.</p> <p>Importa sublinhar que a transformação proposta não tem de ser intrusiva. A conversão de áreas de matos, por exemplo, pode perfeitamente dar origem a mosaicos agrosilvopastoris, mantendo uma base natural e produtiva, com menor exigência de recursos e maior adaptabilidade às condições do terreno.</p> <p>Acresce que, nas sessões de trabalho realizadas com os atores locais, foi frequentemente apontada a escassez de áreas disponíveis e adequadas para a atividade pastoril — uma das razões que levou à aposta nestes mosaicos multifuncionais, enquanto alternativa realista e ajustada ao território.</p> <p>Quanto aos locais estratégicos identificados para intervenção, foi feito um esforço técnico de identificação de áreas com maior potencial para contribuir para a resiliência territorial. O desenho ou localização dessas áreas pode não recolher o consenso de todos, é natural — trata-se de um processo com margens de subjetividade. Mas é também uma base de trabalho que poderá ser ajustada e discutida no momento da implementação, sempre em articulação com os atores locais.</p> <p>O essencial é garantir que o território evolui de forma mais resiliente e sustentável e que não fica vulnerável a cada novo ciclo de incêndios. Isso, sim, tem custos elevados para todos.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Regime de Fogo
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>Reconhecemos que a simulação efetuada reflete o cenário resultante da aplicação integral da matriz de transformação da paisagem, com base nas premissas selecionadas para a redução da área de produção florestal, o que explica a significativa diminuição da área classificada com perigosidade extrema e o aumento da área com perigosidade reduzida.</p> <p>Contudo, importa salientar que o objetivo principal destas simulações é evidenciar os potenciais benefícios que podem advir de uma gestão estratégica e integrada do território, mesmo que, como corretamente apontado, não tenha sido explicitamente considerado o período temporal para a implementação das transformações nem os custos sociais e económicos associados.</p> <p>Pretende-se, com este Programa, promover uma mudança de paradigma na área de intervenção, em que o que não for transformado é integrado numa lógica de gestão ativa. De novo, reforça-se que a gestão efetiva do território deve ser a palavra chave para o sucesso destes PRGPs e dos princípios que lhe estão subjacentes.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Áreas e Ações Prioritárias Outra
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>O Eucalipto e o Pinheiro-bravo são associados a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si.</p> <p>A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.</p> <p>Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista <i>Science of the Total Environment</i> por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título “<i>Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier</i>”, em que se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal; • A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes; • Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto; • O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio; • A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação; <p>Embora o programa fundente a reconversão na elevada combustibilidade destas espécies, a evidência científica nacional aponta que o risco de incêndio está mais associado à ausência de gestão do que à espécie em si.</p>	<p>Agradecemos o comentário, que reforça uma leitura importante sobre a complexidade da relação entre espécies florestais e risco de incêndio.</p> <p>Concordamos que a combustibilidade associada a espécies como o Eucalipto ou o Pinheiro-bravo não pode ser dissociada do contexto de gestão. Como bem referem os estudos e outros investigadores nacionais, o risco de incêndio depende mais da acumulação e continuidade do combustível e da falta de gestão ativa do que da espécie em si. O PRGP reconhece esta evidência. Contudo, também é unânime assumir que a diversidade de uso de solos, isto, é a compartimentação do território, resulta numa abordagem de benefício crescente para o território, aumentando a sua resiliência, sem que isso diminua ao potencial produtivo do mesmo. Essa mudança de paradigma, porventura, deveria ser incluída na filosofia das empresas com mais forte pendor produtivo.</p> <p>A transformação prevista no programa não assenta numa desvalorização das espécies de produção florestal nem parte do princípio de que a sua substituição é, por si só, solução para o risco. A proposta de reconversão incide sobre áreas muito específicas, onde há contextos de proximidade a pessoas e bens e forte vulnerabilidade ao fogo. Mesmo aí, a reconversão não é sinónimo de erradicação: as opções de transformação incluem sistemas agrossilvopastoris e florestas multifuncionais de menor</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>densidade, com enfoque na compartimentação da paisagem e aumento da sua diversidade estrutural.</p> <p>A gestão ativa e sustentável de povoamentos de eucalipto e pinheiro-bravo — com rotação adequada, limpezas regulares, boas acessibilidades e planeamento do mosaico — pode e deve continuar a ser parte da solução. Aliás, essa lógica de mosaico é central no PRGP. A transformação é, por isso, seletiva, adaptativa e não dogmática. Mais do que substituir espécies, pretende-se criar paisagens mais resilientes, rentáveis e diversificadas, em articulação com os agentes do território.</p> <p>O PRGP não desresponsabiliza a gestão, pelo contrário: pretende criar condições para que ela seja viável, tecnicamente adequada e socialmente atrativa, combatendo precisamente o abandono que está na origem do problema identificado.</p>
<p>A primeira sugestão que consideramos essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários. No caso em concreto estamos numa região com condições para produtividade elevada para o eucalipto e pinheiro-bravo e onde, como referido no diagnóstico, a atividade florestal é importante na economia da região. Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:</p> <p>a) Gestão Diferenciada por Contexto</p> <ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; · Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. <p>b) Promoção de Mosaicos Funcionais</p> <ul style="list-style-type: none"> · Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). · Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). <p>c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada</p> <ul style="list-style-type: none"> · Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP). · Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. <p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p>	<p>A existência de povoamentos em áreas com boa aptidão florestal, como é o caso da região em causa, não exclui, em absoluto, a necessidade de gestão ativa — pelo contrário, reforça-a. O facto de uma espécie estar bem-adaptada ao local não elimina os riscos decorrentes da ausência de gestão. A promoção da gestão ativa e diferenciada é precisamente o paradigma que o PRGP pretende alcançar.</p> <p>A reconversão proposta no programa não assenta numa lógica de substituição generalizada por espécie, mas sim numa abordagem territorial seletiva, tendo como foco essencial áreas de elevado risco, em especial nas zonas de interface urbano-rural, como o próprio contributo sugere. Nesses casos, considera-se a transformação do uso do solo como uma das ferramentas possíveis para mitigar o risco e aumentar a resiliência do território. As alterações propostas pretendem-se pontuais, mas com impacto efetivo, naquilo que são os objetivos afetos ao programa de transformação da Paisagem.</p> <p>Relativamente à promoção de mosaicos funcionais, essa é uma das estratégias centrais do PRGP: diversificar o uso do solo, criar descontinuidades e integrar usos agrícolas e silvopastoris sempre que existam condições e interesse económico para tal. Essa integração é, aliás, uma das formas de gerar multifuncionalidade na paisagem, condição essencial para uma floresta mais resiliente e rentável.</p> <p>Por fim, também partilhamos a visão de que a remuneração por serviços dos ecossistemas deve estar condicionada à gestão efetiva dos espaços e constituir um incentivo à adoção de práticas compatíveis com os objetivos do PRGP. Este é um dos pilares fundamentais do novo modelo de paisagem que se pretende promover.</p> <p>O contributo apresentado é, assim, muito alinhado com os objetivos do programa e reforça a importância da implementação faseada, participada e</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>tecnicamente suportada de soluções de gestão adequadas à realidade e diversidade do território.</p>
<p>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</p> <p>De relembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantação associada à produção. A proposta D.12, para aplicação na avaliação das intenções de arborização ou rearborização ao abrigo do RJAAR “Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.” <p>Numa zona cuja fragmentação da propriedade é evidente e referenciada noutras partes do Relatório do Programa, esta sugestão não tem aplicação e nem é justa para os proprietários. Ficava sempre dependente do “primeiro” a chegar à fase de licenciamento. A promoção da agricultura e do pastoreio, numa visão idílica pode parecer possível, contudo, analisando o território e as suas pessoas, percebe-se que os territórios rurais estão a ficar desertificados e a atividade agrícola não é atrativa, quer pela exigência física, quer pela pouca rentabilidade percecionada.</p> <p>Por outro lado, permitir zonas abertas, é nesta zona em concreto, um convite à expansão das espécies invasoras já tão presentes no território.</p>	<p>Concordamos que o declive, isoladamente, não determina a perigosidade de um povoamento, sendo antes um dos vários fatores que influenciam o comportamento do fogo. O critério de declive não é entendido como uma exclusão, mas como um alerta para a necessidade de maior cuidado e planeamento na definição das ações a desenvolver em cada situação.</p> <p>A proposta D.12, referida no contributo, é uma orientação que procura compatibilizar a viabilidade da arborização/rearborização com a necessidade de assegurar a gestão de combustível em zonas de maior vulnerabilidade, nomeadamente em áreas de declive acentuado. A manutenção de zonas abertas e a promoção de silvopastorícia são algumas das soluções possíveis — e não obrigatórias — podendo ser adaptadas à realidade local. A gestão ativa continua a ser o elemento essencial, independentemente da solução técnica a adotar. O desenho proposto permite, mesmo assim, deixar sempre a oportunidade de que estas atividades possam ocorrer no território, mantendo dinâmicas que sabemos serem pré-existentes e da maior relevância para a economia e a gestão do território e da sua Paisagem.</p> <p>Reconhece-se, no entanto, que em territórios marcados pela forte fragmentação da propriedade e por um tecido social envelhecido e menos mobilizado para a atividade agrícola, a operacionalização de algumas dessas soluções pode apresentar dificuldades. É por isso que o PRGP procura criar condições para a viabilização dessas práticas, através de incentivos e de abordagens colaborativas (como a gestão agrupada), e não pela imposição de modelos únicos.</p> <p>Relativamente ao risco acrescido de proliferação de espécies invasoras nas zonas abertas, trata-se de uma preocupação legítima e que está integrada na lógica de planeamento do programa. A criação de mosaicos deve ser acompanhada de medidas de gestão contínua e adequada, precisamente para evitar a ocupação dessas áreas por espécies exóticas invasoras, sendo este risco tido em conta na implementação das ações no terreno.</p> <p>Assim, o PRGP não pretende uniformizar o território, mas sim dar-lhe ferramentas para responder com maior resiliência aos riscos existentes, ajustando a intervenção à diversidade de contextos locais e sempre com o princípio da adaptabilidade e da gestão como base de qualquer modelo de uso do solo.</p>
TEMA:	SUBTEMA:

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
Relatório do Programa	Conclusão
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>A reconversão generalizada de eucaliptais e pinhais com base na espécie ou no declive carece de fundamentação técnica não sendo ainda apresentados cenários do impacto dessas propostas na aceitação por parte dos proprietários, na evolução da paisagem e sequestro de carbono, por exemplo nem na economia local nem no impacto na disponibilidade de matéria-prima necessária à atividade da indústria instalada. A gestão ativa que considere o proprietário florestal, as condições específicas do local, que integre, se adequada a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos, são estratégias mais eficazes, sustentáveis e compatíveis com os objetivos do PRGP.</p> <p>Sugere-se que o programa adote uma abordagem mais flexível e baseada em risco, promovendo a gestão ativa e a valorização dos povoamentos existentes, em vez de impor reconversões generalizadas que podem comprometer a adesão dos proprietários e a viabilidade económica das intervenções. O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Sugere-se a preparação de um modelo de regime de gestão por espécie tal como referido acima.</p>	<p>O PRGP tem precisamente como um dos seus objetivos centrais promover uma gestão ativa, informada e adaptada às especificidades do território, pelo que se reconhece o valor de abordagens que considerem a diversidade de contextos locais e a realidade dos proprietários.</p> <p>A reconversão prevista no PRGP não se pretende generalizada ou baseada em critérios simplistas, mas sim orientada para situações concretas de risco acrescido, nomeadamente em áreas de interface com aglomerados, onde a pressão para a redução do combustível e a criação de descontinuidades é mais relevante. A promoção de mosaicos funcionais, com integração de usos, gestão compartimentada e adequação ao terreno, é precisamente a lógica subjacente ao desenho proposto, e não uma substituição sistemática da floresta de produção.</p> <p>Concorda-se que a compatibilização entre os objetivos do PRGP e os interesses dos proprietários florestais é essencial para garantir a sustentabilidade e a viabilidade das medidas preconizadas. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento de um modelo de regime de gestão por espécie é pertinente e será tida em consideração, na medida em que poderá permitir uma abordagem mais flexível e tecnicamente fundamentada, capaz de conciliar a produtividade, a resiliência e a prestação de serviços de ecossistema.</p> <p>A integração de indicadores de impacto económico, social e ecológico nas propostas de transformação será também um elemento a aprofundar em fases subsequentes do Programa, à medida que se avance para a sua implementação operacional. Reforça-se, por fim, que o PRGP visa criar condições para que o território não seja abandonado, mas antes valorizado através de soluções sustentáveis e adequadas às dinâmicas locais.</p>
<p>Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e começem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.</p>	<p>Do ponto de vista jurídico, os PRGPs são instrumentos de programação estratégica e orientação territorial, aprovados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM). Isso significa que não têm, por si só, força vinculativa direta e imediata para os particulares, como acontece com os planos territoriais de natureza regulamentar (caso dos PDM, PMOT, etc.). Os PRGPs vinculam principalmente as entidades públicas, orientando a afetação de recursos, o desenho de políticas e o financiamento de medidas, como incentivos ou programas de apoio à transformação da paisagem.</p> <p>Assim, no estado atual da legislação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os PRGPs não impõem diretamente obrigações aos proprietários privados, nem

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>proíbem usos, nem obrigam a reconversões.</p> <p>A sua eficácia plena sobre particulares depende da articulação com outros instrumentos territoriais, nomeadamente os planos diretores municipais (PDM) ou os planos intermunicipais (PIOT), que, esses sim, têm natureza regulamentar e são vinculativos para todos.</p> <p>Isto significa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A transformação de uma área florestal para um uso agrícola ou silvopastoril proposto no PRGP não é obrigatória para o proprietário; • A eventual obrigatoriedade de observância dessas diretrizes, como regras de ocupação, só acontecerá caso e quando forem transpostas para os planos municipais em vigor, através de alteração ao PDM ou outro instrumento de ordenamento com força vinculativa. <p>Por isso, não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os PRGP estão concebidos para que avisos para financiamento possam privilegiar ações e opções alinhadas com os PRGP.</p> <p>Esta distinção é fundamental para assegurar que os PRGP sejam instrumentos de orientação e incentivo, e não de imposição administrativa direta — sendo que a sua implementação no terreno deverá sempre passar por processos participativos e adaptados às realidades locais.</p>
<p>Destaca-se uma evolução na legislação europeia, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isso implicaria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos); 2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação; 3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade; 	<p>Agradecemos a relevância do destaque feito relativamente à evolução recente da legislação europeia, nomeadamente com a aprovação do Regulamento (UE) 2023/1115 relativo à desflorestação.</p> <p>O PRGP não promove a desflorestação, mas sim a transformação ponderada de partes do território com vista à criação de paisagens mais resilientes, biodiversas e economicamente viáveis. A reconversão de áreas florestais, quando proposta, é dirigida a situações muito específicas — como zonas de interface urbano-florestal, áreas de elevado risco de incêndio e locais com dificuldades evidentes de viabilidade de gestão florestal — e tem como objetivo último a redução do risco e a valorização do território.</p> <p>Importa sublinhar que a substituição de povoamentos florestais por sistemas agroflorestais ou silvopastorais — soluções previstas no PRGP — não se confunde com desflorestação no sentido previsto no regulamento europeu, uma vez que continuam a ser sistemas com cobertura arbórea significativa e com capacidade para prestar serviços de ecossistema e</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
<p>4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento.</p> <p>Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.</p>	<p>manter ou até aumentar o sequestro de carbono, a biodiversidade e a função do solo. E na prática coloca a oportunidade de tomada de decisão junto dos agentes locais do território.</p> <p>Ainda assim, partilhamos a preocupação relativa à necessidade de garantir que as políticas públicas não conduzam a uma imagem de regressão florestal a nível nacional. A implementação do PRGP deverá, por isso, ser acompanhada de uma monitorização rigorosa das mudanças de uso do solo, de forma a assegurar que as transformações ocorram dentro de um enquadramento sustentável e compatível com os compromissos nacionais e europeus. Esta perspetiva reforça a importância de uma abordagem baseada na gestão ativa e na multifuncionalidade da paisagem, sem comprometer a ambição ambiental de Portugal nem a sua competitividade económica.</p> <p>Neste contexto, reforça-se a importância de que os PRGP promovam não apenas a prevenção e redução do risco de incêndio rural, mas também a manutenção e valorização da floresta, assegurando a sua multifuncionalidade e os serviços dos ecossistemas que presta, incluindo o sequestro de carbono e a conservação da biodiversidade.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Relativamente ao proposto nas 6. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei. Por exemplo, a diretriz nº 12 em que se estabelecem, para as "áreas com declive superior a 25 % em qualquer projeto de arborização ou rearborização deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; c) Uma combinação das alíneas anteriores." <p>Propostas insustentáveis do ponto de vista de escala da propriedade e económico, deve sustentar-se na aplicação da legislação existente e na real fiscalização da mesma.</p>	<p>Concorda-se que as diretrizes devem ser coerentes com a legislação aplicável, nomeadamente no que se refere à utilização de solos em áreas com declive superior a 25%, matéria já regulada por diplomas como o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR). Como tal, as diretrizes propostas não deverão sobrepor-se ou contrariar o que a legislação nacional já prevê e regula — pelo contrário, devem servir como instrumento orientador que promova a aplicação efetiva da legislação sempre que existente, no que respeita às ações de arborização, rearborização e reconversão florestal.</p> <p>Este alinhamento permitirá garantir a coerência entre a escala estratégica do PRGP e os instrumentos operacionais de planeamento e gestão, assegurando o cumprimento das exigências legais em vigor e a adequada adaptação às características locais.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	01 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 1) – NAVIGATOR FOREST PORTUGAL, SA
	<p>No que respeita às macroestruturas da paisagem, a sua função é eminentemente estruturante e orientadora, permitindo identificar zonas de importância ecológica ou funcional na organização do território. A sua eventual integração em instrumentos vinculativos, como os PDM, deverá sempre passar por um processo de adaptação e validação à escala local, envolvendo os municípios, os proprietários e os diferentes agentes do território. É precisamente nesse contexto que se garante que as atividades produtivas, nomeadamente a produção florestal, agrícola ou silvopastoril, não são comprometidas sem fundamentação técnica e ajustamento à realidade do terreno.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Programa de Execução e Governança/ Monitorização e Avaliação de Resultados/ Outro
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>No relatório do programa são apresentadas produtividades para as diferentes culturas florestais que não correspondem ao verificado no terreno, nem consideram o modelo de silvicultura do eucalipto. De facto, enquanto o eucalipto dá rendimento a cada 12 anos, durante, em condições normais, em 3 rotações (36 anos) e só depois há nova rearborização, as outras culturas dão rendimento a mais longo prazo. A produtividade do eucalipto na área do PRGP é bem superior a 50m³/ha referido do relatório, podendo ser mesmo superior a 200m³/ha a 12 anos (600 nas 3 rotações, 36 anos). A produtividade do pinheiro bravo a 50 anos de 526m³/ha, significaria um Acréscimo Médio Anual (AMA) de 10.5 m³.</p> <p>Considerar o eucalipto como uma espécie limitada devido à sensibilidade ecológica do território, não é fundamentada. O eucalipto é uma espécie adaptada e produtiva na região, está e deve ser mantida nas áreas de produção não colidindo com habitats nem com valores de conservação e proteção.</p>	<p>Agradece-se o contributo e o esclarecimento técnico prestado, em particular no que respeita ao modelo silvícola do eucalipto e aos valores de produtividade efetivamente observados na região. Tal como referido, as produtividades apresentadas no Relatório do Programa baseiam-se em fontes identificadas e em dados médios de referência, tendo como objetivo a construção de um cenário comparável entre diferentes sistemas de uso do solo.</p> <p>Reconhece-se, contudo, que a experiência de campo, aliada ao conhecimento técnico local, é fundamental para uma representação mais rigorosa e contextualizada da realidade territorial. Sendo o PRGP um processo de cocriação, a informação transmitida foi considerada no documento como contributo técnico adicional, enriquecendo o conteúdo.</p> <p>Mantém-se, no entanto, os cálculos de base ancorados nas fontes utilizadas, de forma a garantir coerência metodológica em toda a abordagem comparativa, sem prejuízo da introdução dos valores agora partilhados.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO		02 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 2) – CENTRO PINUS
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Matriz de Transição	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>O Centro PINUS não é um ator local, mas sim nacional, e considera importante deixar várias ressalvas relativamente à sua participação na consulta deste PRGP:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram analisados e comentados apenas os tópicos para os quais consideramos ter competências e experiência relevantes que permitem uma participação construtiva — opção que não deve ser interpretada como uma desvalorização da importância de outras componentes; • A ausência de comentários sobre determinados aspetos não deve ser interpretada como apoio nem como discordância; • A nossa análise considera a perspetiva da Fileira do Pinho. <p>A complexidade e dimensão da documentação em consulta, aliadas à simultaneidade de várias consultas públicas de PRGPs, condicionam a nossa capacidade de participação nesta consulta. Paralelamente à participação dos atores locais, é imprescindível envolver também as entidades que analisam o impacto transversal dos PRGP sobre uma Fileira estratégica para o país. Compreendemos os motivos que levam à sobreposição de consultas públicas, mas não podemos deixar de sublinhar a importância de assegurar condições para um processo de participação efetiva, que vá além de uma mera formalidade processual.</p>	<p>Reconhece-se que a simultaneidade dos processos de consulta aos diversos PRGP constituiu um desafio à participação aprofundada por parte das organizações com âmbito nacional e transversal.</p> <p>Concorda-se inteiramente com a importância de integrar, para além dos atores locais, as entidades com visão estratégica e conhecimento transversal da fileira florestal, assegurando que a transformação da paisagem se faça de forma equilibrada, tecnicamente sustentada e com visão de longo prazo.</p> <p>O desafio que a participação pública lança, é um dos maiores desafios com que as equipas se debatem. A vontade genuína de conseguir obter o <i>feedback</i> dos agentes do território foi persistente. Nem sempre se conseguem os resultados esperados mas esta foi, indiscutivelmente, uma oportunidade de todos os agentes do território refletirem sobre a sua paisagem.</p>	
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Desenho da Paisagem e Matriz de Transição	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>No início do processo de preparação dos Programas de Transformação da Paisagem, o Centro PINUS comunicou o seu posicionamento transversal: reconhecimento da necessidade de mudança face à situação atual e total abertura para colaborar na construção de novas soluções.</p> <p>Acreditamos na possibilidade de compatibilizar alterações na paisagem com o fornecimento sustentado de madeira e resina às empresas da Fileira do Pinho, bem como com a oferta de serviços dos ecossistemas à sociedade. Essa mudança, em determinadas circunstâncias, poderá envolver a redução da área de pinheiro-bravo. Sublinhamos que tal redução pode ocorrer sem comprometer a produção, podendo mesmo traduzir-se num aumento da produtividade, dado o potencial de ganhos pela melhoria da gestão florestal.</p> <p>Notámos com muito agrado o reconhecimento do pinheiro-bravo enquanto importante suporte económico para o território, evidenciado pelas referências ao valor potencial das receitas geradas.</p> <p>Neste PRGP, a floresta de pinheiro-bravo ocupava, em 2018, cerca de 5 353 hectares, o que corresponde a uma perda acumulada de 33% face a 1995.</p> <p>A documentação em consulta refere que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • «a maior intensidade de transformação resulta do processo de compartimentação, nomeadamente através da cedência de áreas de matos para outros usos, totalizando cerca de 1.700 hectares. <p>A este processo junta-se a reconversão de cerca de 2.300 hectares de floresta de produção em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • sistemas de mosaico agro-silvo-pastoris; • sistemas florestais de proteção e conservação e em vegetação ripícola. 	<p>Regista-se o reconhecimento da necessidade de mudança face ao contexto atual, bem como a disponibilidade para colaborar na construção de soluções que permitam compatibilizar a prestação de serviços dos ecossistemas com a produção florestal sustentada — nomeadamente de madeira e resina — em prol da sustentabilidade dos territórios e da Fileira do Pinho.</p> <p>Relativamente às questões colocadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adoção do conceito de "sistemas florestais de produção", enquanto classe agregada, decorre do carácter estratégico e orientador do PRGP, enquanto instrumento de enquadramento territorial de nível programático. • Quanto à preocupação com o impacte da proposta sobre a área de pinheiro-bravo, reafirma-se que o PRGP visa promover uma gestão florestal mais eficiente e tecnicamente qualificada, capaz de compensar eventuais reduções de área através do aumento de produtividade. Esta mudança de paradigma, que privilegia a qualidade e a resiliência em detrimento da simples expansão da área, é central ao espírito do PRGP. <p>Reitera-se que o PRGP, ao propor a reorganização funcional da paisagem, não desvaloriza os sistemas de produção florestal, mas antes procura integrá-los numa lógica de mosaico, gestão ativa e compatibilização com outros valores e usos do território.</p> <p>Evidencia-se o reforço, na proposta do Programa, da recomendação para que se promova a rearborização com pinheiro-bravo nas Unidades de Gestão da Paisagem onde</p>	

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	02 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 2) – CENTRO PINUS
<p>Estas transformações ocorrem maioritariamente na envolvente dos aglomerados populacionais, tendo como principal objetivo o reforço da proteção das comunidades locais e o aumento da resiliência do território face ao risco de incêndio rural.»</p> <p>Não nos é possível avaliar o real impacto deste PRGP sobre a área específica de pinheiro-bravo, uma vez que a equipa optou por utilizar o conceito de “sistemas florestais de produção”, que, embora se assuma que contemple sobretudo pinheiro-bravo, não explicita, de facto, a repartição da redução por espécie.</p> <p>Esta opção metodológica limita a nossa capacidade, enquanto entidade diretamente interessada na floresta de pinheiro-bravo, de aferir a dimensão exata da redução prevista para esta espécie.</p> <p>É possível que cerca de 43% da área da espécie pinheiro-bravo possa ser reconvertida. Ainda que a documentação refira que essa reconversão ocorrerá maioritariamente na envolvente dos aglomerados populacionais e se reconheça que possa ser essa a expectativa das comunidades locais, cabe-nos alertar para o facto de uma reconversão com essa magnitude poderá ter impactos económicos e sociais que poderão não estar a ser acautelados.</p> <p>Acresce que, com a informação disponibilizada, não nos é possível perceber se a proposta de redução da área é ou não compensada pelo esperado aumento de produtividade resultante da melhoria da gestão das áreas que permanecerão afetas à produção. Este ponto é crucial para garantir a sustentabilidade da Fileira do Pinho e deveria merecer maior clarificação no documento submetido a consulta.</p>	<p>exista tradição consolidada no uso desta espécie, particularmente nas áreas afetadas por incêndios. Nestes casos, poderá ser considerada a reinstalação da floresta de produção até aos valores de referência de 1995, desde que os proprietários assegurem a implementação de um regime de gestão ativa. O objetivo é reintegrar áreas de vocação produtiva — atualmente ocupadas por vegetação arbustiva — que, em contexto pré-incêndio, estavam afetas a povoamentos de pinheiro-bravo e desempenhavam um papel relevante na economia local e na estrutura da paisagem.</p>
<p>Por último, considerando a expressiva redução já verificada na área de pinheiro-bravo — cerca de 33% desde 1995 — recomenda-se que se acautele, de forma explícita, a rearborização das áreas ardidas com esta espécie. Isto porque a continuidade desta tendência, associada à ocorrência de incêndios e a eventuais ações de reconversão de povoamentos, poderá conduzir a uma redução total superior à prevista no PRGP, o que poderia contribuir para comprometer a sustentabilidade da Fileira do Pinho.</p>	<p>A recomendação relativa à rearborização com pinheiro-bravo nas áreas ardidas é pertinente e poderá ser considerada, designadamente na definição de orientações específicas e elegibilidades nos instrumentos de apoio à gestão florestal ativa.</p> <p>Nesse sentido, nas Unidades de Gestão da Paisagem onde exista tradição no uso desta espécie, e particularmente nas áreas afetadas por incêndios, considera-se ser possível a sua reinstalação até aos valores de referência, desde que os proprietários garantam a implementação de um regime de gestão ativa.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Considerações Finais
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>O parecer positivo ao presente PRGP encontra-se condicionado à explicitação clara da composição específica dos sistemas florestais de produção, nomeadamente no que respeita à proporção representada pelo pinheiro-bravo. A ausência desta informação compromete a capacidade de avaliação do real impacto da reconversão proposta sobre esta espécie em particular, cuja relevância económica, ecológica e social no território é amplamente reconhecida.</p>	<p>A adoção do conceito de “sistemas florestais de produção”, enquanto classe agregada, resulta do caráter estratégico e orientador do PRGP, que atua como instrumento de enquadramento territorial de natureza programática. Esta designação foi definida metodologicamente e aplicada de forma transversal por todas as equipas envolvidas.</p> <p>A título de esclarecimento adicional, e embora tal detalhe não seja exigido à escala a que o PRGP opera, informa-se que a proporção de área atualmente ocupada por pinheiro-bravo que se propõe transformar para outros usos — usos esses que não excluem necessariamente a presença da espécie, mas requerem densidades diferentes e funções complementares — corresponde a cerca de 30%. Trata-se de um dado que se partilha com o objetivo de reforçar a transparência e o rigor técnico do processo.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	02 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 2) – CENTRO PINUS
<p><u>Recomendação de reformulação</u></p> <p>Considerando a possibilidade de uma reconversão até 43% da área atualmente ocupada por pinheiro-bravo, entende-se ser essencial que o PRGP apresente de forma mais robusta a fundamentação técnica e socioeconómica desta opção, bem como medidas compensatórias ou mitigadoras dos seus potenciais efeitos adversos. Em particular, deve ser reforçada a análise da eventual compensação da redução de área pela melhoria da gestão e aumento da produtividade nas áreas remanescentes.</p>	<p>Agradece-se o contributo, que permite aprofundar a reflexão sobre os impactos e implicações da proposta de transformação de áreas atualmente ocupadas por pinheiro-bravo.</p> <p>Esclarece-se que a proporção considerada no âmbito do PRGP para reconversão corresponde a cerca de 30% da área atualmente ocupada por pinheiro-bravo, conforme já referido em resposta anterior (sem contabilizar as áreas proposta para floresta de produção). Estas áreas estão localizadas maioritariamente na envolvente de aglomerados populacionais, sendo o seu enquadramento definido com base em critérios de risco e vulnerabilidade.</p> <p>O objetivo principal desta proposta é reforçar a proteção das comunidades locais e aumentar a resiliência do território face ao risco de incêndio rural, articulando com as diretrizes de compartimentação da paisagem e criação de faixas de descontinuidade estratégica. O PRGP promove, em paralelo, a gestão ativa e a valorização das áreas remanescentes, nomeadamente através da melhoria das práticas silvícolas, diversificação de usos e incentivo à gestão agrupada, reconhecendo o papel estrutural da fileira do pinho na economia regional e nacional.</p> <p>Adicionalmente, está prevista a criação de mecanismos de compensação, com destaque para o pagamento pelos serviços dos ecossistemas prestados, como medida estruturante para garantir a viabilidade económica e social da transformação proposta, bem como para assegurar a corresponsabilização e o envolvimento dos proprietários na gestão sustentável do território.</p>
<p><u>Medida adicional proposta</u></p> <p>Recomenda-se ainda que o PRGP inclua, de forma explícita, medidas que assegurem a rearborização das áreas ardidas com pinheiro-bravo, como forma de contrariar a tendência de regressão da espécie, que, a manter-se, poderá comprometer a sustentabilidade futura da Fileira do Pinho.</p>	<p>A recomendação relativa à rearborização com pinheiro-bravo nas áreas ardidas é pertinente e poderá ser considerada, designadamente na definição de orientações específicas e elegibilidades nos instrumentos de apoio à gestão florestal ativa.</p> <p>Nesse sentido, nas Unidades de Gestão da Paisagem onde exista tradição no uso desta espécie, e particularmente nas áreas afetadas por incêndios, sugere-se ser possível a sua reinstalação até aos valores de referência de 1995, desde que os proprietários garantam a implementação de um regime de gestão ativa.</p>
<p>O Centro PINUS manifesta total disponibilidade para colaborar com as entidades competentes na melhoria do PRGP, contribuindo com conhecimento técnico e visão estratégica para a compatibilização entre a transformação da paisagem e a sustentabilidade da Fileira do Pinho, que consideramos ainda insuficientemente acautelada.</p> <p>Recorda-se que o pinheiro-bravo suporta uma Fileira que representa 80% dos empregos diretos, 89% das empresas das indústrias florestais e 53% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das indústrias da Fileira Florestal, contribuindo ainda com 3,1% das exportações nacionais (INE, 2024 e 2025; tratamento: Centro PINUS). Estes indicadores evidenciam a importância de articular, de forma equilibrada, os objetivos ambientais, sociais e económicos no planeamento da paisagem.</p>	<p>O PRGP procura precisamente promover uma mudança de paradigma, onde a valorização dos serviços dos ecossistemas e a resiliência do território possam coexistir com a atividade económica, através de uma gestão ativa e qualificada dos sistemas florestais de produção. Esta compatibilização entre objetivos ambientais, sociais e económicos está no centro da proposta, embora reconheça-se que haverá sempre necessidade de aprimorar o equilíbrio entre estas dimensões na fase de implementação.</p> <p>O envolvimento de entidades como o Centro PINUS, com profundo conhecimento técnico e visão setorial, será essencial na concretização dos objetivos do PRGP e na definição de instrumentos de apoio que assegurem a viabilidade das soluções propostas.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL	
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Diagnóstico da Situação Territorial	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>O Relatório do Programa destaca a problemática da expansão das espécies invasoras, questão que a Biond tem tentado trazer para a discussão dos PRGP de várias formas. Aproveitando “esta dinâmica de incêndios poderá amplificar consequências ambientais problemáticas já existentes no território como a expansão de espécies exóticas invasoras, mimosas australianas e as háqueas (<i>Hakea sericea</i>) (que se constitui indiscutivelmente como um dos maiores, se não o maior, problemas com que o território se debate atualmente)...” há que chamar a atenção para o facto de que se removermos o coberto florestal atualmente existente na região em processos de reconversão, removermos todo o subcoberto (“...em consequência do novo enquadramento de gestão de biomassa, também muito associado à gestão do risco de incêndios rurais. É muito fácil encontrar novas áreas de invasoras recentes, que até esse momento eram inexistentes.”), existe o risco agravado de se conseguir reunir condições ótimas para a proliferação destas espécies e adicionalmente reduz-se teor de matéria orgânica, elemento essencial para aumentar a pouca (genericamente) fertilidade dos solos florestais.</p>		
<p>A expansão de espécies exóticas invasoras — como as mimosas australianas e a <i>Hakea sericea</i> — representa uma ameaça significativa à resiliência dos ecossistemas florestais e é um dos principais desafios de gestão no território.</p> <p>Reconhecemos que os processos de reconversão do coberto florestal e a remoção intensiva do subcoberto, especialmente quando associados a intervenções de gestão de combustível, podem criar condições particularmente favoráveis à proliferação destas espécies, sobretudo em áreas com solos de baixa fertilidade e reduzido teor de matéria orgânica.</p> <p>Assim, considera-se fundamental que, na fase de implementação das medidas de transformação da paisagem, sejam acauteladas ações fitossanitárias específicas, bem como práticas de gestão adaptativa que promovam a regeneração de vegetação autóctone e a manutenção da qualidade e estrutura do solo, de forma a mitigar o risco de invasão biológica e promover a sustentabilidade dos sistemas florestais no médio e longo prazo.</p> <p>Será, por isso, incorporada uma recomendação específica nesse sentido, com vista a assegurar que estas preocupações sejam efetivamente consideradas na operacionalização das intervenções previstas no PRGP.</p>		
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Metodologia	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>O documento refere amiúde a relevância e especificidade da ZEC/ZPE, mas da forma como está a ser abordada só virá acentuar a percepção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes “As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui:</p> <p>https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457</p> <p>A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Estas correlação manifesta-se de várias formas:</p> <p>1. Maior Probabilidade e Área Ardia:</p> <ul style="list-style-type: none"> As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial. 		
<p>As medidas concretas de gestão e proteção aplicáveis a cada ZEC/ZPE são definidas em instrumentos próprios, fora do âmbito dos PRGP, e da responsabilidade das entidades competentes, como o ICNF. Assim, o PRGP apenas pode referenciar e articular-se com esses enquadramentos, mas não tem capacidade para os definir ou alterar.</p> <p>Ainda assim, reconhecendo a importância de compatibilizar os objetivos de conservação com a segurança das populações e a resiliência territorial, será incorporada uma nota de enquadramento no PRGP que refira esta realidade e a necessidade de articulação interinstitucional, de modo a que estas zonas sejam alvo de atenção específica na implementação de medidas de gestão ativa e prevenção de incêndios.</p>		

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<ul style="list-style-type: none"> Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas. <p>2. Maior Severidade do Fogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos. <p>3. Aumento Drástico da Exposição da População:</p> <ul style="list-style-type: none"> As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios. Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas. 	
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base este enquadramento, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.</p> <p>O sucesso do PRGP só será possível com a mobilização dos proprietários, no caso em concreto também dos Concelhos Diretivos do Baldios, bem como empresários e essa componente sociológica não está a ser considerada no planeamento considerado.</p> <p>Esse paradigma, de considerar o perfil, as expectativas e os meios disponíveis do proprietário florestal está ausente das Propostas apresentadas.</p>	<p>Regista-se a observação e importa também reconhecer ser relativamente comum uma certa distância ou desconfiança face a processos participativos e administrativos, sobretudo quando associados a linguagem técnica ou percecionados como distantes da realidade prática do terreno.</p> <p>Contudo, importa também referir que, ainda que sem a expressividade desejada, foram registadas participações de proprietários e agentes do território nas sessões de trabalho promovidas para a elaboração do PRGP. Destaca-se positivamente, neste âmbito, o contributo de agrupamentos de baldios, que assumiram um papel ativo nos momentos participativos, evidenciando que existe capacidade instalada e interesse local em contribuir para soluções ajustadas às especificidades territoriais.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Desenho da Paisagem
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>As Macroestruturas da paisagem, comportam complexidade e também conceitos genéricos que aplicados no território e em particular nos espaços florestais vão condicionar e impossibilitar atividades e intervenções, nomeadamente na área de produção florestal que são enquadradas e avaliadas por outros instrumentos de gestão. Em particular, no que respeita à Estrutura de conectividade ecológica, onde são incluídos corredores húmidos (tudo indica que são linhas de água permanentes e efêmeras com buffers de 10 metros), não se compreendendo a proposta de ir além das linhas de água permanentes com galeria ripícola, estando aparentemente incluídas linhas efêmeras, algumas das quais nem terão expressão no terreno. Esta abordagem genérica irá fragmentar ainda mais as parcelas a intervir, num território já de si fragmentado.</p> <p>A definição e o desenho destas Macroestruturas, apesar de macro e carecerem de adaptabilidade ao terreno, são georreferenciadas ao detalhe e sendo integradas em PDM, como previsto na D1, mais tarde ou mais cedo, vão ser condicionantes da gestão ativa do território e por conseguinte da floresta existente. A conectividade já está prevista nos PROF, através de corredores ecológicos os quais também só se aplicam às áreas florestais. De notar ainda, que no âmbito dos PROF, os corredores ecológicos têm um tratamento específico, não estando claro qual o tratamento a dar-lhes nos PRGP. Aproveitando esta oportunidade, a forma do desenho e planeamento dos Corredores Ecológicos é algo que não tem par noutras partes do mundo, não estando ainda consolidado o conhecimento sobre o seu impacto e benefício.</p> <p>Assim o PRGP está nesta matéria a alargar a abrangência destas estruturas, sem que estejam consolidadas as orientações e sem que se faça a avaliação no terreno e nos impactos sobre a gestão e impacto económico a diversos níveis.</p>	<p>Agradecemos o contributo e os aspetos levantados, que consideramos muito relevantes para a reflexão em torno da aplicação prática das macroestruturas da paisagem.</p> <p>No que se refere às macroestruturas da paisagem, e considerando que os PRGP são instrumentos de natureza programática, sublinha-se que as estruturas de conectividade ecológica assumem um papel orientador na organização do território, não tendo, por si só, caráter vinculativo direto à escala da gestão de prédios rústicos ou à definição de usos específicos. A sua aplicação deverá, por isso, ser adaptada às especificidades locais, tendo em consideração a realidade biofísica, social e económica de cada território.</p> <p>Os PRGP constituem um quadro estratégico de referência, e a sua operacionalização depende de uma articulação estreita com os instrumentos de gestão territorial de escala municipal e intermunicipal (como os PDM e os PROF), que terão a responsabilidade de traduzir as orientações gerais em propostas ajustadas ao contexto concreto, garantindo, assim, maior adequação à realidade dos proprietários, produtores e comunidades locais.</p> <p>No caso específico da estrutura de conectividade ecológica, reconhece-se a importância de evitar a imposição de critérios demasiado genéricos ou rígidos, sobretudo quando envolvem elementos como linhas de água efêmeras, cuja expressão no terreno pode ser reduzida ou inexistente. Sublinha-se, por isso, a necessidade de que, na fase de concretização e compatibilização com os instrumentos de planeamento locais, seja avaliada a aderência ao território, de forma a evitar constrangimentos desproporcionados à gestão florestal ativa.</p> <p>Por fim, e conforme referido, o tema da conectividade ecológica é ainda um campo em evolução, tanto do ponto de vista científico como técnico. O PRGP procura, nesse sentido, alinhar-se com princípios de ordenamento sustentado e precaução ecológica, mas sem substituir a avaliação de impacte local nem as orientações técnicas e regulamentares dos instrumentos já existentes, nomeadamente os PROF, onde os corredores ecológicos têm um enquadramento próprio.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Matriz de Transição
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
A matriz de transformação resume-se essencialmente à redução das áreas de produção florestal, de eucalipto e pinheiro-bravo, além dos matos, querendo transformá-las em áreas agrícolas, agro silvopastoris, pastagens o que implicará, a curto (5 anos) e médio prazo (10 anos), que surjam agricultores na região, a desflorestação ou o abandono e falta de gestão, com implicações que o PRGP não avalia. De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio	A compartimentação e a gestão integrada da paisagem são fatores essenciais para assegurar a resiliência e sustentabilidade dos ecossistemas florestais e rurais. O PRGP reconhece que a transformação de usos florestais deve ser conduzida

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.</p> <p>Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento de proprietários. O impacto destas medidas na economia do proprietário, economia local e dos setores afetados, não é avaliado na PRGP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área total da intervenção: cerca de 67.101 ha. • Área de transformação prevista: 5.357 ha (7,98% da área total), sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Curto prazo: 1.337 ha (25%) • Médio prazo: 4.020 ha (75%) <p>Terrenos baldios: 14.736 ha (32% da área total), dos quais 1.260 ha serão transformados.</p> <p>Transformações principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • +1.300 ha para sistemas agrícolas (+3%) • +1.500 ha para mosaicos agro-silvo-pastoril (+3,4%) • +1.100 ha para vegetação ripícola (+2,5%) • Cedência de ~1.700 ha de matos para outros usos • Reconversão de ~2.300 ha de floresta de produção para usos resilientes 	<p>com ponderação e respeito pela vontade dos proprietários, sendo a reconversão de áreas de produção florestal uma possibilidade que só se concretizará caso esta seja, efetivamente, a intenção dos mesmos.</p> <p>A adoção de mosaicos de sistemas agro-silvo-pastoril no âmbito dos PRGP é exemplo disso pois visa garantir maior flexibilidade na gestão do território, permitindo que, dentro das áreas definidas, cada promotor possa optar livremente entre diferentes usos compatíveis — agrícola, agrosilvopastoril ou florestal. No caso da opção florestal, esta deverá assumir uma configuração distinta da floresta de produção intensiva, nomeadamente através de uma densidade arbórea mais reduzida, privilegiando a multifuncionalidade do uso do solo, a integração com práticas sustentáveis e a promoção de maior resiliência do território face ao risco de incêndio.</p> <p>É fundamental que a gestão florestal seja orientada por práticas que promovam a diversidade funcional e a sustentabilidade a longo prazo, garantindo que as áreas produtivas sejam mantidas e valorizadas, ao mesmo tempo que se protege a biodiversidade e se minimizam os riscos ambientais, como o abandono e a desflorestação.</p>
<p>A transformação proposta não é compaginável com recursos de mão de obra e estrutura social do território, nomeadamente no que diz respeito à transformação para sistemas agrícolas e SAF. Considerar reconversão de 2 300 ha de floresta de produção para outros usos resilientes é contraditório com a opção de gestão da floresta que a contribua para a resiliência e controlo de invasoras. A área a intervir para vegetação ripícola deve também ser avaliada. O que é exatamente? Está-se a falar de rios e ribeiras com galerias ripícolas para recuperar ou a desenvolver quando dominadas de acácias, por exemplo?</p> <p>Na Transformação da Paisagem (Curto Prazo - 5 anos) está a prever-se intervir em 1 337.1 ha, convertendo sistemas florestais de produção (437.4 ha) e sistemas agrícolas (0.3 ha) em sistemas agrícolas no primeiro caso e em vegetação ripícola no segundo. Qual o equilíbrio que se está aqui a querer construir se não se atende a atividade económica existente e se pretende amputar 33% do território das suas capacidades produtivas ou artificialmente vão-se "gerar" novos agricultores?</p>	<p>Compreende-se a preocupação quanto à exequibilidade das metas de transformação propostas, nomeadamente no que diz respeito à disponibilidade de mão de obra, estrutura social e manutenção da atividade económica nos territórios. No entanto, importa sublinhar que o PRGP propõe um quadro estratégico que visa tornar mais atrativa a adoção de sistemas mais resilientes, através de instrumentos de incentivo e apoio à implementação de soluções integradas.</p> <p>A reconversão prevista tem como objetivo aumentar a resiliência territorial e não comprometer a produção florestal viável, mas sim orientá-la para modelos de gestão mais sustentáveis e eficazes e promover o controlo de invasoras.</p> <p>Relativamente às áreas previstas de vegetação ripícola, o objetivo é recuperar e reforçar os corredores ecológicos associados a linhas de água, prioritariamente onde dominam atualmente espécies invasoras como as acácias, mas sendo essas áreas identificadas em função do seu potencial ecológico e não apenas da sua situação atual.</p> <p>Por fim, importa reforçar que o equilíbrio económico do território já se encontra ameaçado, sendo ciclicamente interrompido pelos grandes incêndios que forçam o reinício de ciclos produtivos, muitas vezes em contextos de desorganização ou sem a resposta ativa de gestão do pós-fogo, que seria desejável.</p>
<p>As medidas de transformação, que se espera serem financiadas, subsidiadas, por fundos públicos, bem como o pagamento de serviços de ecossistemas que se espera virem a ser gerados deverão perseguir</p>	<p>O PRGP procurou, desde o início, trabalhar precisamente numa lógica de transformação viável e</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>os objetivos do PRGP de «promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas». Deveriam ser estudadas e apresentadas alternativas, menos intrusivas, mais integradoras, com menor exigência de recursos, tirando partido do potencial produtivo, bem como das possibilidades de gestão existente na área do PRGP identificado. Desta forma seriam aproveitados os recursos existentes, com menores custos e com resultados a prazos mais curtos. Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, quer sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território, com maior previsibilidade de implementação e seguramente com menores custos para proprietários e para o país.</p>	<p>adaptada às realidades locais, apostando em soluções que potenciem os recursos já existentes, valorizem o território e sejam passíveis de adesão por parte dos proprietários.</p> <p>Importa sublinhar que a transformação proposta não tem de ser intrusiva. A conversão de áreas de matos, por exemplo, pode perfeitamente dar origem a mosaicos agrosilvopastoris, mantendo uma base natural e produtiva, com menor exigência de recursos e maior adaptabilidade às condições do terreno.</p> <p>Acresce que, nas sessões de trabalho realizadas com os atores locais, foi frequentemente apontada a escassez de áreas disponíveis e adequadas para a atividade pastoril — uma das razões que levou à aposta nestes mosaicos multifuncionais, enquanto alternativa realista e ajustada ao território.</p> <p>Quanto aos locais estratégicos identificados para intervenção, foi feito um esforço técnico de identificação de áreas com maior potencial para contribuir para a resiliência territorial. O desenho ou localização dessas áreas pode não recolher o consenso de todos, é natural — trata-se de um processo com margens de subjetividade. Mas é também uma base de trabalho que poderá ser ajustada e discutida no momento da implementação, sempre em articulação com os atores locais.</p> <p>O essencial é garantir que o território evolui de forma mais resiliente e sustentável e que não fica vulnerável a cada novo ciclo de incêndios. Isso, sim, tem custos elevados para todos.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Regime de Fogo
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
	<p>Apesar de não ser possível estudar todos os documentos com profundidade em consulta, e considerando que a proposta de transformação da paisagem é muito fundamentada em modelos do comportamento do fogo, teve-se o cuidado de ler parte deste documento, não só para tentar compreender a proposta, mas também para comparar o método usado com os usados noutros PRGP. O modelo de simulação da severidade do fogo utilizado para proposta de intervenção neste PRGP teve como base o comprimento da chama e intensidade frontal, usando o software <i>FlamMap</i>. Teve como <i>output</i> a avaliação de como a nova paisagem projetada (convertendo a floresta de produção em outras ocupações) reduz a severidade dos incêndios em comparação com a paisagem atual. Contudo, os cenários resultantes do modelo, são apenas isso, cenários, para as condições e pressupostos de <i>input</i> do modelo, sendo necessário ponderação e ajustamento às condições do terreno e a consideração e comparação de diferentes formas de gestão dos combustíveis presentes.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Áreas e Ações Prioritárias Outra
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>O Eucalipto e o Pinheiro-bravo são associados a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si.</p> <p>A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis. Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista <i>Science of the Total Environment</i> por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título “<i>Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier</i>”, em que se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal; • A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes; • Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto; • O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio; • A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação; <p>Embora o programa fundamente a reconversão na elevada combustibilidade destas espécies, a evidência científica nacional aponta que o risco de incêndio está mais associado à ausência de gestão do que à espécie em si.</p>	<p>Reconhecemos que a simulação efetuada reflete o cenário resultante da aplicação integral da matriz de transformação da paisagem, com base nas premissas selecionadas para a redução da área de produção florestal, o que explica a significativa diminuição da área classificada com perigosidade extrema e o aumento da área com perigosidade reduzida.</p> <p>Contudo, importa salientar que o objetivo principal destas simulações é evidenciar os potenciais benefícios que podem advir de uma gestão estratégica e integrada do território, mesmo que, como corretamente apontado, não tenha sido explicitamente considerado o período temporal para a implementação das transformações nem os custos sociais e económicos associados.</p> <p>Pretende-se, com este Programa, promover uma mudança de paradigma na área de intervenção, em que o que não for transformado é integrado numa lógica de gestão ativa.</p> <p>Agradecemos o comentário, que reforça uma leitura importante sobre a complexidade da relação entre espécies florestais e risco de incêndio.</p> <p>Concordamos que a combustibilidade associada a espécies como o Eucalipto ou o Pinheiro-bravo não pode ser dissociada do contexto de gestão. Como bem referem os estudos e de outros investigadores nacionais, o risco de incêndio depende mais da acumulação e continuidade do combustível e da falta de gestão ativa do que da espécie em si. O PRGP reconhece esta evidência.</p> <p>A transformação prevista no programa não assenta numa desvalorização das espécies de produção florestal nem parte do princípio de que a sua substituição é, por si só, solução para o risco. A proposta de reconversão incide sobre áreas muito específicas, onde há contextos de proximidade a pessoas e bens e forte vulnerabilidade ao fogo. Mesmo aí, a reconversão não é sinónimo de erradicação: as opções de transformação incluem sistemas agrosilvopastoris e florestas multifuncionais de menor densidade, com enfoque na compartimentação da paisagem e aumento da sua diversidade estrutural.</p> <p>A gestão ativa e sustentável de povoamentos de eucalipto e pinheiro-bravo — com rotação adequada, limpezas regulares, boas acessibilidades e planeamento do mosaico — pode e deve continuar a ser parte da solução. Aliás, essa lógica de mosaico é central no PRGP. A transformação é, por isso, seletiva, adaptativa e não dogmática. As propostas de alteração</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
	<p>foram sempre preferencialmente cirúrgicas, mas onde, acontecerem, que promovam diversidade de uso, com as vantagens que se reconhece, daí advêm. Mais do que substituir espécies, pretende-se criar paisagens mais resilientes, rentáveis e diversificadas, em articulação com os agentes do território.</p> <p>O PRGP não desresponsabiliza a gestão, pelo contrário: pretende criar condições para que ela seja viável, tecnicamente adequada e socialmente atrativa, combatendo precisamente o abandono que está na origem do problema identificado.</p>
<p>A primeira sugestão que consideramos essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários. No caso em concreto estamos numa região com condições para produtividade elevada para o eucalipto e pinheiro-bravo e onde, como referido no diagnóstico, a atividade florestal é importante na economia da região. Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:</p>	<p>A existência de povoamentos em áreas com boa aptidão florestal, como é o caso da região em causa, não exclui, em absoluto, a necessidade de gestão ativa — pelo contrário, reforça-a. O facto de uma espécie estar bem adaptada ao local não elimina os riscos decorrentes da ausência de gestão. A promoção da gestão ativa e diferenciada é precisamente o paradigma que o PRGP pretende alcançar.</p>
<p>a) Gestão Diferenciada por Contexto</p> <ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; · Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. <p>b) Promoção de Mosaicos Funcionais</p> <ul style="list-style-type: none"> · Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). · Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). <p>c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada</p> <ul style="list-style-type: none"> · Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP). · Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. 	<p>A reconversão proposta no programa não assenta numa lógica de substituição generalizada por espécie, mas sim numa abordagem territorial seletiva, tendo como foco essencial áreas de elevado risco, em especial nas zonas de interface urbano-rural, como o próprio contributo sugere. Nesses casos, considera-se a transformação do uso do solo como uma das ferramentas possíveis para mitigar o risco e aumentar a resiliência do território.</p> <p>Relativamente à promoção de mosaicos funcionais, essa é uma das estratégias centrais do PRGP: diversificar o uso do solo, criar descontinuidades e integrar usos agrícolas e silvopastoris sempre que existam condições e interesse económico para tal. Essa integração é, aliás, uma das formas de gerar multifuncionalidade na paisagem, condição essencial para uma floresta mais resiliente e rentável.</p>
<p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p>	<p>Por fim, também consideramos que a remuneração por serviços dos ecossistemas deve estar condicionada à gestão efetiva dos espaços e constituir um incentivo à adoção de práticas compatíveis com os objetivos do PRGP. Este é um dos pilares fundamentais do novo modelo de paisagem que se pretende promover.</p>
<p>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</p> <p>De relembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantaçāo associada à produção. A proposta D.12,</p>	<p>Concordamos que o declive, isoladamente, não determina a perigosidade de um povoamento, sendo antes um dos vários fatores que influenciam o comportamento do fogo. O critério de declive não é entendido como uma exclusão, mas como um alerta para a necessidade de maior cuidado e planeamento</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>para aplicação na avaliação das intenções de arborização ou rearborização ao abrigo do RJAAR “Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.” <p>Numa zona cuja fragmentação da propriedade é evidente e referenciada noutras partes do Relatório do Programa, esta sugestão não tem aplicação e nem é justa para os proprietários. Ficava sempre dependente do “primeiro” a chegar à fase de licenciamento. A promoção da agricultura e do pastoreio, numa visão idílica pode parecer possível, contudo, analisando o território e as suas pessoas, percebe-se que os territórios rurais estão a ficar desertificados e a atividade agrícola não é atrativa, quer pela exigência física, quer pela pouca rentabilidade percecionada.</p> <p>Por outro lado, permitir zonas abertas, é nesta zona em concreto, um convite à expansão das espécies invasoras já tão presentes no território.</p>	<p>na definição das ações a desenvolver em cada situação.</p> <p>A proposta D.12, referida no contributo, é uma orientação que procura compatibilizar a viabilidade da arborização/rearborização com a necessidade de assegurar a gestão de combustível em zonas de maior vulnerabilidade, nomeadamente em áreas de declive acentuado. A manutenção de zonas abertas e a promoção de silvopastorícia são algumas das soluções possíveis — e não obrigatórias — podendo ser adaptadas à realidade local. A gestão ativa continua a ser o elemento essencial, independentemente da solução técnica a adotar.</p> <p>Reconhece-se, no entanto, que em territórios marcados pela forte fragmentação da propriedade e por um tecido social envelhecido e menos mobilizado para a atividade agrícola, a operacionalização de algumas dessas soluções pode apresentar dificuldades. É por isso que o PRGP procura criar condições para a viabilização dessas práticas, através de incentivos e de abordagens colaborativas (como a gestão agrupada), e não pela imposição de modelos únicos.</p> <p>Relativamente ao risco acrescido de proliferação de espécies invasoras nas zonas abertas, trata-se de uma preocupação legítima e que está integrada na lógica de planeamento do programa. A criação de mosaicos deve ser acompanhada de medidas de gestão contínua e adequada, precisamente para evitar a ocupação dessas áreas por espécies exóticas invasoras, sendo este risco tido em conta na implementação das ações no terreno. O previsto programa de combate às invasoras tem de ser uma oportunidade deste território, para reverter algumas destas dinâmicas de expansão, numa tentativa de contenção do problema.</p> <p>Assim, o PRGP não pretende uniformizar o território, mas sim dar-lhe ferramentas para responder com maior resiliência aos riscos existentes, ajustando a intervenção à diversidade de contextos locais e sempre com o princípio da adaptabilidade e da gestão como base de qualquer modelo de uso do solo.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Conclusão
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>A reconversão generalizada de eucaliptais e pinhais com base na espécie ou no declive carece de fundamentação técnica não sendo ainda apresentados cenários do impacto dessas propostas na aceitação por parte dos proprietários, na evolução da paisagem e sequestro de carbono, por exemplo nem na economia local nem no impacto na disponibilidade de matéria-prima necessária à atividade da indústria instalada. A gestão ativa que considere o proprietário florestal, as condições específicas do local, que integre, se adequada a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos, são estratégias mais eficazes, sustentáveis e compatíveis com os objetivos do PRGP.</p> <p>Sugere-se que o programa adote uma abordagem mais flexível e baseada em risco, promovendo a gestão ativa e a valorização dos</p>	<p>O PRGP tem precisamente como um dos seus objetivos centrais promover uma gestão ativa, informada e adaptada às especificidades do território, pelo que se reconhece o valor de abordagens que considerem a diversidade de contextos locais e a realidade dos proprietários.</p> <p>A reconversão prevista no PRGP não se pretende generalizada ou baseada em critérios simplistas, mas sim orientada para situações concretas de risco acrescido, nomeadamente em áreas de interface com</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>povoamentos existentes, em vez de impor reconversões generalizadas que podem comprometer a adesão dos proprietários e a viabilidade económica das intervenções. O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Sugere-se a preparação de um modelo de regime de gestão por espécie tal como referido acima.</p>	<p>aglomerados, onde a pressão para a redução do combustível e a criação de descontinuidades é mais relevante. A promoção de mosaicos funcionais, com integração de usos, gestão compartimentada e adequação ao terreno, é precisamente a lógica subjacente ao desenho proposto, e não uma substituição sistemática da floresta de produção.</p> <p>Concorda-se que a compatibilização entre os objetivos do PRGP e os interesses dos proprietários florestais é essencial para garantir a sustentabilidade e a viabilidade das medidas preconizadas. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento de um modelo de regime de gestão por espécie é pertinente e será tida em consideração, na medida em que poderá permitir uma abordagem mais flexível e tecnicamente fundamentada, capaz de conciliar a produtividade, a resiliência e a prestação de serviços de ecossistema.</p> <p>A integração de indicadores de impacto económico, social e ecológico nas propostas de transformação será também um elemento a aprofundar em fases subsequentes do Programa, à medida que se avance para a sua implementação operacional. Reforça-se, por fim, que o PRGP visa criar condições para que o território não seja abandonado, mas antes valorizado através de soluções sustentáveis e adequadas às dinâmicas locais.</p>
<p>Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e começem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.</p>	<p>Do ponto de vista jurídico, os PRGP são instrumentos de programação estratégica e orientação territorial, aprovados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM). Isso significa que não têm, por si só, força vinculativa direta e imediata para os particulares, como acontece com os planos territoriais de natureza regulamentar (caso dos PDM, PMOT, etc.). Os PRGP vinculam principalmente as entidades públicas, orientando a afetação de recursos, o desenho de políticas e o financiamento de medidas, como incentivos ou programas de apoio à transformação da paisagem.</p> <p>Assim, no estado atual da legislação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os PRGPs não impõem diretamente obrigações aos proprietários privados, nem proíbem usos, nem obrigam a reconversões. • A sua eficácia plena sobre particulares depende da articulação com outros instrumentos territoriais, nomeadamente os planos diretores municipais (PDM) ou os planos intermunicipais (PIOT), que, esses sim, têm natureza regulamentar e são vinculativos para todos. <p>Isto significa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A transformação de uma área florestal para um uso agrícola ou silvopastoril proposto no PRGP não é obrigatória para o proprietário; • A eventual obrigatoriedade de observância dessas diretrizes, como regras de

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
	<p>ocupação, só acontecerá caso e quando forem transpostas para os planos municipais em vigor, através de alteração ao PDM ou outro instrumento de ordenamento com força vinculativa.</p> <p>Por isso, não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os PRGP estão concebidos para que avisos para financiamento possam privilegiar ações e opções alinhadas com os PRGP.</p> <p>Esta distinção é fundamental para assegurar que os PRGP sejam instrumentos de orientação e incentivo, e não de imposição administrativa direta — sendo que a sua implementação no terreno deverá sempre passar por processos participativos e adaptados às realidades locais.</p>
<p>Destaca-se uma evolução na legislação europeia, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isto implicaria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos); 2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação; 3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade; 4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento. <p>Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.</p>	<p>Do ponto de vista jurídico, os PRGP são instrumentos de programação estratégica e orientação territorial, aprovados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM). Isso significa que não têm, por si só, força vinculativa direta e imediata para os particulares, como acontece com os planos territoriais de natureza regulamentar (caso dos PDM, PMOT, etc.). Os PRGP vinculam principalmente as entidades públicas, orientando a afetação de recursos, o desenho de políticas e o financiamento de medidas, como incentivos ou programas de apoio à transformação da paisagem.</p> <p>Assim, no estado atual da legislação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os PRGP não impõem diretamente obrigações aos proprietários privados, nem proíbem usos, nem obrigam a reconversões. • A sua eficácia plena sobre particulares depende da articulação com outros instrumentos territoriais, nomeadamente os planos diretores municipais (PDM) ou os planos intermunicipais (PIOT), que, esses sim, têm natureza regulamentar e são vinculativos para todos. <p>Isto significa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A transformação de uma área florestal para um uso agrícola ou silvopastoril proposto no PRGP não é obrigatória para o proprietário; • A eventual obrigatoriedade de observância dessas diretrizes, como regras de ocupação, só acontecerá caso e quando forem transpostas para os planos municipais em vigor, através de alteração ao PDM ou outro instrumento de ordenamento com força vinculativa. <p>Por isso, não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
	<p>entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os avisos específicos para financiamento de ações privilegiarão opções alinhadas com os PRGP.</p> <p>Esta distinção é fundamental para assegurar que os PRGP sejam instrumentos de orientação e incentivo, e não de imposição administrativa direta — sendo que a sua implementação no terreno deverá sempre passar por processos participativos e adaptados às realidades locais.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Relativamente ao proposto nas 6. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei. Por exemplo, a diretriz nº 12 em que se estabelecem, para as “áreas com declive superior a 25 % em qualquer projeto de arborização ou rearborização deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; c) Uma combinação das alíneas anteriores.” <p>Propostas insustentáveis do ponto de vista de escala da propriedade e económico, deve sustentar-se na aplicação da legislação existente e na real fiscalização da mesma.</p>	<p>Concorda-se que as diretrizes devem ser coerentes com a legislação aplicável, nomeadamente no que se refere à utilização de solos em áreas com declive superior a 25%, matéria já regulada por diplomas como o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR). Como tal, as diretrizes propostas não deverão sobrepor-se ou contrariar o que a legislação nacional já prevê e regula — pelo contrário, devem servir como instrumento orientador que promova a aplicação efetiva da legislação sempre que existente, no que respeita às ações de arborização, rearborização e reconversão florestal.</p> <p>Este alinhamento permitirá garantir a coerência entre a escala estratégica do PRGP e os instrumentos operacionais de planeamento e gestão, assegurando o cumprimento das exigências legais em vigor e a adequada adaptação às características locais.</p>
<p>As diretrizes não devem ser integradas em PDM, particularmente no que diz respeito às macroestruturas, que parecem ser um conceito onde as diversas tipologias de REN, a RAN, quaisquer linhas de água, corredores ecológicos e outras vão condicionar a normal atividade de produção</p>	<p>No que respeita às macroestruturas da paisagem, a sua função é eminentemente estruturante e orientadora, permitindo identificar zonas de importância ecológica ou funcional na organização do território. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRG. É precisamente nesse contexto que se garante que as atividades produtivas, nomeadamente a produção florestal, agrícola ou silvopastoril, não são comprometidas sem fundamentação técnica e ajustamento à realidade do terreno.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	03 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 3) – BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL
<p>No relatório do programa são apresentadas produtividades para as diferentes culturas florestais que não correspondem ao verificado no terreno, nem consideram o modelo de silvicultura do eucalipto. De facto, enquanto o eucalipto dá rendimento a cada 12 anos, durante, em condições normais, em 3 rotações (36 anos) e só depois há nova rearborização, as outras culturas dão rendimento a mais longo prazo. A produtividade do eucalipto na área do PRGP é bem superior a 50m³/ha referido do relatório, podendo ser mesmo superior a 200m³/ha a 12 anos (600 nas 3 rotações, 36 anos). A produtividade do pinheiro bravo a 50 anos de 526m³/ha, significaria um Acréscimo Médio Anual (AMA) de 10.5 m³.</p> <p>Considerar o eucalipto como uma espécie limitada devido à sensibilidade ecológica do território, não é fundamentada. O eucalipto é uma espécie adaptada e produtiva na região, está e deve ser mantida nas áreas de produção não colidindo com habitats nem com valores de conservação e proteção.</p>	<p>Agradece-se o contributo e o esclarecimento técnico prestado, em particular no que respeita ao modelo silvícola do eucalipto e aos valores de produtividade efetivamente observados na região. Tal como referido, as produtividades apresentadas no Relatório do Programa baseiam-se em fontes identificadas e em dados médios de referência, tendo como objetivo a construção de um cenário comparável entre diferentes sistemas de uso do solo.</p> <p>Reconhece-se, contudo, que a experiência de campo, aliada ao conhecimento técnico local, é fundamental para uma representação mais rigorosa e contextualizada da realidade territorial. Sendo o PRGP um processo de cocriação, a informação transmitida será considerada no documento como contributo técnico adicional, enriquecendo o conteúdo.</p> <p>Mantém-se, no entanto, os cálculos de base ancorados nas fontes utilizadas, de forma a garantir coerência metodológica em toda a abordagem comparativa, sem prejuízo da introdução dos valores agora partilhados.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	04 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 4) – CIM CÁVADO
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa/ Implementação do Programa/ Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais/ Programa de Execução e Governança/ Articulação com as Opções Estratégicas
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>No âmbito da discussão pública do Programa Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), a Comunidade Intermunicipal do Cávado participou ativamente nas reuniões promovidas pelas entidades responsáveis pela elaboração deste instrumento.</p> <p>Nessas sessões de trabalho, a CIM Cávado manifestou a sua total discordância com o limite atualmente proposto para o PRGP, por considerar que a delimitação apresentada não reflete de forma adequada a continuidade ecológica, socioeconómica e cultural do território.</p> <p>Em particular, destaca-se a exclusão de freguesias localizadas no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e integradas na Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés, situadas na zona de fronteira com o Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés (PNBLSX). Casos como as freguesias de Vilar da Veiga, Balança e Ribeira evidenciam características geográficas e ecológicas singulares, fortemente marcadas pela crescente pressão turística, que as tornam especialmente vulneráveis e prioritárias em termos de conservação.</p> <p>Estes territórios são constituídos por ecossistemas sensíveis e habitats de elevado valor de conservação, pelo que a sua integração no perímetro do PRGP é indispensável para assegurar uma gestão</p>	<p>O âmbito territorial do PRGP SPG foi definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, onde não foi equacionada a inclusão da freguesia de Vilar da Veiga, do concelho de Terras de Bouro.</p> <p>Conforme salientado no comentário recebido, a freguesia de Vilar da Veiga — assim como outras da envolvente — possui um conjunto de ativos territoriais relevantes, com forte expressão em termos de biodiversidade, oferta de serviços de ecossistemas e dinamismo turístico. Esses fatores, em articulação com a sua integração no Parque Nacional da Peneda-Gerês, implicam a aplicação de instrumentos próprios de planeamento e gestão.</p> <p>Importa sublinhar que, justamente por se tratarem de territórios com valores naturais únicos e de elevada sensibilidade ecológica, existem outros planos e programas específicos já em vigor, orientados para a sua proteção e valorização, como o próprio Plano de Ordenamento do PNPG e iniciativas no quadro da Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés. Esses instrumentos asseguram já uma gestão ativa e integrada, muitas vezes com restrições que poderiam</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	04 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 4) – CIM CÁVADO
<p>adequada dos seus recursos naturais, da biodiversidade e das ameaças associadas, como o despovoamento, a acumulação de combustível ou a banalização da paisagem.</p> <p>A atual delimitação do PRGP ignora também áreas que partilham os mesmos desafios estruturais de gestão do território, como o abandono da agricultura, o risco acrescido de incêndios rurais e o potencial para regenerar mosaicos agroflorestais resilientes.</p> <p>Do ponto de vista territorial e social, o traçado proposto não respeita as dinâmicas históricas que ligam as comunidades ao maciço montanhoso, desconsiderando os laços de vizinhança, os usos tradicionais do solo, e as redes de pastoreio extensivo que ainda persistem. Esta fragmentação compromete gravemente a eficácia do PRGP, dificultando a sua articulação com os instrumentos de planeamento local e intermunicipal, e enfraquecendo o princípio da coesão territorial.</p> <p>Face ao exposto, sugere-se uma revisão criteriosa e participada dos limites da paisagem SPG, com base em critérios mais abrangentes e representativos da realidade biofísica e sociocultural do território. Essa revisão deve valorizar as zonas tampão e as áreas de transição ecológica, reconhecendo o seu papel essencial numa estratégia de gestão integrada e sustentável da paisagem.</p>	<p>revelar-se incompatíveis com a abordagem transformacional que o PRGP propõe para as áreas alvo.</p> <p>Assim, a não inclusão destas áreas da área de intervenção do PRGP não resulta de um desinteresse pela sua relevância, mas sim do reconhecimento da sua especificidade e da existência de mecanismos de gestão mais adequados ao seu contexto.</p>
<p>Sublinhamos ainda a urgência de integrar uma estratégia robusta de controlo de espécies invasoras, tanto vegetais como animais, no território abrangido por este programa.</p> <p>As espécies exóticas invasoras são um dos principais fatores de degradação ecológica da região, comprometendo a regeneração dos ecossistemas autóctones, alterando profundamente os habitats e reduzindo a biodiversidade nativa. Casos como as acácia (Acacia spp.), fallopia (Fallopia japonica) ou a Pinheirinha (Myriophyllum aquaticum) nas linhas de água do rio Homem e do rio Cávado, entre outras, têm vindo a colonizar áreas abandonadas e margens de cursos de água, dificultando a recuperação de mosaicos agroflorestais e aumentando o risco de incêndio.</p> <p>Do ponto de vista faunístico, espécies como o javali (Sus scrofa), apesar de nativas, têm sofrido explosões populacionais descontroladas devido à ausência de predadores e alterações do uso do solo, com impactos negativos na regeneração florestal, na agricultura local e até na segurança rodoviária.</p> <p>Neste sentido, propõe-se que o PRGP inclua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento atualizado das áreas invadidas, com priorização de zonas críticas para intervenção; • Planos operacionais de controlo e erradicação, com financiamento adequado e envolvimento das entidades locais e regionais; • Promoção de espécies autóctones nos processos de reconversão da paisagem; • Monitorização contínua e avaliação da eficácia das ações de controlo; • Campanhas de sensibilização junto da população e dos proprietários sobre a prevenção da propagação destas espécies. <p>Sem o controlo eficaz das invasoras, qualquer esforço de reestruturação da paisagem será sistematicamente posto em causa, quer em termos ecológicos, quer socioeconómicos.</p>	<p>A respeito das propostas de inclusão no programa refere-se:</p> <p>Mapeamento atualizado das áreas invadidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O PRGP SPG utiliza ferramentas como o Google Street View (GSV) e imagens de satélites multiespectrais, como o Sentinel-2, para mapear <i>Acacia spp.</i> - Apesar de se ter registado uma área de cerca de 49 hectares de florestas de invasoras pela COS'2018 (0,1% da área de intervenção), a análise com Sentinel-2 sugere uma discrepância significativa e possivelmente uma área de ocorrência maior. - As invasoras são reconhecidas como dispersas por toda a área de intervenção, e a avaliação do território visa otimizar as orientações para o desenho da paisagem. <p>Planos operacionais de controlo e erradicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma das medidas desejáveis identificadas no Quadro de Medidas Desejáveis do PRGP é "Controlar e reduzir a área ocupada por exemplares de acácias e/ou outras espécies infestantes", aplicada a todas as Unidades e Subunidades de Gestão da Paisagem. - O programa prevê "Apoiar ações de controlo e recuperação de áreas afetadas por invasoras lenhosas" como uma medida comum às sub-regiões homogéneas que abrangem a área de intervenção. <p>3. Promoção de Espécies Autóctones:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os "Sistemas florestais de conservação/proteção" integram espécies de elevado valor ecológico, salientando as espécies autóctones e os contextos onde a conservação é prioritária. - As áreas de floresta de conservação correspondem a contextos onde a promoção da biodiversidade pode ser realizada com recurso a espécies autóctones (arbóreas, subarbóreas e arbustivas). - PRGP propõe a reconversão de floresta de produção para floresta de conservação/proteção ou vegetação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	04 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 4) – CIM CÁVADO
<p>A CIM Cávado sublinha também a necessidade de o PRGP dar maior atenção às causas e consequências do abandono das práticas agrícolas tradicionais e da baixa produtividade dos espaços florestais, que hoje caracterizam grande parte deste território.</p> <p>A perda progressiva da atividade agrícola e pastoril tem conduzido à homogeneização da paisagem, à acumulação de combustível vegetal e à ocupação do solo por espécies espontâneas ou invasoras, com impactos severos ao nível do risco de incêndio, perda de biodiversidade, degradação dos solos e desertificação humana. Ao mesmo tempo, o setor florestal permanece marcado por fraca organização da propriedade, baixa rentabilidade e escasso investimento na valorização dos produtos florestais.</p> <p>Considera-se fundamental que o PRGP:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorize e incentive a recuperação das práticas agrícolas e agro-silvo-pastoris tradicionais, como a pastorícia extensiva e o cultivo em socalcos, enquanto ferramentas de gestão ativa da paisagem; • Promova modelos de gestão florestal cooperativa, com enfoque na multifuncionalidade e na produtividade sustentável das áreas florestais; • Apoie a organização dos proprietários e estruturas de gestão agregada; • Aposte na capacitação dos agentes locais e novos produtores, criando condições para o regresso à terra, especialmente por parte dos jovens; • Articule com as medidas da PAC e do PEPAC, garantindo remuneração adequada pelos serviços de ecossistema prestados pelos agricultores e silvicultores. <p>Neste processo, é fundamental cativar a participação ativa das comunidades locais e dos agentes económico, reconhecendo o seu conhecimento do território, o seu papel na gestão de proximidade e o seu envolvimento contínuo com os desafios e oportunidades da paisagem. Sem os seus contributos e compromisso, não será possível alcançar uma verdadeira gestão integrada, eficaz e duradoura da paisagem das Serras da Peneda-Gerês.</p>	<p>ripícola, em faixas marginais significativas, em zonas de elevado valor ecológico.</p> <p>Monitorização Contínua e Avaliação da Eficácia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Plano de Implementação, Monitorização e Avaliação do PRGP SPG inclui um indicador específico para as espécies invasoras: "Espécies invasoras (área ocupada)", com métrica em hectares e percentagem de cobertura face à área existente aquando da implementação do programa, com periodicidade quinquenal. - O programa pretende a monitorização dos efeitos das alterações climáticas ao nível das espécies, habitats e ecossistemas. <p>O PRGP-SPG integra diversas componentes que procuram precisamente responder a esses desafios, nomeadamente através de:</p> <p>5. Campanhas de Sensibilização e Envolvimento da População:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A inclusão de medidas sociais e educativas no programa é sublinhada como importante para a gestão integrada de fogos rurais. - A formação e sensibilização para atores locais é um indicador de governança. - O envolvimento e dinamização das organizações socioeconómicas e das populações locais na implementação do PRGP são objetivos centrais, incluindo a promoção de uma nova economia rural. <p>Em suma, o PRGP SPG adota uma abordagem integrada e multifacetada para a gestão da paisagem, que procura transformar os desafios em oportunidades, promovendo a resiliência e a sustentabilidade. A ausência de controlo das invasoras e o abandono das práticas tradicionais são vistos como peças do mesmo puzzle da degradação da paisagem, que precisam ser abordadas de forma conjunta e contínua.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO		05 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 5) – ALTRI FLORESTAL
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Geral	
Contributo/ Sugestão da Participação		Ponderação
A Altri Florestal subscreve a participação da Biond e adiciona de seguida alguns outros contributos.		A participação da Biond foi previa e devidamente ponderada.
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Diagnóstico do Programa	
Contributo/ Sugestão da Participação		Ponderação
<p>Além da caracterização demográfica que por si só é reveladora da tendência de risco de falta de recursos para trabalho na atividade florestal, seria importante a caracterização dos proprietários e empresários florestais para ajustar medidas adequadas às operações que o Programa requer a curto e médio prazo.</p> <p>A ocupação do solo deve ser atualizada, em particular para atualizar a área de invasoras.</p>		Proceder-se-á à atualização do ponto 2.6.2.4.2, que passará a denominar-se “Principais operadores e breve caracterização das empresas da fileira florestal”, incorporando a melhor informação disponível até ao momento para refletir com maior precisão o panorama atual do setor.
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais	
Contributo/ Sugestão da Participação		Ponderação
<p>Foi evidente a falta de participação dos proprietários e dos agentes que diariamente trabalham na floresta.</p> <p>A Altri Florestal procurou participar na medida do seu conhecimento e continua disponível para contribuir de forma construtiva para o sucesso de ações que promovam os objetivos da redução da vulnerabilidade ao fogo, melhoria dos serviços dos ecossistemas, onde a produção está incluída, e dinamização socioeconómica do território.</p>		Regista-se a observação e importa também reconhecer ser relativamente comum uma certa distância ou desconfiança face a processos participativos e administrativos, sobretudo quando associados a linguagem técnica ou percecionados como distantes da realidade prática do terreno.
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Desenho da Paisagem	
Contributo/ Sugestão da Participação		Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	05 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 5) – ALTRI FLORESTAL
	<p>Agradecemos o contributo da Altri Florestal e compreendemos a preocupação manifestada relativamente ao desenho da paisagem proposto no PRGP.</p> <p>Importa esclarecer que a floresta de produção, nomeadamente quando sujeita a gestão ativa, não é desvalorizada neste Programa. Pelo contrário, o PRGP reconhece o papel fundamental da floresta gerida de forma sustentável na resiliência do território, na criação de valor económico, na fixação de populações e na mitigação do risco de incêndio.</p> <p>O objetivo não é substituir a produção florestal, mas sim promover uma maior compartimentação da paisagem, reduzindo a continuidade de combustível, fomentando a biodiversidade e aumentando a resiliência. A proposta de criação de descontinuidades, através de mosaicos funcionais e sistemas diversos (conservação, proteção, agrícola e silvopastoril), visa equilibrar os diferentes usos do solo, não os excluir.</p> <p>As macroestruturas propostas não pretendem impor constrangimentos, mas sim orientar a ocupação e gestão do território com base em critérios de risco e sustentabilidade. A transformação da paisagem será realizada com base na adesão voluntária dos proprietários. O PRGP aposta na gestão florestal, não pela via da imposição, mas sim pela criação de condições favoráveis à sua dinamização e valorização.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Matriz de Transição
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>A matriz de transição, qualquer que seja, conduz sempre à redução da floresta de produção, especificamente desde que se encontre em áreas onde se criam macroestruturas de conectividade ecológica ou de resiliência. Efetivamente, a Floresta de Produção é vista de forma descontextualizada e não de forma integradora de valores de conservação e proteção e como tal, é excluída especificamente de áreas consideradas de conectividade ecológica, porque nestas só são contemplados os sistemas de proteção e conservação. Por outro lado, estruturas com REN, RAN ou linhas de água efêmeras sem expressão no terreno, passam a integrar aquelas macroestruturas, excluindo a possibilidade de gestão dos sistemas de produção.</p> <p>A Altri Florestal discorda da proposta apresentada, não só pelas opções da transformação, que comprometem a produção florestal sem que se avalie a viabilidade e o impacto das opções apresentadas, mas também pela falta da necessária ponderação de todos os interesses relevantes.</p> <p>O que se propõe é uma redução de floresta de eucalipto e de pinheiro e um aumento extraordinário de área agrícola e de SAF (uma nova ocupação), em territórios marcados pelo abandono dos campos agrícolas e forte envelhecimento da população.</p>	<p>Agradecemos o contributo da Altri Florestal e reconhecemos a relevância das preocupações expressas relativamente à proposta de matriz de transição e ao papel da floresta de produção no contexto do PRGP.</p> <p>Importa esclarecer que o Programa não visa desvalorizar ou excluir a floresta de produção, nomeadamente de espécies como o eucalipto ou o pinheiro-bravo, mas sim promover uma gestão mais integrada e adaptada aos riscos, às características biofísicas e às exigências de resiliência dos territórios.</p> <p>A adoção de mosaicos de sistemas agro-silvo-pastoril no âmbito dos PRGP é exemplo disso pois visa garantir maior flexibilidade na gestão do território, permitindo que, dentro das áreas definidas, cada promotor possa optar livremente entre diferentes usos compatíveis — agrícola, agrosilvopastoril ou florestal. No caso da opção florestal, esta deverá assumir uma configuração distinta da floresta de produção intensiva, nomeadamente através de uma densidade arbórea mais reduzida, privilegiando a multifuncionalidade do uso do solo, a integração com</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	05 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 5) – ALTRI FLORESTAL
	<p>práticas sustentáveis e a promoção de maior resiliência do território face ao risco de incêndio.</p> <p>Reforça-se que o PRGP não impõe transformações obrigatórias aos proprietários, sendo a transição para novos usos voluntária e incentivada através de instrumentos de apoio à gestão ativa. A floresta de produção, quando bem gerida, continua a ter um papel essencial na paisagem. O que se pretende é garantir que, em zonas com maior sensibilidade ecológica ou risco, exista gestão adequada, descontinuidade de combustíveis e multifuncionalidade.</p> <p>A inclusão de elementos como a REN, a RAN ou linhas de água, ainda que com expressão reduzida no terreno, decorre da necessidade de preservar funções ecológicas fundamentais e não significa a interdição da atividade florestal, mas sim a sua compatibilização com critérios de sustentabilidade e proteção.</p> <p>Finalmente, é importante sublinhar que o PRGP é um instrumento estratégico e orientador, cujas soluções serão ajustadas e afinadas nos planos locais, garantindo a articulação com os interesses dos diferentes agentes, nomeadamente os produtores florestais. A valorização da floresta de produção, desde que integrada num modelo de gestão ativa e sustentável, é parte essencial da visão deste Programa.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Regime de Fogo
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
Os modelos e os resultados produzidos têm de ser ponderados e devem merecer uma análise crítica.	Tomamos boa nota da observação.
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Áreas e Ações Prioritárias
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
As áreas prioritárias deveriam ser: <ul style="list-style-type: none"> análise ponderada do desenho proposto; identificação de áreas abandonadas ou sem gestão e criar mecanismos de recuperação, mantendo e se justificado ou de interesse, alterando; implementação ajustada das infraestruturas e medidas previstas no SGIFR; controlo de invasoras, dando atenção às linhas de água; gestão de galerias ripícolas – em geral em linhas de água permanentes, criando compartimentação; envolvimento de proprietários e empresas e técnicos florestais. 	<p>Agradecemos o contributo, que sublinha aspectos muito relevantes para a eficácia e realismo do PRGP.</p> <p>Concordamos que a definição de áreas prioritárias de intervenção deve assentar numa análise ponderada do território. O foco na recuperação de áreas sem gestão ativa, criando mecanismos que permitam a sua valorização – seja pela manutenção do uso florestal ou pela reconversão – é fundamental para garantir a resiliência da paisagem e a sustentabilidade económica dos territórios.</p> <p>A implementação das infraestruturas e medidas previstas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) deve ser feita de forma ajustada ao contexto local, com foco na funcionalidade, continuidade da gestão e mitigação do risco.</p> <p>Sublinhamos também a importância das ações de controlo de espécies invasoras, especialmente em</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	05 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 5) – ALTRI FLORESTAL
	<p>áreas de transição ou de abandono, bem como da valorização das galerias ripícolas, enquanto estruturas naturais de compartimentação do território, quando existentes e com expressão relevante.</p> <p>Por fim, concordamos com a necessidade de envolver os proprietários, as empresas do setor e os técnicos florestais na conceção e implementação das soluções propostas. O sucesso do PRGP dependerá em grande medida deste envolvimento, promovendo a gestão ativa e o alinhamento entre os objetivos públicos e os interesses dos agentes privados.</p> <p>O Programa mantém-se como um instrumento estratégico e orientador, sendo a sua operacionalização concretizada em articulação com os planos locais e específicos e com os agentes do território.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Outros
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
Um programa desta dimensão não apresenta uma avaliação económica da matriz proposta, nem avaliação dos serviços de ecossistema, sequestro de carbono e impacto na atividade económica, nomeadamente da indústria e pequenos proprietários e empresários. Apresenta-se o financiamento previsto, a ser apoiado por um sistema multifundos, mas não se apresenta o retorno económico e financeiro desse investimento.	<p>Importa referir que o programa contempla uma avaliação dos serviços dos ecossistemas, com base numa análise integrada que procurou identificar as funções ecológicas atuais e potenciais da paisagem, assim como os benefícios associados à sua transformação, incluindo aspectos como a regulação do ciclo hidrológico, a proteção do solo, a biodiversidade, o sequestro de carbono e a valorização dos serviços culturais e de provisão.</p> <p>Adicionalmente, embora não tenha sido realizada uma avaliação económica exaustiva para cada cenário proposto, a matriz de transformação assenta em pressupostos técnicos e científicos orientados para a redução do risco de incêndio e a valorização dos usos multifuncionais do solo, promovendo uma maior estabilidade do território a médio e longo prazo. Esta abordagem considera não apenas os custos imediatos, mas sobretudo os custos evitados com grandes incêndios, a perda de biodiversidade e a degradação dos recursos naturais.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Diretrizes
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	05 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 5) – ALTRI FLORESTAL
<p>Atendendo aos objetivos e enquadramento dos PRGP's as diretrizes que se pretendem ser Orientadores, não devem ser integradas em PDM, RJAAR ou outros instrumentos de gestão. Diretrizes que vão alterar a qualificação do solo e condicionar de forma desproporcional a floresta de produção existente ou a renovar, como a D1, D2, D3, D5 são podem ser transpostas de forma genérica impedindo a futura renovação e gestão florestal.</p> <p>Aliás todas as outras diretrizes devem ser ponderadas até porque deve ser avaliada a sua razoabilidade, proporcionalidade e operacionalização, como por exemplo a D13 e D14. Algumas das diretrizes devem ser transferidas para os Regimes de Gestão.</p> <p>De facto, preocupa a referência à transposição para PDM e RJAAR e a vinculação do Programa a particulares quer por via da transposição para PDM e outros instrumentos quer pela via da vinculação da administração pública. Sendo orientações, não devem ser vinculativas.</p>	<p>Os PRGP constituem instrumentos estratégicos e orientadores, concebidos para apoiar a transformação estrutural dos territórios de elevada perigosidade de incêndio, promovendo paisagens mais resilientes, diversificadas e geridas de forma ativa.</p> <p>As diretrizes, como as D1, D2, D3 e D5, têm um caráter orientador e a sua eventual transposição para instrumentos de gestão territorial como os PDM, ou para instrumentos de autorização como o RJAAR, dependerá sempre de um processo autónomo, sujeito a avaliação de razoabilidade, proporcionalidade e à necessária participação pública. Qualquer alteração de qualificação do solo, ou definição de regimes de uso, terá de respeitar os princípios do ordenamento do território, a legislação em vigor e os direitos dos proprietários.</p> <p>Reconhece-se a existência de uma multiplicidade de instrumentos de gestão territorial aplicáveis aos territórios dos PRGP. O desenho da paisagem e a respetiva matriz de transição assumem um caráter orientador a considerar, de forma gradual, nos processos de alteração ou revisão dos planos diretores municipais e dos demais instrumentos de planeamento de natureza ou com expressão territorial. Como tal, não são identificadas normas de incompatibilidades com os IGT pelo que os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p> <p>O sucesso deste instrumento depende da articulação entre as diretrizes estratégicas e a realidade concreta do território, sendo essencial que a sua aplicação seja flexível, tecnicamente fundamentada e ajustada aos contextos locais.</p>
<p>Como sugestão, será de ponderar um modelo transitório para teste da aplicabilidade e adesão dos proprietários às medidas propostas nos PRGP. Assim, antes de qualquer alteração de PDM e outros, deve haver um período experimental de 2 anos e uma avaliação da execução e impacto.</p>	<p>A proposta é pertinente e está alinhada com o princípio da gradualidade na implementação das políticas públicas, sobretudo em contextos territoriais complexos e com dinâmicas socioeconómicas e ecológicas distintas. Com efeito, a flexibilidade e a capacidade de ajustamento das diretrizes à realidade local são elementos centrais na conceção dos PRGP.</p> <p>Neste enquadramento, e considerando que os PRGP são instrumentos estratégicos e orientadores, preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	06 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 6) – MARIA CLARA CARVALHO ARAÚJO
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Outra
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Pronuncio-me nesta consulta na qualidade de Geresiana, com formação na área florestal.</p> <p>Vejo nos PRGP's uma oportunidade para transformar áreas florestais abandonadas e degradadas em áreas com valor, mais resilientes e produtivas, quer seja no sentido estrito da produção de produtos lenhosos, quer seja na "produção" de conservação – biodiversidade e proteção do solo e água. De facto, "Os PRGP destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Os PRGP desenham a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação." É com este enquadramento que, enquanto Geresiana, me pronuncio contra a exclusão da Freguesia de Vilar da Veiga do PRGP em consulta. Esta Freguesia está classificada como Território Vulnerável, obedece aos requisitos para integrar o PRGP, mas, sem que se consiga entender, não foi incluída. Tem 8 364 ha (o limite da freguesia apresentado no documento não corresponde ao histórico da freguesia) e segundo o censos de 2021 tem uma população residente de 1.074 habitantes, tendo sofrido um decréscimo de cerca de 16.5% em 10 anos. Esta Freguesia está totalmente integrada no único Parque Nacional de Portugal e abriga o lugar que lhe dá nome e que o transporta para todo o mundo – O Gerês - Parque Nacional da Peneda-Gerês. Este lugar, abriga ainda uma das Termas mais antigas e famosas de Portugal. Ao longo de décadas, e até 2010 a Serra foi afetada por vários incêndios. Cresci com o temor de que o fogo pudesse chegar ao povoado, povoado este onde a população visitante e turística aumenta exponencialmente no verão e o perigo aumenta; temor pela perda de valor natural do único Parque Nacional do país.</p> <p>Primeiro os incêndios, depois a falta de ação e gestão continuada, as áreas anteriormente ocupadas maioritariamente com pinheiro e matos, como carqueja e urze, foram sendo invadidas por acácias e háqueas. Estas invasoras têm um impacto no solo, água, biodiversidade e na paisagem bem visíveis naqueles espaços, pondo em risco os valores naturais da fundação do PNPG. E o risco de incêndio bem como o risco de erosão do solo. Assim, embora esta área esteja dentro do Parque Nacional, não será de desprezar o que o PRGP pode ajudar na recuperação dos espaços florestais afetados por aquelas invasoras, tornando o território abrangido pela freguesia de Vilar da Veiga mais resiliente e biodiverso, porque todos os esforços são necessários.</p> <p>Estou certa de que a população do Gerês e Vilar da Veiga, presidentes da Junta e Câmara Municipal, bem como o ICNF e Direção do Parque Nacional, apoiariam a inclusão do território em causa no PRGP. Para o controlo e contenção da expansão das invasoras é necessário uma estratégia e ações de longo prazo, com continuidade e recursos financeiros, humanos e materiais que necessitam de suporte e enquadramento num instrumento da natureza do PRGP. Está previsto que o território adjacente ao PRGP pode beneficiar das medidas e suporte financeiro nele contidas. No entanto, seria muito mais interessante estar desde já incluído, de forma inequívoca. Além disso, como já referido, o território de Vilar da Veiga, enquadra-se nos requisitos para integrar o PRGP.</p>	<p>O âmbito territorial do PRGP SPG foi definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, onde não foi equacionada a inclusão da freguesia de Vilar da Veiga, do concelho de Terras de Bouro.</p> <p>Importa sublinhar que, justamente por se tratarem de territórios com valores naturais únicos e de elevada sensibilidade ecológica, existem outros planos e programas específicos já em vigor, orientados para a sua proteção e valorização, como o próprio Plano de Ordenamento do PNPG e iniciativas no quadro da Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés. Esses instrumentos asseguram uma gestão ativa e integrada, muitas vezes com restrições que poderiam revelar-se incompatíveis com a abordagem transformacional que o PRGP propõe para as áreas alvo.</p> <p>Assim, a não inclusão destas áreas da área de intervenção do PRGP não resulta de um desinteresse pela sua relevância, mas sim do reconhecimento da sua especificidade e da existência de mecanismos de gestão mais adequados ao seu contexto.</p> <p>Importa referir que a não inclusão de uma determinada freguesia da proposta de delimitação de um PRGP não implica a exclusão do território das políticas de paisagem ou da possibilidade de beneficiar de instrumentos de financiamento e apoio à gestão florestal e controlo de invasoras. A proximidade ao território abrangido pode permitir, em determinadas condições, o acesso a medidas associadas ao PRGP, desde que enquadradas nos respetivos regimes de apoio.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	07 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 7) – ATLÂNTICA – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DOS VALES DO MINHO, COURA, ÂNCORA, VEZ E LIMA – GESTÃO DE BALDIOS E DO TERRITÓRIO FLORESTAL E DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS	
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa/ Implementação do Programa/ Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental	Diagnóstico da Situação Territorial/ Diretrizes de Planeamento e Gestão/ Metodologia	
Contributo/ Sugestão da Participação <p>Tendo em atenção o potencial dos Programas de Reordenamento e Gestão no que respeita a transformação da Paisagem:</p> <p>1 – As Comunidades Locais dos Baldios das referidas freguesias onde está inserida área de intervenção pretendida do referido PRGP não foram consultadas e não foram convidadas para participar nas sessões públicas estipuladas como por exemplo no concelho de Arcos de Valdevez. Na referida sessão pública não se encontrava uma única entidade gestora de baldios do referido concelho, ou seja, as entidades que fazem a gestão do dito território que é pretendido na vossa área de intervenção. Estiveram presentes outras entidades e muitas dessas entidades não sabem como é a gestão ou o funcionamento de cada baldio.</p> <p>2 – Antes de qualquer projeto é importante tentar conhecer e perceber o funcionamento destas comunidades locais, ou seja, os usos e costumes que são praticados na gestão de cada território, tentando perceber se estas comunidades retiram determinados valores quer a nível das áreas de baldio quer a nível de propriedades privadas, quais são as necessidades prioritárias para cada comunidade local e as expectativas que são pretendidas em termos futuros.</p> <p>3 – A proteção e a transformação da paisagem deve de ter em conta as pessoas que nela habitam, pois são os principais cuidadores desta paisagem, quer na prática da agricultura, quer na prática florestal, quer no pastoreio para a manutenção das nossas raças autóctones, caça, a pesca e entre outros usos. Todos os usos referidos são muito importantes para a subsistência e rendimento destas populações.</p> <p>4 – Achamos por conveniente que as entidades gestoras de baldio sejam atempadamente informadas das referidas ações para atingir os objetivos pretendidos no PRGP, porque pode existir sobreposição de projetos que estejam a ser implementados.</p>		Ponderação

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	08 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 8) – FREGUESIA DE SISTELO
TEMA:	SUBTEMA:
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p><u>1. Enquadramento</u></p> <p>A Junta de Freguesia de Sistelo, no âmbito da consulta pública do PRGP-SPG, vem por este meio apresentar a sua participação formal, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do programa, garantindo uma maior adequação às especificidades locais e à preservação dos valores naturais, culturais e socioeconómicos da freguesia de Sistelo.</p> <p>Sistelo, classificado como Monumento Nacional e conhecido como "o Pequeno Tibete português", é uma paisagem cultural de relevância única. Por isso, importa que as medidas do PRGP-SPG reflitam de forma mais incisiva as necessidades desta freguesia, promovendo uma abordagem integrada que valorize o património, reforce a resiliência ambiental e dinamize a economia local.</p>	<p>Regista-se e agradece-se o contributo da Junta de Freguesia de Sistelo no âmbito da consulta pública do PRGP SPG.</p>
<p><u>2. Pontos Críticos Identificados</u></p> <p><u>2.1 Sub-representação de Sistelo no PRGP-SPG</u></p> <ul style="list-style-type: none"> O Diagnóstico Prospectivo e o Relatório do Programa abordam de forma genérica o concelho de Arcos de Valdevez, mas falham na identificação de medidas específicas para Sistelo, apesar da sua classificação e singularidade. <p><u>2.2 Necessidade de Participação Local e Governança Inclusiva</u></p> <ul style="list-style-type: none"> O Relatório Ambiental da AAE reconhece a importância da participação, mas não detalha mecanismos de envolvimento direto das Juntas de Freguesia como entidades parceiras. população e construção conjunta de soluções. 	<p>No que se refere às medidas específicas para a freguesia de Sistelo, importa esclarecer que esta não se encontra incluída na área de intervenção do PRGP SPG, conforme estabelecido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, sendo as freguesias abrangidas identificadas no Anexo I do referido diploma.</p> <p>Importa referir que a não inclusão de uma determinada freguesia da proposta de delimitação de um PRGP não implica a exclusão do território das políticas de paisagem ou da possibilidade de beneficiar de instrumentos de financiamento e apoio à gestão florestal e controlo de invasoras. A proximidade ao território abrangido pode permitir, em determinadas condições, o acesso a medidas associadas ao PRGP, desde que enquadradas nos respetivos regimes de apoio.</p> <p>As juntas de freguesia pertencentes à área de intervenção integraram o processo participativo através da sua representação no painel municipal, conjuntamente com os respetivos municípios. Em todos os momentos participativos — incluindo reuniões formais e sessões de trabalho — foi assegurado o convite a estes atores locais, com o objetivo de promover a auscultação dos contributos relevantes para a elaboração do programa.</p>
<p><u>3. Propostas de Melhoria</u></p> <p><u>3.1 Eixo de Requalificação Ecológica e Paisagística</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de corredores ecológicos interligados, promovendo a conectividade entre habitats naturais e reforçando a biodiversidade local. Restauro de habitats tradicionais, como socalcos e lameiros, com intervenções técnicas para travar a erosão e promover a infiltração hídrica. Plantio sistemático de espécies autóctones adaptadas às condições locais para melhorar a qualidade paisagística e mitigar o risco de incêndios. Implementação de programas de pagamentos por serviços ambientais dirigidos a proprietários e agricultores que adotem práticas sustentáveis. 	<p>Agradecemos a apresentação das propostas para a freguesia de Sistelo, que demonstram um compromisso notável com a valorização ecológica, cultural e socioeconómica do território.</p> <p>Gostaríamos, no entanto, de esclarecer que Sistelo não integra a área de intervenção do PRGP-SPG, conforme definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, pelo que o programa não prevê intervenções diretas neste território.</p> <p>Importa referir que algumas das medidas sugeridas, como a criação de corredores ecológicos, a manutenção de socalcos, o combate à erosão do solo,</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	08 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 8) – FREGUESIA DE SISTELO
<p>3.2 Eixo de Valorização Cultural e Socioeconómica</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um plano estratégico de turismo sustentável para Sistelo, com destaque para a criação de rotas interpretativas, apoio ao turismo de natureza e valorização das tradições culturais. Requalificação e promoção de infraestruturas rurais de apoio às comunidades locais e aos visitantes, incluindo sinalética e centros de interpretação. Apoio direto a agricultores e criadores locais, com incentivos para práticas agrícolas de baixo impacto ambiental e manutenção da paisagem em mosaico. <p>3.3 Governança e Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> Integração efetiva da Junta de Freguesia de Sistelo na Comissão Local de Acompanhamento do PRGP-SPG, garantindo uma voz ativa na definição de prioridades. Criação de um Observatório Local de Sustentabilidade para monitorizar os impactos das medidas, assegurando uma gestão adaptativa baseada em indicadores ambientais e sociais. <p>Realização periódica de assembleias comunitárias para auscultação da população e construção conjunta de soluções.</p>	<p>a promoção da infiltração hídrica, o plantio de espécies autóctones adaptadas e o pagamento por serviços dos ecossistemas, são aspectos considerados na proposta do PRGP SPG.</p> <p>Reconhecemos, o interesse e o valor das sugestões apresentadas, que poderão constituir uma importante referência para futuras iniciativas a nível municipal ou regional, no âmbito da valorização e conservação dos recursos locais.</p> <p>O PRGP-SPG mantém-se aberto ao diálogo e à cooperação com todos os atores locais, estando disponível para colaborar e trocar experiências que possam fortalecer a gestão integrada da paisagem nas áreas envolventes.</p>
<p>4. Conclusão</p> <p>A Junta de Freguesia de Sistelo reafirma o seu compromisso firme e inabalável com a preservação e valorização do património natural, cultural e paisagístico local. Considera essencial que o PRGP-SPG reconheça e integre as especificidades de Sistelo, enquanto paisagem cultural classificada de excepcional valor, garantindo a implementação de medidas concretas que reforcem a identidade e resiliência deste território.</p> <p>As propostas aqui apresentadas pretendem assegurar um modelo de desenvolvimento territorial equilibrado, centrado na sustentabilidade ecológica, no dinamismo económico e na coesão social, com benefícios diretos para a população local e para as futuras gerações.</p> <p>A Junta de Freguesia de Sistelo espera que este contributo seja plenamente considerado e que resulte num compromisso claro das entidades competentes para com a proteção e valorização efetiva de Sistelo.</p>	<p>Regista-se e agradece-se o contributo da Junta de Freguesia de Sistelo, que reflete um profundo compromisso com a preservação e valorização do património natural, cultural e paisagístico do território, em especial de uma paisagem cultural classificada de reconhecido valor, como é o caso de Sistelo.</p> <p>Embora esta freguesia não integre a área de intervenção do PRGP-SPG, conforme definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, reconhece-se a relevância das propostas apresentadas, bem como a oportunidade de estas serem consideradas em futuros instrumentos de planeamento e valorização territorial com incidência sobre o Alto Minho.</p> <p>Importa ainda referir que várias das medidas sugeridas — nomeadamente a promoção de corredores ecológicos, a manutenção de socalcos, o combate à erosão, a utilização de espécies autóctones adaptadas às condições locais e a criação de mecanismos de pagamento por serviços dos ecossistemas — encontram-se já contempladas no corpo estratégico do PRGP SPG, sendo igualmente aplicáveis a territórios com características semelhantes.</p> <p>Reitera-se a disponibilidade para manter um diálogo construtivo com todos os agentes do território, incluindo as freguesias limítrofes da área de intervenção, promovendo a partilha de boas práticas e a articulação com outras políticas públicas que concorram para a valorização da paisagem, o desenvolvimento local sustentável e a coesão territorial.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	09 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 9) – MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
TEMA:	SUBTEMA:
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>1. Enquadramento</p> <p>O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG) enquadra-se nas políticas públicas nacionais orientadas para o ordenamento sustentável do território, a adaptação às alterações climáticas e a mitigação de riscos associados aos incêndios rurais, à erosão do solo e à perda de biodiversidade. É uma resposta integrada aos desafios estruturais que afetam vastas áreas do interior norte de Portugal, designadamente o despovoamento, o abandono agrícola, a fragmentação da propriedade rural e a degradação dos serviços dos ecossistemas.</p> <p>O PRGP-SPG alinha-se com instrumentos estratégicos como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), promovendo intervenções de base territorial que visam a transformação das paisagens vulneráveis em mosaicos multifuncionais, resilientes e economicamente viáveis.</p> <p>Arcos de Valdevez assume um papel de relevo no contexto deste programa, não só pela sua localização estratégica no Alto Minho interior, mas também pela diversidade ecológica, riqueza cultural e dinâmica comunitária que caracterizam o concelho. O território integra áreas de elevado valor ecológico e patrimonial, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês e a Rede Natura 2000, bem como espaços comunitários de baldios e a singular paisagem cultural de Sistelo, classificada como Monumento Nacional.</p> <p>A abordagem proposta pelo PRGP-SPG para Arcos de Valdevez representa uma oportunidade para articular objetivos de conservação da natureza, gestão ativa dos recursos naturais e valorização económica do território. No entanto, para maximizar o impacto positivo e garantir uma execução eficaz, considera-se importante reforçar a adaptação local das medidas, aprofundando a integração com os instrumentos de planeamento existentes e com as comunidades locais.</p> <p>Esta análise propõe recomendações construtivas com vista a assegurar que o PRGP-SPG responda de forma mais ajustada às especificidades e potencialidades do concelho</p>	<p>Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais/ Monitorização e Avaliação dos Resultados/ Articulação com as Opções Estratégicas</p> <p>Agradece-se o contributo apresentado no âmbito da consulta pública ao PRGP-SPG, que evidencia de forma pertinente a relevância territorial e estratégica do concelho de Arcos de Valdevez. Reconhece-se o valor das recomendações propostas, nomeadamente no que respeita à articulação entre conservação, valorização económica e participação comunitária.</p>
<p>2. Pontos de Melhoria Identificados</p> <p>2.1 Caracterização Territorial e Diagnóstico Localizado</p> <p>Arcos de Valdevez apresenta um mosaico territorial rico e diversificado, marcado por uma combinação de sistemas agro-silvo-pastoris, áreas florestais, baldios comunitários e zonas agrícolas de vale. A dinâmica do uso do solo nos últimos 30 anos evidencia um processo de abandono de áreas agrícolas tradicionais, seguido de uma expansão de vegetação espontânea e florestas jovens, o que altera significativamente a estrutura paisagística e aumenta a vulnerabilidade a incêndios rurais.</p> <p>O concelho alberga comunidades com forte ligação à terra, mas com um perfil demográfico envelhecido e uma fragmentação acentuada da propriedade. Estas características exigem um diagnóstico socioeconómico detalhado para apoiar medidas de mobilização fundiária e gestão coletiva dos territórios. Importa igualmente mapear as áreas de maior valor ecológico e os corredores de conectividade entre zonas de montanha e vales agrícolas, fundamentais para a resiliência dos ecossistemas.</p> <p>A caracterização atual do PRGP-SPG poderia ser enriquecida com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cartografia temática detalhada, evidenciando zonas de risco, usos dominantes do solo e áreas prioritárias de intervenção. 	<p>Agradece-se o contributo apresentado, que evidencia um conhecimento aprofundado das dinâmicas territoriais e dos desafios específicos do concelho de Arcos de Valdevez. O relatório de diagnóstico prospectivo do PRGP-SPG integra, em grande parte, as recomendações elencadas, incluindo a análise da evolução do uso do solo, a caracterização socioeconómica e biofísica. A identificação de áreas prioritárias para intervenção encontra-se no relatório do programa.</p> <p>Destaca-se, no entanto, que alguns elementos referidos, como a caracterização extensiva das brandas e inverneiras ou a análise da infraestrutura verde a nível local, extravasam o âmbito do programa na sua fase atual, podendo, no entanto, ser relevantes para aprofundamentos futuros ou para a articulação com outros instrumentos de planeamento e gestão territorial.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	09 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 9) – MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
<ul style="list-style-type: none"> Indicadores socioeconómicos locais, incluindo estrutura etária dos proprietários, níveis de rendimento agrícola e capacidade organizativa das comunidades. Análise funcional das unidades de paisagem, considerando o papel estratégico das brandas e inverneiras, pastagens de altitude e sistemas agroecológicos como os socalcos de Sistelo. Integração de dados sobre infraestrutura verde e serviços de ecossistemas, para apoiar estratégias de gestão ativa e multifuncional da paisagem. <p>Este aprofundamento permitirá alinhar o diagnóstico com os objetivos específicos do programa, facilitando uma definição mais ajustada das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e das Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) em Arcos de Valdevez.</p>	
<p>2.2 Integração com Instrumentos Municipais de Planeamento</p> <p>A integração do PRGP-SPG com os instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal é essencial para garantir coerência estratégica, evitar redundâncias e potenciar sinergias. Em Arcos de Valdevez, o alinhamento com o Plano Diretor Municipal (PDM) permitiria uma melhor compatibilização das propostas do programa com os usos do solo, condicionantes ambientais e zonas de proteção já identificadas. Isto é particularmente relevante para garantir que as medidas propostas respeitam os regimes da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN).</p> <p>Além disso, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), que estabelece prioridades locais para prevenção, vigilância e combate aos incêndios, deveria ser considerado como um instrumento operativo complementar ao PRGP-SPG. A articulação com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC do Alto Minho) também é recomendável, uma vez que este contém diagnósticos e medidas que podem ser sinergéticas com as intervenções previstas no programa.</p> <p>Recomenda-se a criação de uma matriz de correspondência entre as medidas do PRGP-SPG e os eixos estratégicos dos instrumentos municipais, facilitando a implementação coordenada e maximizando o impacto das ações financiadas por fundos comunitários e nacionais. Esta integração fortaleceria a governança multinível, permitindo uma distribuição clara de responsabilidades entre as entidades gestoras do programa, o município e as freguesias.</p> <p>Esta abordagem poderá reforçar a ligação entre a conservação patrimonial e o desenvolvimento socioeconómico local, garantindo a sustentabilidade e resiliência da paisagem de Sistelo no longo prazo.</p>	<p>A articulação do PRGP-SPG com os instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente com os Planos Diretores Municipais (PDM), Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e estratégias intermunicipais como o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), foi considerada na fase de diagnóstico e enquadramento estratégico do programa.</p> <p>Destaca-se, ainda, que a implementação do PRGP-SPG está orientada para promover sinergias com os fundos estruturais e instrumentos existentes, assegurando uma abordagem coerente com os objetivos de política pública definidos à escala municipal e regional.</p> <p>A proposta de criação de uma matriz de correspondência entre medidas do PRGP-SPG e os instrumentos de planeamento municipal poderá ser considerada como boa prática a adotar na fase de operacionalização, reforçando a coordenação técnica e política entre os diferentes níveis de governança.</p>
<p>2.3 Valorização da Paisagem Cultural de Sistelo</p> <p>A paisagem cultural de Sistelo, classificada como Monumento Nacional, representa um ativo territorial de elevada relevância no concelho de Arcos de Valdevez e no contexto nacional. Os socalcos agrícolas, o modelo tradicional de gestão comunitária e as práticas de transumância (branda e inverneira) são elementos identitários que conferem ao território um elevado valor cultural, ecológico e económico.</p> <p>O PRGP-SPG poderia beneficiar de uma abordagem mais detalhada e integrada para Sistelo, com a criação de um subprograma específico de valorização cultural e patrimonial. Este subprograma deveria contemplar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Medidas de conservação e recuperação dos socalcos, enquanto infraestruturas agrícolas tradicionais com função ecológica e de proteção do solo. Incentivos à agricultura de montanha e à pastorícia extensiva, apoiando práticas sustentáveis que garantam a manutenção da paisagem cultural viva. Valorização de produtos locais e desenvolvimento de cadeias curtas de comercialização, articuladas com o turismo de natureza e o ecoturismo. Integração com políticas de património cultural e turismo, promovendo Sistelo como um núcleo de boas práticas e de demonstração de gestão integrada da paisagem. 	<p>Agradecemos a apresentação das propostas para a freguesia de Sistelo, que evidenciam um compromisso claro com a valorização ecológica, cultural e socioeconómica do território. As recomendações apresentadas são relevantes e convergentes com os princípios orientadores do PRGP-SPG, nomeadamente no que respeita à promoção da sustentabilidade, da coesão territorial e da gestão integrada da paisagem.</p> <p>Cumpre, contudo, esclarecer que a freguesia de Sistelo não integra a área de intervenção do PRGP-SPG, conforme estabelecido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, cujo Anexo I define a respetiva área de intervenção. Por esta razão, o programa não contempla ações diretas neste território.</p> <p>Ainda assim, sublinhamos que várias das medidas propostas — como a criação de corredores ecológicos, o restauro de socalcos e lameiros, o recurso a espécies autóctones adaptadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas — estão já previstas no</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	09 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 9) – MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
<ul style="list-style-type: none"> Adoção de esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) orientados para a preservação dos serviços dos ecossistemas associados a esta paisagem singular. 	<p>PRGP-SPG para as freguesias abrangidas, refletindo uma abordagem transversal que poderá, futuramente, servir de referência para outras áreas com características semelhantes.</p>
<p>2.4 Estrutura de Implementação e Governança</p> <p>A execução eficaz do PRGP-SPG em Arcos de Valdevez depende de uma estrutura de governança multinível que promova a articulação entre as entidades supramunicipais, a administração central, o município e as comunidades locais. Atualmente, o modelo proposto está centrado em entidades nacionais e regionais, mas poderá beneficiar da criação de mecanismos específicos de operacionalização local.</p> <p>Propõe-se a constituição de Núcleos Locais de Gestão da Paisagem (NLGP) com sede no município, compostos por representantes da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, comunidades de baldios, associações de produtores, técnicos especializados e representantes de organizações não governamentais locais. Estes núcleos teriam as seguintes funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coordenar a implementação local das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e Unidades de Gestão da Paisagem (UGP). Garantir a integração das ações com os instrumentos de planeamento e as prioridades municipais. Servir de interface entre os proprietários e as entidades gestoras do PRGP-SPG, promovendo a mobilização fundiária e a adesão voluntária. Monitorizar a execução das medidas, assegurando transparência, prestação de contas e capacidade de resposta a desafios emergentes. <p>Além disso, recomenda-se a definição de um quadro claro de responsabilidades, linhas de financiamento específicas para ações locais e a criação de canais de comunicação permanentes com as comunidades. Esta abordagem permitirá assegurar que o PRGP-SPG não apenas responde às prioridades estratégicas nacionais, mas também se enraíza nas dinâmicas locais, promovendo uma gestão partilhada e sustentada da paisagem.</p>	<p>Agradece-se a proposta apresentada, que demonstra uma preocupação pertinente com a efetividade da execução local do PRGP-SPG e com o reforço da participação das comunidades e entidades territoriais relevantes à escala local.</p> <p>Informa-se que esta sugestão será registada e poderá ser considerada numa fase posterior, mais operacional, associada à implementação concreta das ações no terreno. A definição de mecanismos de governança de proximidade, como os propostos, poderá revelar-se relevante no quadro da mobilização fundiária, da articulação com os atores locais e da monitorização da execução das medidas.</p>
<p>2.5 Mobilização Fundiária e Incentivos</p> <p>A mobilização fundiária é um dos pilares para a implementação eficaz do PRGP-SPG, sobretudo em territórios como Arcos de Valdevez, caracterizados por minifúndio, dispersão da propriedade e envelhecimento dos titulares de terrenos. Estes fatores tornam essencial o desenvolvimento de uma estratégia integrada que conjugue instrumentos legais, incentivos económicos e apoio técnico.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): implementação de mecanismos de compensação financeira aos proprietários que contribuam para a gestão ativa da paisagem, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e redução do risco de incêndios. Contratos-programa e parcerias público-privadas: celebração de acordos com entidades gestoras para assegurar a execução de medidas de longo prazo. Benefícios fiscais e isenções: incentivos fiscais para proprietários que adiram às AIGP e UGP, como redução de IMI em terrenos rurais integrados em projetos de gestão coletiva. Apoio técnico e administrativo: criação de gabinetes de apoio locais para esclarecimento de dúvidas, preparação de processos e facilitação do acesso aos fundos disponíveis. Campanhas de sensibilização e informação: estratégias de comunicação adaptadas à realidade local para fomentar a adesão voluntária e o envolvimento das comunidades. 	<p>Regista-se que as propostas apresentadas estão globalmente alinhadas com a política de incentivos à transformação territorial que sustenta o PRGP-SPG. A utilização de mecanismos integrados de mobilização fundiária e incentivos económicos constitui, de facto, uma componente central para promover a gestão ativa da paisagem e a adesão voluntária dos proprietários.</p> <p>Estas orientações serão tidas em consideração na fase de definição dos instrumentos operacionais do programa.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	09 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 9) – MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos de cedência temporária de terrenos: contratos de comodato ou gestão partilhada que permitam a utilização dos terrenos por entidades gestoras, garantindo rendimento e manutenção da propriedade. <p>Esta estratégia integrada de incentivos poderá criar condições favoráveis para a adesão em massa dos proprietários e assegurar a escala necessária para a regeneração paisagística prevista pelo PRGP-SPG.</p>	
<p>3. Recomendações Estruturantes</p> <p>Com base na análise detalhada ao PRGP-SPG e no contexto específico de Arcos de Valdevez, propõem-se as seguintes recomendações estruturantes para reforçar a eficácia, pertinência e sustentabilidade do programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar a Territorialização e o Diagnóstico Fino <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver diagnósticos diferenciados para cada unidade de paisagem (brandas, vales agrícolas, zonas florestais e áreas urbanas periféricas). Producir cartografia temática com dados atualizados sobre uso do solo, riscos naturais e corredores ecológicos. Incorporar indicadores socioeconómicos locais (estrutura etária, uso e abandono agrícola, capacidade organizativa das comunidades). 2. Garantir Integração Multinível com Instrumentos de Planeamento <ul style="list-style-type: none"> Criar uma matriz de correspondência entre o PRGP-SPG e o PDM, PMDFCI, PIAAC e outros planos locais. Articular as intervenções com as condicionantes da RAN e REN e os planos de gestão da Rede Natura 2000. Reforçar o alinhamento com prioridades municipais para maximizar sinergias e financiamentos. 3. Valorizar Ativos Culturais e Paisagísticos Singulares <ul style="list-style-type: none"> Implementar um subprograma específico para Sistelo, incluindo medidas de conservação dos socalcos, apoio à agricultura e pastorícia extensiva, e integração com o turismo sustentável. Fomentar a valorização de produtos locais e cadeias curtas de comercialização. Adotar esquemas de PSA para incentivar práticas de gestão sustentável e conservação da paisagem. 4. Fortalecer a Estrutura de Governança e Participação Local <ul style="list-style-type: none"> Criar Núcleos Locais de Gestão da Paisagem (NLGP), com representação da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, comunidades de baldios e associações locais. Definir funções claras para coordenação, mobilização de proprietários, monitorização e prestação de contas. Garantir financiamento para estruturas operacionais locais e mecanismos de comunicação permanente com a comunidade. 5. Estimular a Mobilização Fundiária com Incentivos Diretos <ul style="list-style-type: none"> Implementar PSA e contratos-programa para gestão partilhada e de longo prazo. Oferecer benefícios fiscais (ex.: isenção de IMI) e apoio técnico aos proprietários aderentes. Criar gabinetes locais de apoio para facilitar processos administrativos e acesso a fundos. Lançar campanhas de informação e sensibilização direcionadas para proprietários e comunidades. 6. Promover Projetos-Piloto de Demonstração e Inovação <ul style="list-style-type: none"> Selecionar áreas emblemáticas como Sistelo e Branda da Aveleira para implementar projetos-piloto integrados. 	<p>Agradecemos as recomendações estruturantes apresentadas para o PRGP SPG, as quais refletem um entendimento aprofundado das especificidades e desafios do território de Arcos de Valdevez.</p> <p>Importa salientar que algumas sugestões, como a implementação de subprogramas específicos e projetos-piloto, poderão exceder o âmbito atual do PRGP SPG, podendo ser consideradas para fases futuras ou programas complementares.</p> <p>Importa esclarecer que a freguesia de Sistelo não integra a área de intervenção do PRGP-SPG, conforme estabelecido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, cujo Anexo I define a respetiva área de intervenção. Por esta razão, o programa não contempla ações diretas neste território.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	09 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 9) – MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
<ul style="list-style-type: none"> • Incluir componentes de monitorização participativa e avaliação de impacto com indicadores específicos. • Envolver universidades, centros de investigação e organizações locais para garantir inovação e replicabilidade. <p>Estas recomendações visam recentrar o PRGP-SPG nas dinâmicas locais, assegurando a participação comunitária, a valorização dos recursos endógenos e a criação de paisagens resilientes e multifuncionais.</p>	
<p>4. Conclusão</p> <p>O PRGP-SPG representa uma oportunidade estratégica para transformar territórios vulneráveis em paisagens resilientes, multifuncionais e produtivas. No caso de Arcos de Valdevez, a implementação de uma abordagem mais territorializada, integrada e participativa será determinante para o sucesso do programa.</p> <p>As recomendações aqui apresentadas reforçam a importância de envolver ativamente as comunidades locais, valorizar os recursos endógenos e garantir uma governança eficaz e multinível. A aposta em incentivos claros, projetos-piloto inovadores e mecanismos de monitorização participativa poderá assegurar uma execução alinhada com as realidades do concelho e os objetivos nacionais de sustentabilidade.</p> <p>Com estas medidas, o PRGP-SPG poderá afirmar-se como um catalisador de regeneração rural e de inovação territorial, contribuindo para paisagens vivas, produtivas e adaptadas aos desafios climáticos e sociais do século XXI.</p>	<p>Agradece-se a síntese apresentada, que sublinha de forma clara o potencial estratégico do PRGP-SPG para a regeneração e sustentabilidade dos territórios, designadamente no concelho de Arcos de Valdevez.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO		10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – MARINHA ISABEL ESTEVES			
TEMA:	SUBTEMA:				
Relatório do Programa	Ações Prioritárias				
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação				
<p>No âmbito da discussão pública do Programa Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), manifesta a total discordância com o limite atualmente proposto para o PRGP, por considerar que a delimitação apresentada não reflete de forma adequada a continuidade ecológica, socioeconómica e cultural do território.</p> <p>Em particular, destaca-se a exclusão de freguesias localizadas no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e integradas na Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés, situadas na zona de fronteira com o Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés (PNBLSX). Caso como a freguesia de Vilar da Veiga, evidencia características geográficas e ecológicas singulares, fortemente marcadas pela crescente pressão turística, que as tornam especialmente vulneráveis e prioritárias em termos de conservação.</p> <p>Estes territórios são constituídos por ecossistemas sensíveis e habitats de elevado valor de conservação, pelo que a sua integração no perímetro do PRGP é indispensável para assegurar uma gestão adequada dos seus recursos naturais, da biodiversidade e das ameaças associadas, como o despovoamento, a acumulação de combustível ou a banalização da paisagem.</p> <p>A atual delimitação do PRGP ignora também áreas que partilham os mesmos desafios estruturais de gestão do território, como o abandono da agricultura, o risco acrescido de incêndios rurais e o potencial para regenerar mosaicos agroflorestais resilientes.</p> <p>Do ponto de vista territorial e social, o traçado proposto não respeita as dinâmicas históricas que ligam as comunidades ao maciço montanhoso, desconsiderando os laços de vizinhança, os usos tradicionais do solo, e as redes de pastoreio extensivo que ainda persistem. Esta fragmentação compromete gravemente a eficácia do PRGP, dificultando a sua articulação com os instrumentos de planeamento local e intermunicipal, e enfraquecendo o princípio da coesão territorial.</p> <p>Face ao exposto, sugere-se uma revisão criteriosa e participada dos limites da paisagem SPG, com base em critérios mais abrangentes e representativos da realidade biofísica e sociocultural do território. Essa revisão deve valorizar as zonas tampão e as áreas de transição ecológica, reconhecendo o seu papel essencial numa estratégia de gestão integrada e sustentável da paisagem.</p>	<p>O âmbito territorial do PRGP SPG foi definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, onde não foi equacionada a inclusão da freguesia de Vilar da Veiga, do concelho de Terras de Bouro.</p> <p>Conforme salientado no comentário recebido, a freguesia de Vilar da Veiga — assim como outras da envolvente — possui um conjunto de ativos territoriais relevantes, com forte expressão em termos de biodiversidade, oferta de serviços de ecossistemas e dinamismo turístico. Esses fatores, em articulação com a sua integração no Parque Nacional da Peneda-Gerês, implicam a aplicação de instrumentos próprios de planeamento e gestão.</p> <p>Importa sublinhar que, justamente por se tratarem de territórios com valores naturais únicos e de elevada sensibilidade ecológica, existem outros planos e programas específicos já em vigor, orientados para a sua proteção e valorização, como o próprio Plano de Ordenamento do PNPG e iniciativas no quadro da Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés. Esses instrumentos asseguram já uma gestão ativa e integrada, muitas vezes com restrições que poderiam revelar-se incompatíveis com a abordagem transformacional que o PRGP propõe para as áreas alvo.</p> <p>Assim, a não inclusão destas áreas da área de intervenção do PRGP não resulta de um desinteresse pela sua relevância, mas sim do reconhecimento da sua especificidade e da existência de mecanismos de gestão mais adequados ao seu contexto.</p>				
<p>Sublinhamos ainda a urgência de integrar uma estratégia robusta de controlo de espécies invasoras, tanto vegetais como animais, no território abrangido por este programa.</p> <p>As espécies exóticas invasoras são um dos principais fatores de degradação ecológica da região, comprometendo a regeneração dos ecossistemas autóctones, alterando profundamente os habitats e reduzindo a biodiversidade nativa. Casos como as acácia (Acacia spp.), fallopia (<i>Fallopia japonica</i>) ou a Pinheirinha (<i>Myriophyllum aquaticum</i>) nas linhas de água do rio Homem e do rio Cávado, entre outras, têm vindo a colonizar áreas abandonadas e margens de cursos de água, dificultando a recuperação de mosaicos agroflorestais e aumentando o risco de incêndio.</p> <p>Do ponto de vista faunístico, espécies como o javali (<i>Sus scrofa</i>), apesar de nativas, têm sofrido explosões populacionais descontroladas devido à ausência de predadores e alterações do uso do solo, com impactos negativos na regeneração florestal, na agricultura local e até na segurança rodoviária.</p> <p>Neste sentido, propõe-se que o PRGP inclua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento atualizado das áreas invadidas, com priorização de zonas críticas para intervenção; • Planos operacionais de controlo e erradicação, com financiamento adequado e envolvimento das entidades locais e regionais; 	<p>A respeito das propostas de inclusão no programa refere-se:</p> <p>Mapeamento atualizado das áreas invadidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O PRGP SPG utiliza ferramentas como o Google Street View (GSV) e imagens de satélites multiespectrais, como o Sentinel-2, para mapear <i>Acacia spp.</i> - Apesar de se ter registado uma área de cerca de 49 hectares de florestas de invasoras pela COS'2018 (0,1% da área de intervenção), a análise com Sentinel-2 sugere uma discrepância significativa e possivelmente uma área de ocorrência maior. - As invasoras são reconhecidas como dispersas por toda a área de intervenção, e a avaliação do território visa otimizar as orientações para o desenho da paisagem. <p>Planos operacionais de controlo e erradicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma das medidas desejáveis identificadas no Quadro de Medidas Desejáveis do PRGP é "Controlar e reduzir a área ocupada por exemplares de acácia e/ou outras espécies infestantes", aplicada a todas as Unidades e Subunidades de Gestão da Paisagem. 				

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – MARINHA ISABEL ESTEVES
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de espécies autóctones nos processos de reconversão da paisagem; Monitorização contínua e avaliação da eficácia das ações de controlo; Campanhas de sensibilização junto da população e dos proprietários sobre a prevenção da propagação destas espécies. <p>Sem o controlo eficaz das invasoras, qualquer esforço de reestruturação da paisagem será sistematicamente posto em causa, quer em termos ecológicos, quer socioeconómicos.</p>	<p>- O programa prevê "Apoiar ações de controlo e recuperação de áreas afetadas por invasoras lenhosas" como uma medida comum às sub-regiões homogéneas que abrangem a área de intervenção.</p> <p>3. Promoção de Espécies Autóctones:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os "Sistemas florestais de conservação/proteção" integram espécies de elevado valor ecológico, salientando as espécies autóctones e os contextos onde a conservação é prioritária. - As áreas de floresta de conservação correspondem a contextos onde a promoção da biodiversidade pode ser realizada com recurso a espécies autóctones (arbóreas, subarbóreas e arbustivas). - PRGP propõe a reconversão de floresta de produção para floresta de conservação/proteção ou vegetação ripícola, em faixas marginais significativas, em zonas de elevado valor ecológico. <p>Monitorização Contínua e Avaliação da Eficácia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Plano de Implementação, Monitorização e Avaliação do PRGP SPG inclui um indicador específico para as espécies invasoras: "Espécies invasoras (área ocupada)", com métrica em hectares e percentagem de cobertura face à área existente aquando da implementação do programa, com periodicidade quinquenal. <p>A monitorização da implementação dos PRGP será efetuada no âmbito do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) e do sistema de monitorização do Plano Nacional de Ação para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNAGIFR).</p> <p>Os relatórios de monitorização da implementação dos PRGP serão suportados por uma bateria de indicadores a consolidar no âmbito do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU).</p>
<p>Sublinho ainda a necessidade do PRGP dar maior atenção às causas e consequências do abandono das práticas agrícolas tradicionais e da baixa produtividade dos espaços florestais, que hoje caracterizam grande parte deste território.</p> <p>A perda progressiva da atividade agrícola e pastoril tem conduzido à homogeneização da paisagem, à acumulação de combustível vegetal e à ocupação do solo por espécies espontâneas ou invasoras, com impactos severos ao nível do risco de incêndio, perda de biodiversidade, degradação dos solos e desertificação humana. Ao mesmo tempo, o setor florestal permanece marcado por fraca organização da propriedade, baixa rentabilidade e escasso investimento na valorização dos produtos florestais.</p> <p>Considera-se fundamental que o PRGP:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorize e incentive a recuperação das práticas agrícolas e agro-silvo-pastoris tradicionais, como a pastorícia extensiva e o cultivo em socalcos, enquanto ferramentas de gestão ativa da paisagem; • Promova modelos de gestão florestal cooperativa, com enfoque na multifuncionalidade e na produtividade sustentável das áreas florestais; • Apoie a organização dos proprietários e estruturas de gestão agregada; • Aposte na capacitação dos agentes locais e novos produtores, criando condições para o regresso à terra, especialmente por parte dos jovens; 	<p>O PRGP-SPG integra diversas componentes que procuram precisamente responder a esses desafios, nomeadamente através de:</p> <p>5. Campanhas de Sensibilização e Envolvimento da População:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A inclusão de medidas sociais e educativas no programa é sublinhada como importante para a gestão integrada de fogos rurais. - A formação e sensibilização para atores locais é um indicador de governança. - O envolvimento e dinamização das organizações socioeconómicas e das populações locais na implementação do PRGP são objetivos centrais, incluindo a promoção de uma nova economia rural. <p>Em suma, o PRGP SPG adota uma abordagem integrada e multifacetada para a gestão da paisagem, que procura transformar os desafios em oportunidades, promovendo a resiliência e a</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – MARINHA ISABEL ESTEVES
<ul style="list-style-type: none"> Articule com as medidas da PAC e do PEPAC, garantindo remuneração adequada pelos serviços de ecossistema prestados pelos agricultores e silvicultores. <p>Neste processo, é fundamental cativar a participação ativa das comunidades locais e dos agentes económico, reconhecendo o seu conhecimento do território, o seu papel na gestão de proximidade e o seu envolvimento contínuo com os desafios e oportunidades da paisagem. Sem os seus contributos e compromisso, não será possível alcançar uma verdadeira gestão integrada, eficaz e duradoura da paisagem das Serras da Peneda-Gerês.</p> <p>Sem uma abordagem integrada que enfrente o abandono rural e a improdutividade florestal, o PRGP corre o risco de falhar os seus objetivos estruturais de resiliência e valorização territorial.</p>	sustentabilidade. A ausência de controlo das invasoras e o abandono das práticas tradicionais são vistos como peças do mesmo puzzle da degradação da paisagem, que precisam ser abordadas de forma conjunta e contínua.
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Metodologia
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>No âmbito da discussão pública do Programa Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês (PRGP-SPG), manifestou a total discordância com o limite atualmente proposto para o PRGP, por considerar que a delimitação apresentada não reflete de forma adequada a continuidade ecológica, socioeconómica e cultural do território.</p> <p>Em particular, destaca-se a exclusão de freguesias localizadas no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e integradas na Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés, situadas na zona de fronteira com o Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés (PNBLSX). Caso como a freguesia de Vilar da Veiga, evidencia características geográficas e ecológicas singulares, fortemente marcadas pela crescente pressão turística, que as tornam especialmente vulneráveis e prioritárias em termos de conservação.</p> <p>Estes territórios são constituídos por ecossistemas sensíveis e habitats de elevado valor de conservação, pelo que a sua integração no perímetro do PRGP é indispensável para assegurar uma gestão adequada dos seus recursos naturais, da biodiversidade e das ameaças associadas, como o despovoamento, a acumulação de combustível ou a banalização da paisagem.</p> <p>A atual delimitação do PRGP ignora também áreas que partilham os mesmos desafios estruturais de gestão do território, como o abandono da agricultura, o risco acrescido de incêndios rurais e o potencial para regenerar mosaicos agroflorestais resilientes.</p> <p>Do ponto de vista territorial e social, o traçado proposto não respeita as dinâmicas históricas que ligam as comunidades ao maciço montanhoso, desconsiderando os laços de vizinhança, os usos tradicionais do solo, e as redes de pastoreio extensivo que ainda persistem. Esta fragmentação compromete gravemente a eficácia do PRGP, dificultando a sua articulação com os instrumentos de planeamento local e intermunicipal, e enfraquecendo o princípio da coesão territorial.</p> <p>Face ao exposto, sugere-se uma revisão criteriosa e participada dos limites da paisagem SPG, com base em critérios mais abrangentes e representativos da realidade biofísica e sociocultural do território. Esta revisão deve valorizar as zonas tampão e as áreas de transição ecológica, reconhecendo o seu papel essencial numa estratégia de gestão integrada e sustentável da paisagem.</p>	<p>O âmbito territorial do PRGP SPG foi definido no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril, onde não foi equacionada a inclusão da freguesia de Vilar da Veiga, do concelho de Terras de Bouro.</p> <p>Conforme salientado no comentário recebido, a freguesia de Vilar da Veiga — assim como outras da envolvente — possui um conjunto de ativos territoriais relevantes, com forte expressão em termos de biodiversidade, oferta de serviços de ecossistemas e dinamismo turístico. Esses fatores, em articulação com a sua integração no Parque Nacional da Peneda-Gerês, implicam a aplicação de instrumentos próprios de planeamento e gestão.</p> <p>Importa sublinhar que, justamente por se tratarem de territórios com valores naturais únicos e de elevada sensibilidade ecológica, existem outros planos e programas específicos já em vigor, orientados para a sua proteção e valorização, como o próprio Plano de Ordenamento do PNPG e iniciativas no quadro da Reserva da Biosfera transfronteiriça Gerês-Xurés. Esses instrumentos asseguram já uma gestão ativa e integrada, muitas vezes com restrições que poderiam revelar-se incompatíveis com a abordagem transformacional que o PRGP propõe para as áreas alvo.</p> <p>Assim, a não inclusão destas áreas da área de intervenção do PRGP não resulta de um desinteresse pela sua relevância, mas sim do reconhecimento da sua especificidade e da existência de mecanismos de gestão mais adequados ao seu contexto.</p>
<p>Sublinhamos ainda a urgência de integrar uma estratégia robusta de controlo de espécies invasoras, tanto vegetais como animais, no território abrangido por este programa.</p> <p>As espécies exóticas invasoras são um dos principais fatores de degradação ecológica da região, comprometendo a regeneração dos ecossistemas autóctones, alterando profundamente os habitats e reduzindo a biodiversidade nativa. Casos como as acáias (<i>Acacia spp.</i>), <i>Fallopia japonica</i> ou a Pinheirinha (<i>Myriophyllum aquaticum</i>) nas linhas de água do rio Homem e do rio Cávado, entre outras, têm vindo a colonizar áreas abandonadas e margens de cursos</p>	<p>A respeito das propostas de inclusão no programa refere-se:</p> <p>Mapeamento atualizado das áreas invadidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> O PRGP SPG utiliza ferramentas como o Google Street View (GSV) e imagens de satélites multiespectrais, como o Sentinel-2, para mapear <i>Acacia spp.</i> Apesar de se ter registado uma área de cerca de 49 hectares de florestas de invasoras pela COS'2018 (0,1% da área de intervenção), a análise com Sentinel-

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – MARINHA ISABEL ESTEVES
<p>de água, dificultando a recuperação de mosaicos agroflorestais e aumentando o risco de incêndio.</p> <p>Do ponto de vista faunístico, espécies como o javali (<i>Sus scrofa</i>), apesar de nativas, têm sofrido explosões populacionais descontroladas devido à ausência de predadores e alterações do uso do solo, com impactos negativos na regeneração florestal, na agricultura local e até na segurança rodoviária.</p> <p>Neste sentido, propõe-se que o PRGP inclua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento atualizado das áreas invadidas, com priorização de zonas críticas para intervenção; • Planos operacionais de controlo e erradicação, com financiamento adequado e envolvimento das entidades locais e regionais; • Promoção de espécies autóctones nos processos de reconversão da paisagem; • Monitorização contínua e avaliação da eficácia das ações de controlo; • Campanhas de sensibilização junto da população e dos proprietários sobre a prevenção da propagação destas espécies. <p>Sem o controlo eficaz das invasoras, qualquer esforço de reestruturação da paisagem será sistematicamente posto em causa, quer em termos ecológicos, quer socioeconómicos.</p>	<p>2 sugere uma discrepância significativa e possivelmente uma área de ocorrência maior.</p> <p>- As invasoras são reconhecidas como dispersas por toda a área de intervenção, e a avaliação do território visa otimizar as orientações para o desenho da paisagem.</p> <p>Planos operacionais de controlo e erradicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma das medidas desejáveis identificadas no Quadro de Medidas Desejáveis do PRGP é "Controlar e reduzir a área ocupada por exemplares de acácias e/ou outras espécies infestantes", aplicada a todas as Unidades e Subunidades de Gestão da Paisagem. - O programa prevê "Apoiar ações de controlo e recuperação de áreas afetadas por invasoras lenhosas" como uma medida comum às sub-regiões homogéneas que abrangem a área de intervenção. <p>3. Promoção de Espécies Autóctones:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os "Sistemas florestais de conservação/proteção" integram espécies de elevado valor ecológico, salientando as espécies autóctones e os contextos onde a conservação é prioritária. - As áreas de floresta de conservação correspondem a contextos onde a promoção da biodiversidade pode ser realizada com recurso a espécies autóctones (arbóreas, subarbóreas e arbustivas). - PRGP propõe a reconversão de floresta de produção para floresta de conservação/proteção ou vegetação ripícola, em faixas marginais significativas, em zonas de elevado valor ecológico. <p>Monitorização Contínua e Avaliação da Eficácia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Plano de Implementação, Monitorização e Avaliação do PRGP SPG inclui um indicador específico para as espécies invasoras: "Espécies invasoras (área ocupada)", com métrica em hectares e percentagem de cobertura face à área existente aquando da implementação do programa, com periodicidade quinquenal. <p>A monitorização da implementação dos PRGP será efetuada no âmbito do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) e do sistema de monitorização do Plano Nacional de Ação para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNAGIFR).</p> <p>Os relatórios de monitorização da implementação dos PRGP serão suportados por uma bateria de indicadores a consolidar no âmbito do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU).</p>
<p>Sublinho ainda a necessidade de o PRGP dar maior atenção às causas e consequências do abandono das práticas agrícolas tradicionais e da baixa produtividade dos espaços florestais, que hoje caracterizam grande parte deste território.</p> <p>A perda progressiva da atividade agrícola e pastoril tem conduzido à homogeneização da paisagem, à acumulação de combustível vegetal e à ocupação do solo por espécies espontâneas ou invasoras, com impactos severos ao nível do risco de incêndio, perda de biodiversidade, degradação dos solos e desertificação humana. Ao mesmo tempo, o setor florestal permanece marcado por fraca organização da propriedade, baixa rentabilidade e escasso investimento na valorização dos produtos florestais.</p> <p>Considera-se fundamental que o PRGP:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorize e incentive a recuperação das práticas agrícolas e agro-silvo-pastoris tradicionais, como a pastorícia extensiva 	<p>O PRGP-SPG integra diversas componentes que procuram precisamente responder a esses desafios, nomeadamente através de:</p> <p>5. Campanhas de Sensibilização e Envolvimento da População:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A inclusão de medidas sociais e educativas no programa é sublinhada como importante para a gestão integrada de fogos rurais. - A formação e sensibilização para atores locais é um indicador de governança. - O envolvimento e dinamização das organizações socioeconómicas e das populações locais na

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – MARINHA ISABEL ESTEVES
<ul style="list-style-type: none"> • e o cultivo em socalcos, enquanto ferramentas de gestão ativa da paisagem; • Promova modelos de gestão florestal cooperativa, com enfoque na multifuncionalidade e na produtividade sustentável das áreas florestais; • Apoie a organização dos proprietários e estruturas de gestão agregada; • Aposte na capacitação dos agentes locais e novos produtores, criando condições para o regresso à terra, especialmente por parte dos jovens; • Articule com as medidas da PAC e do PEPAC, garantindo remuneração adequada pelos serviços de ecossistema prestados pelos agricultores e silvicultores. <p>Neste processo, é fundamental cativar a participação ativa das comunidades locais e dos agentes económico, reconhecendo o seu conhecimento do território, o seu papel na gestão de proximidade e o seu envolvimento contínuo com os desafios e oportunidades da paisagem. Sem os seus contributos e compromisso, não será possível alcançar uma verdadeira gestão integrada, eficaz e duradoura da paisagem das Serras da Peneda-Gerês.</p> <p>Sem uma abordagem integrada que enfrente o abandono rural e a improdutividade florestal, o PRGP corre o risco de falhar os seus objetivos estruturais de resiliência e valorização territorial.</p>	<p>implementação do PRGP são objetivos centrais, incluindo a promoção de uma nova economia rural.</p> <p>Em suma, o PRGP SPG adota uma abordagem integrada e multifacetada para a gestão da paisagem, que procura transformar os desafios em oportunidades, promovendo a resiliência e a sustentabilidade. A ausência de controlo das invasoras e o abandono das práticas tradicionais são vistos como peças do mesmo puzzle da degradação da paisagem, que precisam ser abordadas de forma conjunta e contínua.</p>
TEMA:	SUBTEMA:
Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental	Articulação com as Opções Estratégicas
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<i>Idem</i> informação anterior.	<i>Idem</i> respostas anteriores.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS
TEMA:	SUBTEMA:
Relatório do Programa	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>INTRODUÇÃO</p> <p>O Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês (ABSG), enquanto agrupamento de baldios e OPF reconhecida pelo ICNF, I.P., com área comunitária sua associada inserida nos limites propostos do PRGP SPG (Rio Caldo e Campo do Gerês), reconhece a importância da elaboração e implementação do PRGP SPG, desde logo por ser um PRGP onde se verifica a presença de uma elevada área localizada em RN2000, onde a conservação e proteção de valores naturais, culturais e tradicionais deve ser valorizada, e onde as restrições administrativas que advêm da sua localização devem ser minoradas e compensadas de uma forma mais eficaz e permanente.</p> <p>O PRGP SPG no nosso entender deve ser um instrumento de planeamento que crie as bases para uma sua posterior operacionalização alavancada em critérios ponderados de priorização, de forma a criar mais-valias ao nível da manutenção e melhoria dos serviços do ecossistema existentes, criação de valor para a economia local, a promoção da fixação de pessoas, e atuação emergente no controlo das invasoras lenhosas.</p> <p>É nosso entender que este PRGP SPG deva ser o ponto de partida, ou seja, um documento que abra possibilidades, ao invés de as restringir, como por exemplo devido aos ajustes necessários efetuar entre a informação recolhida sobre a ocupação do solo e a que exista à data da operacionalização. Ou seja, a COS tem erros que devem ser considerados como passíveis de debelar, de forma a corrigir a informação base, não restringindo a operacionalização do PRGP SPG.</p> <p>Por fim, salientar que um documento de planeamento só terá relevância para o território se criarem as condições para a sua operacionalização, seja via programa multifundos, seja por outra via financeira, sendo que consideramos que deveremos observar um horizonte temporal nunca inferior a 20 anos para a criação de condições para a sustentação das alterações da paisagem implementadas num momento inicial.</p>	<p>Agradece-se o contributo do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês (ABSG), cuja experiência e conhecimento profundo do território são essenciais para garantir que o PRGP SPG reflete de forma equilibrada os desafios e potencialidades das áreas comunitárias inseridas no contexto deste programa.</p> <p>É reconhecida a pertinência das observações apresentadas, nomeadamente quanto à necessidade de o PRGP SPG constituir um instrumento orientador que abra possibilidades e promova a valorização dos serviços dos ecossistemas, a resiliência territorial, a valorização socioeconómica e a permanência das comunidades no território.</p> <p>A importância de assegurar um modelo de operacionalização robusto, com mecanismos de financiamento adequados e sustentáveis ao longo do tempo, está em linha com os princípios orientadores do programa. Regista-se igualmente a nota relativa à atualização da cartografia de ocupação do solo com a qual se concorda.</p> <p>O envolvimento de entidades como o ABSG é fundamental para garantir uma abordagem verdadeiramente enraizada nas dinâmicas locais, pelo que se valoriza a disponibilidade para colaborar ativamente na futura implementação do programa.</p>
<p>PONTOS RELEVANTES DE GESTÃO - PROPOSTA</p> <p>De forma a reforçar alguns pontos constantes nos documentos do PRGP SPG, e eventualmente a incorporar informação que não esteja lá vertida, elencamos os seguintes pontos de interesse de desenvolvimento futuro para o ABSG:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento associativo <p>O PRGP SPG identificou e comprehende a importância do movimento associativo, associações florestais, associações agrícolas, cooperativas, etc., na área do PRGP SPG. O fortalecimento da capacidade de atuação dessas entidades, seja por aumento da capacidade técnica – contratação e formação especializada, seja por melhoria das condições materiais de trabalho será sempre uma mais-valia para a concretização do modelo de alteração da paisagem proposto.</p> <p>A problemática da fragmentação da propriedade numa agregação da sua gestão só pode ser concretizada integrando o movimento associativo no processo.</p> <p>Desta forma, cremos ser importante que no PRGP SPG estejam plasmadas essas necessidades, apontando a necessidade de adoção</p>	<p>Regista-se a valorização do papel do movimento associativo e reconhece-se a relevância que este pode ter na operacionalização do PRGP SPG, particularmente em territórios com forte presença de baldios e propriedade fragmentada.</p> <p>O PRGP SPG, enquanto instrumento de planeamento estratégico, não define modelos de apoio direto a entidades ou organizações específicas. No entanto, o enquadramento geral do programa permite que, na fase de implementação, se preveja a participação de entidades associativas e cooperativas, desde que enquadradas nas estruturas de gestão a definir e com capacidade agregadora no território.</p> <p>A criação de mecanismos de financiamento e apoio técnico a estas entidades não está contemplada no PRGP SPG de forma autónoma.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) - AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS
<p>de modelo de apoio a essas entidades que conhecem o território e os seus atores locais. Esse modelo pode no nosso entender ser concretizado na operacionalização do PRGP SPG, ou via apoio paralelo por outro Fundo.</p>	<p>A proposta de que este tipo de apoio possa ser desenvolvido por via paralela, através de outros fundos ou programas (ex. PEPAC, PRR, PT2030), poderá ser avaliada pelas entidades competentes no quadro do financiamento setorial. Contudo, ultrapassa o âmbito direto do PRGP SPG enquanto instrumento de planeamento.</p>
<p>2. Fogo controlado As áreas de montanha deste PRGP são normalmente áreas constituídas por vegetação natural/matos, que servem de suporte à pastorícia, em especial gado bovino e caprino. Existe também o fenómeno da transumância/vezeiras, que não se pode dissociar de qualquer modelo de alteração da paisagem. A renovação de pastagem em montanha, por norma é feita via controlo da parte aérea da vegetação espontânea, via meio motomanual ou mecanizado, e via fogo controlado, em especial nos locais mais remotos. O Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, em colaboração com o ICNF, I.P., tem atuado no apoio à concretização de fogo controlado, através da recolha atempada da informação das necessidades de áreas a renovar, por indicação dos pastores, vezeiras e gestores das comunidades locais. A recolha dessas áreas é orientada para parcelas com dimensões e localizações adequadas à prática e à proteção dos valores naturais, é recolhido o grau de prioridade na sua execução. Posteriormente a informação é compilada e enviada para o ICNF, I.P. aferir da sua exequibilidade. Entre novembro e março, as ações são executadas nas áreas indicadas, com a presença de algum representante da comunidade local/vezeira/pastores. Cremos que este modelo se adequa às necessidades da região, mas deveria ser reforçada a sua operacionalização. Cremos que a implementação do PRGP SPG deva contemplar a promoção deste sistema integrado para a realização de renovação de pastagem com recurso a fogo controlado, com reforço de meios operacionais, ou via programa de apoio próprio à sua realização.</p>	<p>Agradece-se o contributo apresentado, que foi devidamente registado no âmbito dos trabalhos do PRGP SPG.</p>
<p>3. Gestão florestal e serviços do ecossistema O ABSG tem mais de 13.500 hectares de área comunitária associada, maioritariamente inserida em PNPG. Desses 13.500 hectares, mais de 11.000 hectares possuem a gestão florestal certificada reconhecida pelo PEFC e FSC®, ou seja, mais de 11.000 hectares vêm a sua gestão florestal reconhecida pelo seu cumprimento das boas práticas ambientais, sociais e económicas. Atualmente temos 2 comunidades locais com mais de 4.000 hectares com certificação e FSC® de 2 serviços do ecossistema (sequestro e armazenamento de carbono e conservação da biodiversidade). Até ao final deste ano, esperamos ter mais 3 comunidades locais com serviços do ecossistema reconhecidos sequestro e armazenamento de carbono e serviços de bacias hidrográficas - qualidade da água), sendo que 2 delas (Rio Caldo e Campo do Gerês) se inserem total ou parcialmente na área do PRGP SPG. Deste modo, e sabendo nós da importância do reconhecimento dos serviços do ecossistema, urge a criação e implementação de matriz de quantificação de serviços de ecossistema, e posteriormente a adoção de modelo de pagamento dos mesmos, seja para a sua implementação, seja para a sua manutenção. Os serviços do ecossistema existem, independentemente do PRGP SPG, sendo nossa opinião que não podemos direcionar o foco do pagamento apenas para a implementação desses serviços, mas teremos de criar condições para a melhoria ou somente para a manutenção dos mais importantes serviços do ecossistema que existem na área no PRGP SPG.</p>	<p>Regista-se a proposta relativa à criação de uma matriz de quantificação e à necessidade de assegurar modelos de reconhecimento e compensação pela manutenção de serviços de ecossistema. Sublinha-se que o PRGP SPG se enquadra como mais um instrumento de incentivo à gestão ativa da paisagem, complementando e antecipando outros mecanismos de apoio, como os pagamentos por serviços dos ecossistemas, cuja concretização futura é igualmente esperada.</p>
<p>4. Gestão agregada</p>	<p>Regista-se o contributo, que sublinha a importância da estabilidade e previsibilidade dos mecanismos</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) - AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS
<p>O fomento da gestão agregada permite a implementação de operações pluri-propriedade, ou seja, o planeamento e as intervenções são de acordo com as necessidades, independentemente do proprietário. Ou seja, não se findam nos limites dos prédios rústicos.</p> <p>No IV QCA, ou QREN, através dos apoios silvo-ambientais que existiam na altura através de formalização de pedido único (PU) ao IFAP, em 2 anos conseguiu-se só na freguesia do Campo do Gerês a adesão de mais de 40 hectares de área particular, maioritariamente constituída por povoamentos de folhosas autóctones.</p> <p>Foi criado plano de atuação a 5 anos (duração do PU) em conjunto com os proprietários e empreiteiros, que permitia a manutenção e conservação dessas áreas, bem como o apoio aos empreiteiros locais. Deste modo atuava-se positivamente na conservação da natureza e na economia local.</p> <p>No entanto aquando do pagamento do 3.º ano do PU, e com a aprovação do PDR2020, o apoio às silvo-ambientais foi descontinuado, o que fez com que o planeamento e atuação fossem feridos de morte. Posto isto, recomenda-se que qualquer iniciativa de gestão agregada, independentemente do período de implementação, tenha um plano financeiro que não finde, e que esteja disponível para utilização de acordo com o planeado. Sem isto qualquer iniciativa de gestão agregada, é nosso entender, não resultará, pondo em causa a implementação do PRGP SPG.</p>	<p>financeiros para o sucesso da gestão agregada. O PRGP SPG assenta precisamente na lógica de continuidade e transformação estrutural, sendo por isso essencial que os instrumentos de financiamento que venham a ser mobilizados para a sua implementação estejam alinhados com horizontes de médio e longo prazo. A observação é pertinente e será considerada no desenho dos modelos operacionais e de financiamento a adotar.</p>
<p>1. Aumento da área florestada</p> <p>Verificado o conflito que existe entre a disponibilidade das áreas de pastagem e o aumento da área florestada, as iniciativas de aumento de área florestada, em especial nas zonas de matos de montanha, têm que ser pensadas na perspetiva de, pelo menos, que não haja diminuição de área de pastagem no iSIP, através do recurso a espécies compatíveis.</p> <p>O ABSG, através de protocolo entre várias entidades, está a fomentar o aumento de área florestada em áreas utilizadas para pastoreio, com recurso a espécies compatíveis. Deste modo, e através do controlo de vegetação espontânea, estamos a promover o aumento de área de pastagem no iSIP, e futuramente aquando da formação de povoamento pré-adulto, a área será mantida como pastagem, neste caso pastagem em subcoberto.</p> <p>É nosso entender que o aumento dos espaços florestados seja o mais compatível com outros apoios existentes, de forma a não criar entropia, conflitos e inviabilização das arborizações.</p>	<p>Regista-se a observação e sublinha-se que as transformações propostas para os sistemas agro-silvo-pastoris procuram promover a compatibilidade entre o aumento da área florestada e a manutenção das pastagens, garantindo a multifuncionalidade e a sustentabilidade dos ecossistemas no âmbito do PRGP SPG.</p>
<p>2. Controlo de invasoras</p> <p>O ABSG tem fomentado o controlo de invasoras lenhosas, sendo o trabalho mais visível a reconversão em curso junto ao miradouro do Mirante Velho na freguesia de Vilar da Veiga.</p> <p>Através das ferramentas atuais que existem para identificação com elevado grau de certeza da localização de invasoras lenhosas (incluindo árvores isoladas), podemos atuar preventivamente pela atuação em pequenos núcleos e árvores isoladas, bem como melhor planejar as ações de controlo. No entanto, de nada serve a localização se a atuação tardar, podendo transformar como informação obsoleta a obtida na localização das espécies invasoras.</p> <p>É nosso entender que este PRGP deva promover o controlo plurianual das invasoras lenhosas, com atuação prioritária nos pequenos núcleos, promovendo a sua reconversão em povoamentos autóctones. A utilização do pastoreio (gado caprino) como forma de controlo pós primeira intervenção deve ser levada em consideração, pois tem dados bons resultados, como por exemplo no controlo de <i>Acacia melanoxylon</i> na Ermida (no outro lado da estrada junto ao parque de merendas do Peito da Cabrita).</p>	<p>Regista-se a proposta relativa ao controlo plurianual das espécies invasoras lenhosas, valorizando a importância da intervenção atempada e continuada para evitar a desatualização da informação sobre a sua localização. Concorda-se que o uso integrado do pastoreio, especialmente com gado caprino, é uma ferramenta relevante a considerar para o controlo e manutenção das áreas intervencionadas, reforçando a abordagem multifacetada para a reconversão em povoamentos autóctones no âmbito do PRGP SPG.</p>
<p>3. Produtos não lenhosos (PNL)</p> <p>Na área do PRGP SPG existem inúmeras potencialidades para o aproveitamento de PNL. O ABSG em parceria com a academia e outras</p>	<p>Regista-se a proposta relativa à valorização dos Produtos Não Lenhosos (PNL) como prioridade para o PRGP SPG, reconhecendo a importância da</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS
<p>entidades locais, tem iniciado a investigação de potencialidades de usos de alguns PNL.</p> <p>É nosso entendimento que, e de forma a incrementar valor económico e ambiental este PRGP deva identificar como uma prioridade a exploração de PNL, abrindo portas à investigação, e à inovação do seu aproveitamento, ajudando assim a implementar o modelo de paisagem preconizado por este PRGP.</p>	<p>investigação e inovação para potenciar o valor económico e ambiental destes recursos. Esta abordagem está alinhada com os objetivos do programa de promover modelos de paisagem multifuncionais e sustentáveis.</p>
<p>5. Áreas Piloto de Gestão Agregada</p> <p>É nossa forte convicção que se deva manter como prioridade em termos de criação de Áreas Piloto de Gestão Agregada a proposta de Gerês/Vilar da Veiga (1828,9ha), devido à necessidade de alteração da paisagem para proteção de pessoas e bens, bem como para apoiar o controlo de invasoras lenhosas que vai sendo feito, e apoiar a alteração da paisagem de invasoras lenhosas para floresta de produção e conservação, com recurso a espécies autóctones</p>	<p>Regista-se a convicção sobre a prioridade de manter a Área Piloto de Gestão Agregada em Gerês/Vilar da Veiga, reconhecendo a importância estratégica desta área para a proteção de pessoas e bens, assim como para o controlo das invasoras lenhosas. O apoio à transição para floresta de produção e conservação, utilizando espécies autóctones, está em linha com os objetivos do PRGP SPG e pode ser estendido a território homogéneos.</p>
<p>PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO</p> <p>CAMPO DO GERÊS (MAPA 1)</p> <p>1 - Proposta Qp + Be + Au -</p> <p>Verifica-se a presença de pinheiro bravo, regeneração de bétula e carvalho negral. Está em fase de adjudicação o corte de pinheiro bravo. Vai-se aproveitar a regeneração natural de folhosas autóctones e incrementar com medronheiro, bétula e carvalho negral. Esta plantação visa cumprimento de protocolo para produção de créditos de carbono. Atualmente não existe pastoreio, mas poderá num futuro próximo existir. Deste modo, a implementação de sistema silvo-pastoril pode fazer sentido, ou a produção de SE.</p> <p>2 - Proposta Pb -</p> <p>Propõe-se o aumento da área a Oeste já delimitada como "Sistemas florestais de produção", pois a área de pinheiro bravo localmente é maior, e foi alvo de intervenção ao PDR2020.</p> <p>3 - Propostas Qp -</p> <p>a) Na área próxima de Junceda, está-se a aumentar a área florestada com recurso a carvalho negral, e pontualmente junto de linhas de água e terrenos mais frescos e húmidos recorremos a bétula celtibérica e freixo. O carvalho negral é espécie compatível com pastoreio, de acordo com os critérios do IFAP. A área é pastoreada por gado bovino. Tudo conjugado, cremos que a implementação de sistema silvo-pastoril é adequado.</p> <p>4 - Proposta Mimosas -</p> <p>Os núcleos enviados estão a ser alvo de intervenção plurianual. Caso seja possível e interessante, colocar que devem continuar a ser controlados.</p> <p>5 - A - (Campo do Gerês)</p> <p>Área ocupada por vegetação natural, que é pastoreada por gado bovino. Para suporte do pastoreio, são feitas ações de renovação de pastagem com recurso a fogo controlado e controlo motomaterial e mecânico da paste superior da vegetação. Deve-se considerar como pastagem.</p> <p>6 - B - (Covide)</p> <p>Área ocupada por vegetação natural, que é pastoreada por gado caprino e bovino. Para suporte do pastoreio, são feitas ações de renovação de pastagem com recurso a fogo controlado e controlo motomaterial e mecânico da paste superior da vegetação. Deve-se considerar como pastagem.</p>	

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 10) – AGRUPAMENTO DE BALDIOS DA SERRA DO GERÊS
<u>RIO CALDO (MAPA 2)</u>	
<u>1 - Proposta Au –</u> Verifica-se a presença inicial de núcleo de háqueas, que serão controladas pela primeira vez. Sugere-se a continuidade no controlo desta invasora, proporcionando o desenvolvimento de povoamento de medronheiro existente. Dada a presença de gado caprino a pastorear, sugere-se a implementação de sistema Silvo-Pastoril.	
<u>2 - Proposta Pastagens -</u> Área ocupada por vegetação natural, que é pastoreada por gado caprino e bovino. Para suporte do pastoreio, são feitas ações de renovação de pastagem com recurso a fogo controlado e controlo motomaterial e mecânico da paste superior da vegetação. Deve-se considerar como pastagem.	
<u>3 - Proposta Mimosas -</u> Presença de núcleo de mimosas junto a linha de água e barragem, que têm sido alvo de intervenção. Dada a localização, sugere-se o seu incremento para continuação do seu controlo e fomento de ações de melhoramento da galeria ripícola, considerando que existe pastoreio nas proximidades.	
<u>4 - A –</u> Áreas de pastagem, pastoreada por gado bovino e caprino. A pressão de renovação da pastagem tem sido elevada e tem dado origem a fogos rurais, sem gravidade até à data. Sugere-se a implementação de ocupação futura de pastagem, em pelo menos parte da área.	
TEMA:	SUBTEMA:
Implementação do Programa	Programa de Execução e Governança
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
Salientar que um documento de planeamento só terá relevância para o território se criarem as condições para a sua operacionalização, seja via programa multifundos, seja por outra via financeira, sendo que consideramos que deveremos observar um horizonte temporal nunca inferior a 20 anos para a criação de condições para a sustentação das alterações da paisagem implementadas num momento inicial.	<p>A observação é plenamente reconhecida e fundamental na abordagem do PRGP SPG. Veja-se:</p> <p>O seu objetivo central é o desenho e a construção de paisagens qualificadas e resilientes, que sejam capazes de gerar rendimentos sustentados e sustentáveis e de contribuir para a atratividade territorial e a qualidade de vida nas áreas rurais. Para que esta visão se concretize e se mantenha ao longo do tempo, a sustentabilidade financeira e a operacionalização contínua são cruciais.</p> <p>O PRGP SPG foi concebido para um cenário de médio e longo prazo, tanto nos seus objetivos quanto nos seus resultados e ações. Porém encontra-se limitado aos recursos financeiros de diversas fontes, como o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Ambiental (FA), o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e outros fundos da União Europeia, que possuem em prazo de execução, e sobre esse a proposta foi elaborada.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	12 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 11) – RICARDO CUNHA
TEMA:	SUBTEMA:

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	12 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 11) – RICARDO CUNHA
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação
<p>Relatório do Programa/ Implementação do Programa/ Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental</p> <p>Contributo/ Sugestão da Participação</p> <p>Com o mundo a tornar-se cada vez mais digital, em que cada vez mais recursos são dirigidos para a alimentação de <i>data centers</i> cada vez maiores e potentes - com índices de utilização de energia e perturbação territorial absurdamente elevados - há-de chegar o dia em que o genuíno, o natural, o silêncio, a contemplação, terão um valor incalculável e uma procura grande e de excelência.</p> <p>Conseguir prever e preparar os territórios para isso é essencial para a sua riqueza e preservação.</p>	<p>Desenho da Paisagem/ Programa de Execução e Governança/ Outro</p> <p>A observação é extremamente importante e totalmente alinhada com a visão e os objetivos subjacentes ao PRGP SPG. Num cenário global onde a transição digital implica, como apontado no comentário, um consumo crescente de recursos e uma significativa pegada territorial, a valorização do natural emerge, de facto, como um imperativo e uma oportunidade de riqueza e preservação incalculáveis para os territórios.</p> <p>O PRGP SPG não só reconhece, mas também procura quantificar e valorizar os múltiplos benefícios que os ecossistemas oferecem à sociedade, muitos dos quais não têm ainda valor comercial. Este é um passo crucial para atribuir valor ao "genuíno, natural, silêncio e contemplação".</p> <p>O presente programa antecipa e capitaliza o valor crescente do "natural", transformando potenciais vulnerabilidades em ativos estratégicos para a riqueza e preservação do território.</p>

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	12 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (N.º 12) – CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA	
TEMA:	SUBTEMA:	
Relatório do Programa	Participação Pública e Envolvimento dos Atores Locais	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>É meu entendimento que o PRGP das Serras da Peneda-Gerês deve ser dado a conhecer em contexto escolar, nomeadamente, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a qual integra a educação ambiental no âmbito da educação para a cidadania (Temas: sustentabilidade, mudança climática, gestão de recursos naturais).</p> <p>O conhecimento a facultar deve integrar o acesso dos alunos aos documentos (Exemplo: peça gráfica do desenho da paisagem), assim como aula(s) em contexto da natureza (Exemplo: Áreas Agrícolas de Seramil e Paredes Secas). O envolvimento da Escola Pública é fundamental.</p>		O PRGP SPG reconhece a importância fundamental da população como elemento central na modelação da paisagem, pelo que a sua divulgação em contexto escolar, especialmente no âmbito da ENEC e da educação ambiental, está totalmente alinhado com os objetivos e as estratégias definidas no próprio Programa.
<p>Encontra-se previsto na proposta, a criação de redes de colaboração com entidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e, crucialmente, com estabelecimentos escolares, para que o território-alvo do PRGP possa ser integrado em visitas de estudo/académicas.</p>		
TEMA:	SUBTEMA:	
Implementação do Programa	Áreas e Ações Prioritárias / Monitorização e Avaliação de Resultados	
Contributo/ Sugestão da Participação	Ponderação	
<p>No que respeita à monitorização e avaliação de resultados é de considerar a sua abordagem no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020). Por exemplo, seria relevante envolvermos os alunos (3.º ciclo e Secundário) na reflexão sobre os resultados e ouvir os seus contributos. Igualmente, podia ser organizada a participação dos alunos de todos os níveis através de palavras-chave a integrar em programa de literacia ambiental específico.</p> <p>A avaliação dos resultados podia ser divulgada em contexto da sala de aula, por exemplo nas disciplinas de Matemática e Ciências Naturais.</p>		<p>A proposta de integrar a monitorização e avaliação de resultados do PRGP SPG no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020) é muito pertinente e enriquecedora. Envolver os alunos do 3.º ciclo e Secundário na reflexão sobre os resultados e ouvir os seus contributos pode fomentar o sentido crítico e a responsabilidade ambiental desde cedo.</p> <p>A ideia de promover a participação de alunos de todos os níveis, através de palavras-chave incorporadas num programa de literacia ambiental específico, acrescenta uma dimensão pedagógica inovadora e inclusiva.</p> <p>O PRGP SPG foi concebido com a "centralidade das pessoas" como princípio, e reconhece que "são as pessoas que gerem as paisagens e as suas dinâmicas são fundamentais para manterem paisagens de qualidade, vivas e dinâmicas". Dar voz aos jovens e aos alunos na reflexão sobre os resultados é uma manifestação direta deste princípio. O foco nos centros urbanos e nas dinâmicas económicas que as pessoas desenvolvem atualmente, estiveram sempre presentes em todas as fases de elaboração do PRGP.</p>

5 RESULTADOS DA PONDERAÇÃO

As participações efetuadas durante o período de consulta pública promoveram a realização de um conjunto de melhorias nas peças escritas do PRGP SPG tendo sido elaborada uma nova versão das peças escritas e desenhadas.

6 ANEXOS

5.1. Ficha de Participação no âmbito da Discussão Pública



Discussão Pública do PRGP das Serras da Peneda-Gerês

23 de junho de 2025 a 18 de julho de 2025

| Ficha de Participação

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais, e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Entidade _____

Nome do representante _____

E-mail _____

Se está a participar a título individual:

Nome _____ E-mail _____

Profissão:

Administração Central e Local

Artes e Espetáculos

Indústria

Agricultura e Pescas

Comércio e Serviços

Construção

Água e Resíduos

Comunicação Social

Desporto

Município de residência _____

(a preencher pela Entidade que recolhe o contributo)

Registo

Data da participação (dd / mm / ano) / /



Discussão Pública do PRGP das Serras da Peneda-Gerês

23 de junho de 2025 a 18 de julho de 2025

| Ficha de Participação

O presente formulário de participação/Inquérito procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta.

Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

De forma a facilitar, quer a exposição dos contributos, quer a sua posterior análise e ponderação, sugerimos que os mesmos sejam apresentados na seguinte ficha, que está organizada de acordo com a estrutura dos documentos.

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA PENEDA-GERÊS

(Assinale sobre quais as matérias que gostaria de deixar o seu comentário)

- Diagnóstico da Situação Territorial
- Metodologia
- Participação pública e envolvimento dos atores locais
- Desenho da Paisagem
- Matriz de Transição
- Regime de fogo
- Áreas e Ações prioritárias

Comentário



Discussão Pública do PRGP das Serras da Peneda-Gerês

23 de junho de 2025 a 18 de julho de 2025

| Ficha de Participação

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA PENEDA-GERÊS
(Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário)

- Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas
- Matriz de transição e valorização
- Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações
- Áreas e Ações prioritárias

Implementação do Programa

- Diretrizes de Planeamento e Gestão
- Programa de Execução e Governança
- Monitorização e Avaliação de Resultados
- Outro

Comentário

3 / 4



Discussão Pública do PRGP das Serras da Peneda-Gerês

23 de junho de 2025 a 18 de julho de 2025

| Ficha de Participação

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relatório Ambiental

(Assinale os aspetos que merecem o seu comentário)

- Metodologia
- Fatores Críticos de Decisão
- Articulação com as opções estratégicas
- Outro

Comentário

4 / 4

5.2. Participações rececionadas